

CONGRESSO
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES
20 ANOS
AS METRÓPOLES E O DIREITO À CIDADE:
DILEMAS, DESAFIOS E ESPERANÇAS



ANAIAS

EIXO 3 DIREITO À CIDADE
SESSÃO 3.2 ESTRUTURA SOCIAL



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

Realização:



20 ANOS
1998 | 2018

**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional

Apoio:



inct
institutos nacionais
de ciência e tecnologia



CNPq



FAPERJ



**FORD
FOUNDATION**

**UNIÃO
NACIONAL POR
MORADIA
POPULAR**



INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Congresso

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES 20 ANOS

As Metrôpoles e o Direito à Cidade:
Dilemas, Desafios e Esperanças

03 a 07 de dezembro de 2018

ANAIIS

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional | **IPPUR-UFRJ**

Rio de Janeiro | **RJ**

Ano de Publicação **2019**

1ª Edição

C794

Congresso Observatório das Metrôpoles 20 Anos. As metrôpoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperanças (l. : 2018 : Rio de Janeiro, RJ)

Anais do Congresso Observatório das Metrôpoles 20 Anos. As metrôpoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperanças / Organizadores: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro et all - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Observatório das Metrôpoles, 2019.

3197p. : il. ; 21x29cm

ISBN: 978-85-86136-12-2

1. Planejamento Urbano (Congresso). 2. Planejamento Regional (Congresso). 3. Políticas Públicas (Congresso). 4. Pesquisa (Congresso). I. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. II. Observatório das Metrôpoles. III. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. IV. Universidade Federal do Rio de Janeiro. V. Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. VI. Título.



OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

O Observatório das Metrópoles é um grupo que funciona em rede, reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não-governamental. A equipe constituída no Observatório vem trabalhando há 20 anos, envolvendo atualmente cerca de 100 pesquisadores e 60 instituições de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das relações entre sociedade, economia, Estado e os territórios conformados pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras.

O Observatório das Metrópoles tem como uma das suas principais características reunir Programas de Pós-graduação em estágios distintos de consolidação, o que tem permitido virtuosa prática de cooperação e intercâmbio científico através da ampla circulação de práticas e experiências acadêmicas. Por outro lado, o Observatório das Metrópoles procura aliar suas atividades de pesquisa e ensino com a realização de atividades que contribuam para a atuação dos atores governamentais e da sociedade civil no campo das políticas públicas voltadas para esta área.

Neste momento, o Observatório das Metrópoles integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) do CNPq e, nos próximos 5 anos, terá como objetivo dar continuidade e desdobramentos às suas atividades de pesquisa, formação de recursos humanos, extensão e transferência de resultados para a sociedade e para os governos envolvidos com a questão metropolitana.

Por envolver grupos de pesquisas distribuídos em todas as cinco Grandes Regiões do país (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul), as atividades de pesquisa que desenvolvemos permitem aprofundar o conhecimento da diversidade da realidade metropolitana do país e suas relações com as desigualdades regionais.

O Observatório das Metrópoles tem atualmente como coordenador geral o professor Sergio de Azevedo (UENF) e como vice-coordenador geral o professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (UFRJ).



CONGRESSO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES VINTE ANOS

Para comemorar os vinte anos de existência da rede de pesquisa Observatório das Metrópoles, que envolve cerca de cem pesquisadores em mais de sessenta instituições nacionais e internacionais, temos o prazer de anunciar a realização do congresso “As Metrópoles e o Direito à Cidade: dilemas, desafios e esperanças”.

O congresso pretende ser um espaço de diálogo e reflexão sobre temas urbanos e metropolitanos contemporâneos. Considerando o nosso programa de pesquisa transdisciplinar orientado pelos compromissos com a produção de conhecimento crítico e a promoção da justiça social, ele tem como objetivos centrais debater as seguintes questões:

- 1 | Qual o pensamento acumulado pela Rede Observatório das Metrópoles em sua trajetória sobre o que poderíamos denominar vagamente questão urbana-metropolitana da sociedade brasileira e as suas particularidades, enquanto integrante da periferia do sistema-mundo capitalista e a sua trajetória histórica?
- 2 | Quais desafios esta questão urbana-metropolitana coloca para o nosso futuro diante da crise estrutural e dos limites (internos e externos) da atual etapa do capitalismo?



EIXO 03 | DIREITO À CIDADE

Assim como definido por Henri Lefebvre (1968), o direito à cidade está assentado na garantia igualitária de utilização das estruturas e espaços públicos das cidades. Os imperativos da economia de mercado têm configurado poderosa ameaça para a efetivação desse direito, impondo um processo de desenvolvimento urbano excludente que resulta em segregações espaciais, sociais e econômicas. Nesse sentido, a realidade de um ambiente urbano digno e amplamente disponível ainda permanece como objeto de luta. A reivindicação desse direito assume formatos que além de questionar o processo de urbanização imposto pelo mercado, também propõem transformações nas suas estruturas, convocando a luta coletiva pela liberdade de recriar as cidades.

SESSÃO 3.2 – ESTRUTURA SOCIAL

Coordenadores:

- André Salata (UFRGS)
- Luciana Teixeira de Andrade (PUC-Minas)
- Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA)

O foco principal dos trabalhos sobre estratificação social das últimas décadas, na literatura internacional e também no Brasil, tem sido a situação de classe dos indivíduos. Esta diz respeito à posição dos mesmos no mercado e/ou no trabalho, e está diretamente relacionada a fatores como posição na ocupação (proprietário ou não), tipo de ocupação (função que exerce), renda e qualificações. Identificamos uma classe quando um grupo de indivíduos possui uma situação de classe em comum, dada pelo componente causal específico de suas chances de vida, na medida em que este componente é representado exclusivamente por interesses econômicos na posse de bens e oportunidades de rendimentos sob as condições do mercado de produtos ou do mercado de trabalho.

Entende-se que a Estrutura Social das Metrópoles Brasileiras é possível de ser analisada pela perspectiva da evolução da estrutura de classes das cidades e regiões metropolitanas de modo a capturar particularidades diante das mudanças gerais apresentadas ao longo dos anos, tendo em vista o contexto de financierização da economia que assistimos nos últimos tempos. O intuito do debate é aprofundar as mudanças na estrutura de classes de cada região metropolitana e a mudança na relação entre as frações de classes, questionar sobre a relação entre estrutura de classes e população desocupada, entender a fragilidade ocupacional e obtenção de rendimento, tendo em vista a capacidade de transformação de posição social em recurso, levantar pontos sobre as mudanças na escolaridade da população brasileira e suas consequências na estrutura social.



NOTA INTRODUTÓRIA

Como resultado do Congresso Observatório das Metrópoles Vinte Anos | As Metrópoles e o Direito à Cidade: dilemas, desafios e esperanças apresentamos os Anais, que foram desenvolvidos em formato de arquivo digital (PDF).

Os Anais estão divididos em dez partes coincidentes com os Eixos Temáticos e suas sessões específicas, que nortearam o Simpósio do Congresso, além de um volume introdutório, numerado como “00”, que engloba o Índice Geral que abarca todas as outras partes. No arquivo dedicado aos pôsteres, são apresentados os resumos expandidos submetidos por seus autores.

00 | ÍNDICE GERAL

EIXO 01 – TERRITÓRIO

- 1.1 | ORÇANIZAÇÃO DO ESPAÇO**
- 1.2 | ECONOMIA METROPOLITANA**
- 1.3 | MEGARREGIÃO**

EIXO 02 – GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

- 2.1 | GESTÃO DAS ÁGUAS**
- 2.2 | MOBILIDADE URBANA**
- 2.3 | REGIMES URBANOS**

EIXO 03 – DIREITO À CIDADE

- 3.1 | ECONOMIA SOLIDÁRIA**
- 3.2 | ESTRUTURA SOCIAL**
- 3.3 | DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO**

PÔSTERES

4 | SESSÃO DE PÔSTERES

Os conteúdos dos trabalhos expostos nos Anais são de inteira responsabilidade dos autores, incluindo a revisão de texto e uso de imagens.



COMISSÃO ORGANIZADORA
(OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – NÚCLEO RIO DE JANEIRO)

Luiz Cesar De Queiroz Ribeiro
Elizabeth Alves
Juciano Rodrigues
Karoline Souza
Patrícia Ramos Novaes
Samuel Thomas Jaenisch
Thais Velasco
Tuanni Rachel Borba

COMISSÃO COMUNICAÇÃO

Carolina Calcavecchia
Luísa Sobral

COMITÊ CIENTÍFICO

Adauto Lúcio Cardoso (UFRJ)
Inaiá Moreira de Carvalho (UFBA)
Jupira Mendonça (UFMG)
Luciana Corrêa do Lago (UFRJ)
Luciano Fedozzi (UFRGS)
Maria do Livramento Clementino (UFRN)
Marcelo Gomes Ribeiro (UFRJ)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Sérgio de Azevedo (UENF)



SUMÁRIO

Para ir direto a um texto específico, basta clicar sobre a indicação de seu título ou de seu(s) autor(es) neste sumário.

AS FRONTEIRAS DO LUGAR NA VIDA DOS JOVENS: TRAJETÓRIA DE EDUCAÇÃO EM BAIRROS DA PERIFERIA DE SALVADOR

LÍCIA MARIA SOUZA DOS SANTOS

ANÁLISIS EXPLORATORIO DE DATOS ESPACIALES DE POBREZA 1996-2011 EN MONTEVIDEO Y ÁREA METROPOLITANA: CAMBIOS Y CONTINUIDADES EN PATRONES DE LOCALIZACIÓN

VÍCTOR BORRÁS

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL METROPOLITANO: A EDUCAÇÃO SUPERIOR TEM PROPORCIONADO MOBILIDADE SOCIAL?

CLÁUDIA MONTEIRO FERNANDES

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DIREITO À CIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COMÉRCIO DE RUA NO ENTORNO DOS PRINCIPAIS SHOPPINGS DA CIDADE DO NATAL/RN.

*ANA MÔNICA MEDEIROS FERREIRA
RITA DE CÁSSIA DA CONCEIÇÃO GOMES*

METROPOLIZAÇÃO DE CURITIBA, PLANEJAMENTO, ESTRUTURA SOCIAL E EXCLUSÃO: IMPLICAÇÕES NA ESCOLARIZAÇÃO E NAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

*MARIA CRISTINA BORGES SILVA
ROBERTO FILIZOLA*

GENTRIFICAÇÃO E REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA HABITACIONAL NO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

*PEDRO ARAÚJO PATRÍCIO
RENAN PEREIRA ALMEIDA*

CONFLITOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA REGIÃO DA LUZ, CENTRO DE SÃO PAULO: FINANCEIRIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERAIS E LUTA DE CLASSES SOCIOESPACIAL

*GUILHERME MOREIRA PETRELLA
ANTONIO APARECIDO FABIANO JUNIOR*

O MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL (AUSUL), RS.

*BIANCA REIS RAMOS
PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES*

REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO PERIFÉRICO E EMERGÊNCIA DA CLASSE DOS MOBILIZADORES PRECÁRIOS NO ESPAÇO URBANO

CLEITON FERREIRA DA SILVA



20
ANOS
1998 | 2018

**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 3 DIREITO À CIDADE

SESSÃO 3.2 ESTRUTURA SOCIAL

AS FRONTEIRAS DO LUGAR NA VIDA DOS JOVENS: TRAJETÓRIA DE EDUCAÇÃO EM BAIROS DA PERIFERIA DE SALVADOR

Lícia Maria Souza dos Santos

Universidade Federal da Bahia
CRH Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades
liciamss@gmail.com

p. 2399



INTRODUÇÃO

A discussão sobre a dinâmica social das grandes cidades está sustentada nas grandes distâncias entre as classes sociais. Conseqüentemente, ocorrem os fenômenos de diferenciação, segmentação e segregação residencial no território das grandes metrópoles brasileiras, combinados com os mecanismos históricos de separação social, os quais dotam as desigualdades sociais de novos conteúdos pouco conhecidos. Nesse contexto, compreende-se que um território existe, não apenas como um pano de fundo, com seu caráter estritamente físico, mas se apresenta à sociedade com sua estrutura de oportunidades, que é relativizada por categorias como classe, geração, gênero e raça.

Kaztman (1999) afirma que as estruturas de oportunidades se definem com a possibilidade de acesso a bens e serviços e ao desempenho de atividades que proporcionem um nível aceito de bem-estar social, que está diretamente atrelado ao acesso a emprego de qualidade, ao pleno emprego. Com base neste argumento a proposta do presente trabalho é de compreender: a) como a trajetória dos jovens na periferia vai sendo demarcada pela distribuição de oportunidades; b) como a organização social do território interfere, desorienta ou re-orienta estas trajetórias de educação dos jovens moradores da periferia da cidade e perceber quais os fatores que interferem em suas trajetórias e estratégias para ter acesso a universidade, tomando como referencia o uso da estrutura de oportunidades, tal como lhes é apresentada, também, a partir do local de moradia.

p. 2400

Para dar conta desta proposta, questiona-se, de que forma o espaço importa e/ou interfere na trajetória dos jovens, delimitando fronteiras que acabam barrando, literalmente, o acesso desses sujeitos a direitos básicos como uma educação de qualidade e condições dignas de trabalho. Na medida em que isto corresponde a um cerceamento do exercício pleno da cidadania ao jovem de origem pobre constitui-se fator preponderante em suas escolhas e posicionamento ante a sociedade atual.

As variações no percurso de vida que podem ser desencadeadas por eventos vivenciados, os quais agem de forma conjunta com a socialização, podendo ocasionar disposições diferentes na trajetória dos jovens de uma mesma origem social. De uma maneira dialética, as contradições e conflitos, associados à posição dos indivíduos na estrutura social, vão estabelecendo os percursos de vida.

As observações e dados aqui apresentados fazem parte de uma tese de doutorado, na qual tomamos como referência a discussão sobre efeito do território e os padrões de segregação socioespacial nas cidades brasileiras, que é abordado a partir de uma grande escala, por meio da qual se identifica que a distância entre centro e periferia é relativamente grande e explica a distância social. E também, a micro-escala da segregação, que é a identificação da proximidade física de grupos sociais diferentes, ou seja, bairros de classe média próximos a bairros pobres e ou favelas (ANDRADE E SILVEIRA, 2013).

Como já enfatizado por diferentes pesquisadores, a cidade de Salvador, como outras metrópoles urbanas, apresenta uma organização espacial baseada na relação centro periferia, com distribuição desigual de equipamentos urbanos e, principalmente, de estabelecimentos escolares, tendo em vista que as escolas localizadas nos bairros periféricos, ou próximas, sofrem o efeito negativo do território, com o estigma territorial,



afastando profissionais mais qualificados. Constantemente, aulas são suspensas com os “toques de recolher”, falta de material e de boas instalações também compõem a rotina das escolas públicas.

Desse modo, estabelecemos a proposta de pesquisar no complexo do Nordeste de Amaralina, um enclave na cidade de Salvador-BA, que agrega bairros pobres próximos a bairros de classe média, que então se enquadra na microescala da segregação, e em Nova Brasília de Itapuã, um bairro mais distante do centro da cidade, compondo a macroescala da segregação. A questão era perceber se existiam diferenças no acesso dos jovens à estrutura de oportunidades, de acordo com a escala da segregação em que se inseriam.

Foram realizadas entrevistas com os jovens universitários moradores dos referidos bairros e ainda com algumas lideranças dos bairros, além de ‘grupo focal’ e ‘roda de conversa’, com jovens secundaristas. Utilizamos também dados do Censo 2010 e PNAD 2015¹.

Em paralelo ao primeiro conceito citado, utilizamos o conceito de “efeito do lugar” proposto por Bourdieu (1997), a fim de compreender como o lugar ocupado pelos jovens na periferia se dá através dos capitais que cada um possui e, concomitantemente, permite acesso a várias formas de capitais inscritas no território. Com a perspectiva de avançar na leitura da complexa relação entre espaço físico e estrutura do espaço social.

A proposta analítica de Bourdieu, nos apresenta o capital cultural, o econômico, o simbólico e o social como formas de situar o indivíduo em um campo, em um espaço social e de analisar a reprodução social a partir da posse e volume dos diferentes capitais que atuam de maneira imbricada (BOURDIEU, 1996, 2006).

p. 2401

JUVENTUDE E OS MARCADORES SOCIAIS

Enquanto categoria analítica, a juventude é definida em cada contexto histórico e vai se apresentando de maneira diferente com seu caráter explicativo que também pode mudar. Mas, como estamos falando de uma categoria com o caráter biossocial, vamos nos deter um pouco nos critérios da divisão por faixa etária, que estão relacionados com o modo de organização do Estado, o qual, nas pesquisas demográficas, precisa quantificar sua população para organizar as políticas públicas e, ainda que provisoriamente, atribuir papéis às diferentes faixas etárias.

O Estatuto da Juventude no Brasil que entrou em vigor com a Lei 12.850/2013, dispõe-se sobre os princípios e diretrizes das políticas públicas e do Sistema Nacional de Juventude. Para efeito da lei, são consideradas jovens as pessoas de 15 a 29 anos e a Política Nacional da Juventude divide essa faixa etária em três grupos; de 15 a 17 anos, denominado de jovens adolescentes; de 18-24 anos, como jovem-jovem e de 25 a 29 anos, como jovens adultos, definindo os princípios que regem a norma: a promoção da autonomia e emancipação dos jovens; a valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; a promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do país; e o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares.

¹IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD: microdados. Rio de Janeiro:IBGE, 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/downloads-estatisticas.html>>



No âmbito das políticas públicas, o recorte etário para definição da juventude é de 15 a 29 anos e a ampliação da faixa etária para 29 anos aconteceu também em outros países, em função de ter ocorrido mudanças, como o aumento da expectativa de vida para população em geral, e a dificuldade dos jovens em atingir a autonomia e independência financeira, como dimensões que, na contemporaneidade, garantem ao indivíduo um sentimento de liberdade.

Entretanto, as mudanças no mundo do trabalho têm afetado diretamente os jovens como grupo que enfrenta mais dificuldades, sendo os que mais aceitam trabalhos precários e com poucos salários, que não permitem a desejada independência financeira, e quase nunca permite o mesmo nível socioeconômico da família de origem. Se acrescentarmos o recorte da classe social, poderemos identificar que a juventude das camadas populares enfrenta ainda mais dificuldade para atingir a independência financeira.

Os argumentos indicam que a definição de juventude não está dada por um corte cronológico, implicando em oportunidades e vivências. Existe, portanto, uma certa transversalidade contida nessa categoria, indicando que não há apenas um grupo de indivíduos em um mesmo ciclo de vida, ou seja, uma só juventude. Assim, enquanto categoria socialmente construída, a juventude só pode ser compreendida em função da sua expressão numa determinada realidade social. É o pertencimento de classe, gênero, raça que vai permitir a adesão ao modelo de juventude que se espera para cada faixa etária.

p. 2402

A pesquisa de Carvalho e Barreto (2003), ao discutir a relação entre segregação residencial, posição social e raça em Salvador, confirma que raça não é uma categoria insignificante para se compreender a segregação residencial em Salvador, que é uma cidade com uma presença significativa de negros.

A ocupação do território metropolitano é reflexo da desigualdade social, racial e econômica. Identifica-se que a distribuição da população no espaço urbano não é casual, está diretamente relacionada com sua posição na estrutura social e são os negros que ocupam as áreas da cidade que apresentam as condições mais precárias de habitabilidade e uma menor oferta de equipamentos e serviços urbanos. São locais com:

o acúmulo de carências, a difusão territorializada do tráfico de drogas e a ausência de políticas públicas para enfrentar esses problemas tem levado alguns desses espaços a serem afetados por uma extrema violência, na qual a população negra e, principalmente, a sua juventude, torna-se vítima e agente, como ocorre em algumas áreas do subúrbio, da Boca do Rio, Nordeste de Amaralina ou Alto de Santa Cruz. (CARVALHO; BARRETO, 2007, p. 257).

Considerando-se a produção sobre o tema, um olhar atento foi conduzido a delinear uma reflexão sociológica que contempla compreensão das fronteiras do lugar na vida dos jovens articulada aos marcadores sociais: raça/etnia, geração, gênero e classe, que indicam a posição dos indivíduos no espaço social, procurando identificar como essas categorias assumem contornos novos, que dizem respeito à dinâmica do entrelaçamento entre o indivíduo e o seu meio social.



Diante disso, a ideia foi construir uma análise em que as relações sujeito-estrutura, indivíduo-sociedade fossem dimensionadas de forma dialética, compreendendo de um lado cada geração de homens e mulheres reais, concretos, que modificam a estrutura social, ao mesmo tempo que suas trajetórias são afetadas pelos condicionantes sociais.

OS SUJEITOS DA PESQUISA

Estudos desenvolvidos nos diferentes centros urbanos têm confirmado a tese de que é preciso falar em periferias e não mais “periferia”, tamanha a heterogeneidade que as caracterizam nas grandes cidades, existindo bairros e áreas mais segregadas que outras (BICHIR; TORRES, 2004).

Nesse sentido, o bairro do Nordeste de Amaralina, como já apresentamos anteriormente, pode ser considerado como um enclave, devido à proximidade com bairros mais abastados, embora pesquisa tenha nos mostrado que essa proximidade pode ter diferentes efeitos na trajetória dos jovens. Se o fato de estar localizado próximo ao novo centro da cidade de Salvador permitiria fácil acesso a diferentes locais da cidade, a mobilidade de fato não se confirma, devido às diferenças de capital econômico e social que cada sujeito possui, para estabelecer a troca em diferentes espaços da cidade. A esse respeito, muitos jovens relataram a falta de dinheiro para ir ao cinema, ao teatro, ou ir para faculdade, enquanto outros de maneira indireta também percebem a violência simbólica, sentindo-se “estranhos”, quando adentram alguns lugares da cidade, e até dentro da própria universidade.

p. 2403

Entretanto, é preciso destacar que tudo isso pode obscurecer a existência de diferentes trajetórias dentro das comunidades, considerando, por exemplo, os frequentes destaques da mídia para os casos de jovens da periferia que conseguem uma vaga na universidade, principalmente, em cursos de alta concorrência. A partir dessas observações, procuramos compreender se e como o território impacta na trajetória desses jovens. Para isso, entrevistamos onze (11) jovens universitários, seis (06) do sexo masculino e cinco (05) do sexo feminino, na faixa etária de 17 a 25 anos, cujo perfil mostra: 07 estudantes da UFBA e 04 de faculdades particulares; todos convivem com suas famílias de origem; a renda mensal varia de 1 a 3 Salários Mínimos; em geral, declaram cor preta ou parda.

Observam-se, na trajetória escolar desse grupo de jovens, as convergências e divergências, entendendo que: (i) todos foram muito incentivados pela família para continuar estudando; (ii) todos estudaram em escolas da rede pública; (iii) sempre buscaram estabelecimento de ensino com melhor infraestrutura e atuação diferenciada, aqueles com maior índice de aprovação.

Entre os 11, apenas 03 trabalharam durante o ensino médio, assumindo estágios ou função de operador de telemarketing. Em destaque, colocam-se os dois jovens que trazem em suas trajetórias o acompanhamento, a cobrança e o incentivo da família durante toda a sua vida escolar. No caso de um deles, o pai faz graduação em Ciências Contábeis e sempre procurou as melhores escolas públicas para o estudo dos filhos, incentivando-os a entrar na ONG Steve Biko.²

² O INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO foi fundado em 31 de julho de 1992, por iniciativa de professores e estudantes negros e negras que - de forma pioneira - criaram o primeiro curso Pré-



Como consequência, esses jovens foram aprovados na UFBA: um em Engenharia Elétrica e o outro em Letras. A jovem que cursa Biologia, também na UFBA, participou de um curso preparatório no centro Social Urbano (CSU)³, no próprio bairro. Os outros, todavia, apresentaram muita dificuldade para continuar os estudos, seja pela falta do capital econômico, escasso até para pagar o transporte para a escola, assim como pela cultura da reprodução social que coloca cada qual em seu devido lugar.

Em alguns casos, a ausência do capital cultural da família, como ressalta o relato de um jovem sobre sua mãe, que desejava que ele estudasse, mas não conseguia incentivá-lo de fato, não tendo como acompanhá-lo nas discussões e no desenvolvimento escolar. Já na escola, encontrou na secretária uma prática de educadora, quando ela assumiu um acompanhamento dos estudos dele e verificava as atividades, fornecia livros e assim – ele relata, com muito reconhecimento tanto das limitações na família quanto desta educadora – ele foi “tomando gosto” e percebendo a importância dos estudos.

Em outro caso, um estudante de Comunicação, que hoje é um ativista no bairro, participando de um projeto com os jovens, relata que foi cursar o Ensino Médio no Colégio Thales de Azevedo, porque essa era considerada uma das melhores escolas públicas de Salvador, tendo que fazer uma seleção para ingresso, mas como morava no Nordeste de Amaralina, nem sempre tinha dinheiro para custear a meia-entrada em ônibus. Desse modo, foi estabelecendo estratégias para permanecer estudando:

[...] Pra você ter ideia, eu passei no Thales de Azevedo pela seleção, e ia andando e voltava andando, por que tinha as pendências em casa e eu saía daqui cedo nove da manhã, estudava à tarde, chegava lá umas 9:30, relaxava e ia estudar, ficava lá o dia todo... eu sempre tive isso na minha mente, se eu quisesse alguma coisa, eu teria que ir buscar, por que eles não querem [...] Aqui tem escolas, mas não tem incentivo, estímulos... professores não tem condição mínima de trabalho, pra você ter ideia... Por que as escolas ficam concentradas no Beco da Cultura? O Nordeste é tão grande... Santa Cruz só tem colégio até o fundamental... tem que ir para o Polivalente ou Manoel Devoto (estudante de Comunicação, 22 anos, Nordeste de Amaralina).

Nesse relato, o referido jovem fala pelos seus pares, pois, 70% dos entrevistados nesse grupo, estudaram em escolas fora do bairro, expressando bem a necessidade de mobilização de diferentes recursos e capitais para aumentar seu capital cultural e chegar

Vestibular voltado para negros no Brasil. Em muitas reuniões nos jardins da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, no centro de Salvador e embasados nas lutas antirracistas ao redor do mundo, viu-se a urgente necessidade de reunir a militância negra em nível nacional ao redor da Educação. O Instituto surge, então, buscando a inserção dos negros no espaço acadêmico como estratégia para sua ascensão social e o combate à discriminação racial. Disponível em <https://www.stevebiko.org.br>. Acesso em 05 de novembro de 2018.

³ CSU- Centro social urbano tem como finalidade implementar programas que envolvam ações integradas de diversas políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento social de famílias em situação de vulnerabilidade e riscos sociais. É um órgão vinculado à Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos. O CSU que fica no Beco da Cultura, no Nordeste tem hidroginástica para os idosos, tem curso pré-vestibular, atividades e aulas de música, entre outros serviços de assistência social. Disponível em <https://www.justicasocial.ba.gov.br>. Acesso em 07 de novembro de 2018.



até a universidade. Todos esses jovens também colocaram o esforço da família para custear o estudo fora do bairro e a preocupação em estabelecer estratégias de diferenciação social, ao proporcionar uma escola de melhor qualidade e uma sociabilidade fora do local de moradia.

Ribeiro e Kolinsk (2010) já demonstraram o efeito do território em relação à estrutura das oportunidades educacionais, quando, em pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, cuja organização social se dá pela preponderância da relação centro-periferia, semelhante a Salvador, identificaram que as escolas localizadas em áreas menos privilegiadas apresentam menor rendimento.

Aqui, lanço mão de alguns indicadores educacionais que podem contribuir com essa reflexão. Destaca-se o fato de o Colégio Estadual Thales de Azevedo, localizado no Costa Azul, bairro de classe média, escolhido por alguns dos jovens entrevistados para cursar o Ensino Médio, apresentar menor índice de abandono, segundo o censo escolar de 2015, que foi de 3,7% no 1º ano, 4,1% no 2º e de 2,7% no 3º ano; enquanto na Escola Estadual Polivalente, situada no Beco da Cultura no Nordeste, as taxas foram 7,%, 6,3% e 6,1%, respectivamente.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), quando uma taxa de abandono está acima de 5%, isso indica a necessidade de definição de estratégias para conter o avanço da evasão escolar. Os dados citados confirmam que há uma segmentação das escolas e uma desigual distribuição de oportunidades educacionais ou de acesso para os jovens moradores.

Assim, ao que tudo indica, morar em um bairro periférico confere aos jovens vivências distintas, o que culmina em trajetórias constituídas, a partir do lugar de moradia, mas depende, muitas vezes, de outros capitais disponibilizados por outros agentes, a exemplo da família ou de projetos sociais. Portanto, ao questionar outros jovens sobre a sua trajetória escolar, percebeu-se que a participação da família na valorização da educação dos filhos, pode ser um diferencial na construção de um *habitus*, com o objetivo de reforçar e/ou aumentar um certo volume de capital para quebrar o círculo de reprodução da pobreza.

Também foi possível perceber um outro agente, que são os projetos sociais no bairro, a exemplo da instituição Steve Biko, que, em Salvador, inaugurou a primeira experiência do Brasil de pré-vestibular para jovens negros da periferia, bem antes de se pensar no sistema de Ações Afirmativas. Alguns relatos importam para tal compreensão:

[...] minha educação foi toda no bairro com diferentes pessoas que trabalham, com os moradores ali cada um com sua forma de ser... em casa que eu tinha um incentivo para continuar os estudos. O jovem aqui no Nordeste cresce em uma família que vai incentivar a entrada no mercado de trabalho e os sonhos vão ficando de lado, perdem a oportunidade de fazer o que pode emancipar eles mais tarde. (jovem, 18 anos, estudante de Letras na UFBA).

A fala do jovem revela um *habitus* de classe, com bastante propriedade expõe como foi “criado” junto à classe trabalhadora, como um efeito do lugar se apresenta reforçando a tese da dignidade que advém do trabalho e o quanto se aprende desde cedo a importância do trabalho, a importância de inserir o jovem em um ocupação



profissional e, como nos lembra a canção, “sem o seu trabalho o homem não tem honra e sem a sua honra se morre, se mata”

Ao estudar as especificidades da transição escola-trabalho entre esses jovens, põe-se em evidência a construção sócio-histórica da juventude brasileira que é mediada fundamentalmente pelo trabalho, o que não se pode perder de vista, quando se busca compreender a condição juvenil contemporânea. Como ressalta Castel (2010), não podemos esquecer também do imperativo categórico de trabalho, para aqueles que não tem outro recurso para viver, senão a força de seus braços. Relata um dos jovens:

No terceiro ano fiz curso na SteveBiko, eles preparam a gente e mostram que a universidade pública é uma conquista importante. Pois o espaço da UFBA foi sempre elitizado, eu estou com dificuldades para me manter... (Jovem, 17 anos, estudante de engenharia na UFBA).

Com esse relato, queremos enfatizar que, de um modo geral, os jovens, na periferia, podem vivenciar situações distintas com relação ao reconhecimento e valorização da escolarização. Os jovens universitários percebem e assinalam o que contribui para a continuidade dos estudos, num esforço de compreensão da gramática da reprodução.

Se, por um lado, as famílias acreditam na possibilidade dos filhos estudarem, por outro, existe também um certo senso prático, que faz com que os sujeitos compreendam que o capital cultural institucionalizado, o título universitário, não vai ser tão reconhecido no espaço social em que se encontram. Por isso, muitas famílias, devido suas condições financeiras, por se tratar de um segmento social, em sua maioria com baixa escolaridade, precarizados no mundo do trabalho, não possuem as condições requeridas para evitar a inserção dos filhos, precocemente, no mercado de trabalho. É o que outros estudos que tratam do efeito território já sinalizaram, a exemplo de Kaztman e Filgueira (2006), que demonstram como a homogeneidade socioeconômica de populações pobres limita as redes de mobilidade ascendente.

Esses depoimentos evidenciam o quanto em cada espaço social o sujeito precisa de diferentes capitais e, concomitantemente, o quanto a violência simbólica repercute na vida do jovem universitário da periferia.

Todos os jovens entrevistados relataram a necessidade do cuidado ao circular no seu espaço de moradia e em outros bairros periféricos, devido à “guerra” de facções, mas, ainda assim, muitos se identificam com o seu lugar de moradia e afirmam possuir amigos no bairro. Portanto, a mobilidade pode ser cerceada em função da rivalidade entre as facções ou ainda nas intervenções policiais, atingindo a todos os jovens e provocando faltas dos alunos nas suas respectivas faculdades.

Ao apresentar esses diferentes relatos dos entrevistados, entendemos que são significativos para a análise da complexa relação entre o espaço físico e as “disposições duráveis”⁴ dos jovens, quando precisam enfrentar as fronteiras do território para continuar sua trajetória de vida. Com um tom de indignação, os entrevistados relataram como estavam se sentindo em “estado de alerta” e quanto as ausências na faculdade implicavam em seu percurso de formação; e ainda se espantam com a naturalização

⁴ Disposições Duráveis é um dos elementos básicos utilizados por Pierre Bourdieu na composição do seu conceito de habitus.



com que os moradores/vizinhos, tratam a questão, a sensação de insegurança, o medo, passando a fazer parte do seu cotidiano.

Conforme Souza (2008), um medo generalizado toma conta de corações e mentes, recondicionando hábitos de deslocamento e lazer, influenciando formas de moradia, onde a violência tem se difundido, ainda que não se apresente em todos os locais e momentos com a mesma intensidade.

Isso justifica a atenção pormenorizada sobre a “geografia da violência”, pois, se essa se apresenta em diferentes lugares e de diferentes maneiras, o sentimento de insegurança se torna ubíquo nas grandes cidades.

Essa contribuição do autor é importante, porque confirma os resultados desta pesquisa nos bairros aqui focalizados, onde os relatos dos jovens foram prementes e abordaram como a experiência da violência atinge o jovem que deixa de frequentar a escola, a criança que sente medo e se assusta quando se depara com a polícia e o jovem negro do sexo masculino que já faz parte das estatísticas de mortes e pode ser duplamente estigmatizado.

A TRAJETÓRIA DE TRABALHO

Para apresentar a relação dos jovens entrevistados com o trabalho, os dados confirmam que a juventude tem sido um dos grupos mais atingidos pela precarização, o que torna a inserção no trabalho uma questão social.

Entre os universitários entrevistados, a maioria busca conciliar o curso de graduação na Universidade com o trabalho e muitos são os jovens que trabalham em empresa de telemarketing, ou fazem “bicos”, estágios, nem sempre na sua área de formação. Trata-se de uma questão estrutural associada ao estigma territorial, que afasta ainda mais os jovens da periferia do vínculo institucional com o emprego, devido à perda de raízes construídas no plano do trabalho, à fragilização dos laços socioeconômicos e à desfiliação em curso, como nos apresenta Castel (1997).

Identificamos que metade dos entrevistados se refere ao fato de precisar omitir o seu local de moradia, para conseguir um emprego e que conhecem outras pessoas que fizeram o mesmo, estabeleceram como estratégia fornecer endereço de parentes que moram em regiões privilegiadas, que representam um capital simbólico aceito:

Eu fui empregado assim, tenho certeza que se colocasse que sou residente daqui não teria conseguido, quando acordamos e vemos eu sou daqui, sentimos o peso disso, se não dão oportunidade aos jovens daqui, e depois perguntam porque os jovens estão no tráfico. (um jovem, estudante de Comunicação Social, 23 anos, Nordeste de Amaralina).

É como se os moradores carregassem um sinal, uma marca no corpo. Esse corpo incircunscrito na cidade é marcado por uma sensação de inferioridade. Conforme Bourdieu (1997, p.164), a apropriação de bens raros (aqui o trabalho) depende do capital que o agente possui, pois, o capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis e, ao mesmo tempo, aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis.

Como concebe Wacquant (2005), um estigma referente ao lugar sobrepõe-se ao já universal estigma da pobreza e (quando aplicável), também ao da raça. Ao mesmo tempo, esses espaços condenados ameaçam se tornar instalações permanentes e os



discursos de difamação sobre os mesmos proliferam. Além do estigma territorial, a concentração de pessoas inseridas em trabalhos precários, desempregadas e em trabalhos informais, contribui para a estratificação social, para a reprodução da desigualdade, visto que o capital social, através das redes de relações sociais atua como elementos agentes, importantes na colocação e recolocação no mercado de trabalho.

Para ter acesso às oportunidades de emprego na Pituba, no Itaigara, não basta habitar nas proximidades, é preciso ter também um capital simbólico, como um endereço que afaste qualquer suspeita, uma certa expressão verbal e corporal, que favoreça a inserção na esfera produtiva.

A cidade de Salvador, pela sua organização espacial de maneira desigual, tornou recorrente a separação por classe na ocupação do espaço. A desigualdade, percebida através das ocupações acessíveis aos jovens no mercado de trabalho, traz a visibilidade ao fato de que o jovem na periferia trabalha, enquanto em outros bairros, os jovens estudam, o que se revela no imaginário social, de que todos os jovens da periferia devem ter a mesma trajetória, a exemplo do estranhamento que alguns manifestam a respeito da presença de jovens da periferia nas Universidades:

[...] primeiro que quando você mora em um bairro periférico, popular, a sua renda não é uma coisa que vai impedir que você sofra, que os resquícios da violência, do preconceito, respinguem em você. Por mais que você tenha uma renda alta e esteja na universidade, quando vão tratar do coletivo, quando vão tratar do coletivo eles te incluem nisso aí, tanto que quando falei que as pessoas ficam surpresas quando você diz que mora no bairro tal e estuda aqui, as pessoas ficam surpresas, por que pra elas é o coletivo...todo mundo que está ali vai estar incluído na questão do bairro. (estudante de Design, UFBA, 19 anos).

p. 2408

Ao indagar sobre as diferenças de acesso ao trabalho, ao lazer e ao consumo entre os jovens do bairro, em comparação com aqueles de bairros de classe média, o relato seguinte é muito assertivo:

Tem muita diferença, por que a maioria dos trabalhos oferecidos no bairro, são trabalhos que tem uma carga horária muito grande, tem pessoas que entram no supermercado pra trabalhar 7h horas e saem dez horas da noite. E então, eu creio que necessidade de trabalhar, ter uma renda pra sustentar sua família, meio que exclui a possibilidade de lazer e acesso a informação e exclui essas pessoas, então eu creio que é isso e quando saem do bairro pra procurar emprego, não vão encontrar e quando encontram no bairro são essas cargas excessivas que os impedem de frequentar outros lugares para lazer.(estudante de Design, UFBA, 19 anos).

Vários fatores que desencadeiam a defasagem desses jovens nos estudos já foram aqui elencados, como as condições de moradia, a necessidade de trabalhar precocemente, a gravidez na adolescência, no caso das meninas, a carência alimentar, e outros, constituem fatores que contribuem para a reprodução da condição de classe desses indivíduos.



De acordo com os dados encontrados, os jovens entrevistados que já trabalham, geralmente exercem atividades produtivas pouco valorizadas no mercado de trabalho, refletindo a estrutura social e a sociedade de classes, que desencadeia uma disposição e mantém a ordem social. E como apresenta Bourdieu:

Felizes, pois, as pessoas 'modestas' que, em sua modéstia, não aspiram no fundo a mais nada, senão ao que elas já têm e bendita seja a 'ordem social' que não pretende a desventura deles, ao convidá-los a destinos muito ambiciosos, tão mal adaptados às suas aptidões quanto às suas aspirações [...]. (BOURDIEU, 1992: 215).

Ao se analisar a situação dos jovens que ocupam um território estigmatizado, pode-se perceber o caminho que se tem a percorrer para reverter um destino quase que traçado, mas com a crescente escolarização dos jovens e o acesso às universidades, a possibilidade de ter um ponto de virada na trajetória do jovem da periferia se torna realidade, mesmo reconhecendo os limites e as fronteiras impostas pela posição de classe no espaço social.

OS JOVENS EM NOVA BRASÍLIA DE ITAPUÃ

Nova Brasília de Itapuã se enquadra em uma macro-escala, segundo os critérios utilizados por Andrade e Silveira (2013, p.383), a segregação centro-periferia promove o isolamento dos pobres com todos os custos decorrentes, seja no distanciamento de áreas de trabalho, seja no distanciamento em relação à convivência com outros grupos sociais

p. 2409

Essa escala centro-periferia interfere nos vários fatores atuantes no território. Todos os entrevistados relataram que a distância do centro e a falta de dinheiro limitam muito as saídas de Itapuã, ou melhor, o acesso à "cidade", pois, é assim que os moradores de Nova Brasília se referem ao grande centro de Salvador.

É certo que na Av. Dorival Caymmi, Itapuã, tem ocorrido uma expansão do mercado de consumo popular, com o surgimento de muitas lojas, bancos, supermercado grande, lojas de departamento e, mais recentemente, na primeira década dos anos 2000, a instalação do Salvador Norte Shopping, na divisa entre Salvador e Lauro de Freitas, o que vai alterando a própria relação da periferia com o centro.

Como nos fala Telles (2010), a expansão de circuitos de consumo de bens materiais e simbólicos atinge o mercado de consumo popular e pode alterar as escalas de distâncias e proximidades.

Assim, a ampliação do mercado de consumo pode desencadear a inserção dos moradores em circuitos de trabalho, ainda que temporários, mas carece de outros bens materiais e simbólicos, presentes nos centros urbanos, o que, de certo modo, pode subestimar a permanência da assimetria no percurso de vida dos jovens da periferia.

A saída do bairro acontece com alguma frequência para ir até o médico, fazer compras na Avenida Sete de Setembro/ centro, mas a maioria coloca que é muito difícil ir até o centro da cidade. Algumas disseram que só vão quando há um evento maior como um show; outros só no Carnaval, isso devido ao crescimento do comércio e de acesso a serviços de Banco e outros, que vem crescendo na região de Itapuã. A isso se acrescenta o custo com transporte e lanche, fazendo com que a maior parte delas afirme que já deixou de sair do bairro por falta de dinheiro. Quando questionamos se



existe algum lugar que gostariam de ir, a metade não manifesta interesse em ter uma sociabilidade fora do bairro e a outra metade coloca que gostaria de frequentar mais o centro Histórico/ o Pelourinho, e a Barra, e um dos relatos mostra essa relação com a cidade: “Gostaria de ir no centro, lá na cidade⁵ mesmo, que há muitos meios para se divertir”. No entanto, não o fazem pela falta de capital econômico.

Quanto à educação, indicam que, para cursar o Ensino Médio, precisam sair do bairro, pois, fora do bairro existem escolas melhores, acrescentando que a escola pública também não prepara bem. Em relação ao lazer, também reclamam do deslocamento para o centro, considerando que é difícil e custa caro.

Durante a pesquisa nesse bairro, em contato com os moradores, vemos que a maioria prefere afirmar que mora em Itapuã e muitos reconhecem a localidade como um lugar que possui uma concentração de carências. Em entrevista com o líder de uma Associação de Moradores, que já foi mais atuante, ele coloca que é muito difícil fazer a comunidade participar efetivamente e que as lutas foram mais intensas no processo de consolidação do bairro, na época que não tinha abastecimento de água, que não possuía redes de esgoto.

A mudança do endereço, ou seja o afirmar que mora em Itapuã e não em Nova Brasília expõe uma identidade cambiante, aliada à distância do centro da cidade, o que talvez seja uma das hipóteses para se compreender o número reduzido de escolas e a ausência de creches, de projetos e ONGs. Segundo Ribeiro (2003), a proximidade geográfica entre grupos sociais diferentes, pode desencadear uma forte pressão social sobre os mais carentes e bloquear as possibilidades de tomada de consciência da sua situação de inferioridade e dominação.

Outra questão nessa mesma direção é que quando perguntava se tinha jovem universitário, as pessoas ficavam meio surpresas e logo respondiam: “tem sim”. Mas, na prática, tínhamos dificuldade de localizar fisicamente esses jovens. Mesmo adotando a metodologia da “bola de neve” (um informante indicar outro) nesse bairro, só conseguimos localizar quatro jovens que estão cursando uma faculdade, mas seria ingênuo afirmar que esse é o número de jovens universitários residentes no bairro.

Ainda assim, proporcionalmente, poucos jovens da localidade estão nas universidades e, entre os entrevistados desse grupo, três se declararam da cor preta e um da cor branca, sendo dois do sexo feminino e dois do sexo masculino. Em comparação com o bairro anterior, todos esses estudam em Faculdade particular, dois trabalham no comércio da família, uma trabalha como atendente de telemarketing e a outra apenas estuda. Geralmente, moram com a família de origem, e no geral, com renda de 2 a 3 salários mínimos. Entre os cursos escolhidos, duas são estudantes de Serviço Social, um de Engenharia Mecânica e o outro de Administração.

Quanto à trajetória escolar, entre os quatro entrevistados, dois falaram que tiveram dificuldades para concluir o Ensino Médio, pois, já estavam inseridos em

⁵ Como já afirmei, em Nova Brasília de Itapuã, as pessoas, quando se dirigem até o centro, falam: “Eu vou na cidade”, como se o bairro estivesse fora da cidade de Salvador. Itapuã, logo quando surgiu, era realmente muito distante do centro, mas atualmente não mais. Interessante que essa maneira de se referir à cidade mostra a compreensão do conceito de cidade, que não se dá simplesmente por uma ampliação do acesso a ao consumo de bens e serviços, algo que já está fortemente acontecendo em Itapuã.



atividades de trabalho e faltava tempo para estudar e fazer os trabalhos. Os outros dois entrevistados tiveram mais apoio da família e se dedicaram totalmente aos estudos.

Destaca-se que três deles estudaram em escola pública, mas fazem críticas, como a jovem de 19 anos que está cursando Serviço Social, que fez uma análise mais contundente do papel da escola. Segundo ela, a escola nunca lhe incentivou a continuar os estudos e faltou uma visão mais ampla de sociedade, da questão política. Quando foi fazer curso no Serviço Nacional de Apoio à Indústria (SENAI), ela percebeu isso. Ao seu ver, faltava conteúdo, porque, na escola, fazia um trabalho e era aprovada. Afirma que o SENAI a preparou muito para a faculdade, na qual conseguiu adquirir uma visão diferente da sociedade, um interesse em buscar algo melhor para si mesma e para a sociedade como um todo. Todos consideram que a educação formal, através de estabelecimentos de ensino, tem um papel fundamental para o acesso ao conhecimento e para conseguir um trabalho melhor.

Quanto à sociabilidade, dois entrevistados afirmam que têm amigos no bairro, frequentam a praia e o shopping mais próximo, para ir ao cinema, enquanto os outros dois também citaram a praia, o cinema e que possuem amigos no bairro e fora do bairro.

A frequência ao centro quase nunca ocorre, devido à distância, ao custo financeiro e mesmo à falta de interesse, pois informam que o bairro é visto como um lugar bonito, turístico e, quando falam do bairro em que residem falam de Itapuã e não Nova Brasília. Ao mesmo tempo, com relação à mobilidade, a dificuldade de transporte para o centro é grande, os ônibus demoram e uma das jovens relata que, para ir até a faculdade, tem que pegar dois ônibus e o coletivo intermunicipal não aceitava meia passagem, o que foi resolvido recentemente com o Projeto de Integração do transporte urbano entre Salvador e Região Metropolitana. Assim, o capital econômico faz falta aos jovens para ter mais acesso a serviços de lazer como, teatro e cinema.

Quando indagamos sobre o jovem da periferia em relação aos jovens de outros bairros, três entrevistados relataram que existe diferença de oportunidades, devido à classe social. Uma jovem afirma que a questão racial também é um elemento distintivo, porque em entrevista de emprego, já ficou sabendo de pessoas que são preteridas em função da cor da pele. Um dos jovens, que é filho de um comerciante da área, não relatou se sentir diferente em relação a outros jovens. Ele reside em Nova Brasília, mas em uma área privilegiada tem acesso a bens e serviços, correlatos ao seu o capital econômico, cultural e social.

Um dado que evidencia o que já afirmou Bourdieu (1997): a complexidade da estrutura social se apresenta no espaço físico para cada jovem que se apropria dele a partir do volume de capitais que carrega na sua bagagem.

Todos os entrevistados têm planos para concluir a faculdade, conseguir um bom trabalho que lhes garanta uma estabilidade financeira, falam em fazer concurso e um deles tem planos de fazer pós-graduação. Assim, em relação a esse segundo bairro, o nosso argumento é que a relação entre centro e periferia atua de modo específico nessa localidade, de modo que poucos jovens conseguem adentrar as universidades ou acreditam na continuidade dos estudos.

O jovem de Nova Brasília tem um acesso diferenciado à estrutura de oportunidades, no que se refere à educação e ao trabalho, muito em função de ser uma periferia distante do centro, onde se encontram os melhores empregos, as melhores



escolas públicas. Aqui também não encontramos nenhum projeto ou ONGs direcionados para a causa da juventude. Existem apenas grupos de jovens de igreja.

Todos os universitários frequentam faculdades particulares, muito em função do acesso aos programas de incentivo do governo federal, que concede bolsas e financiamento para aquele estudante que não pode sozinho arcar com os custos de sua formação.

No entanto, identificamos um número bem maior de jovens universitários no Nordeste e Santa Cruz, do que em Nova Brasília, o que pode estar relacionado ao fato de ser uma área periférica em Itapuã, um bairro mais afastado do centro da cidade, com uma oferta menor de estabelecimentos educacionais. Nesse cenário, a relação centro-periferia pode explicar alguns casos mais específicos da distribuição espacial da população urbana e a explicação, por esse viés, assume toda uma complexidade que o trabalho de pesquisa mais qualitativa pode esclarecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não percebemos os efeitos positivos, a partir da relação de vizinhança dos moradores do Nordeste com a Pituba ou Itaigara, nem dos moradores de Nova Brasília, com áreas mais abastadas de Itapuã. Nos dois casos, identificamos que o bairro mais abastado funciona como local de trabalho, quando não entra em ação o estigma territorial. Mesmo porque a apropriação positiva do lugar acontece a partir da posse dos diferentes capitais. A oferta de emprego na vizinhança não atrai os jovens quando se trata de serviços de trabalhador doméstico, porteiro, vigilante, nos condomínios próximos. Por outro lado, em Nova Brasília, muitos jovens acham que o comércio crescente em Itapuã não contrata os jovens do bairro. A seleção para o trabalho depende do capital social, da posse de títulos, o capital cultural institucionalizado. Para se apropriar dos ganhos de localização, do morar em Itapuã, o jovem vai precisar de outros capitais nas suas mais diversas formas.

Conforme Kaztman e Filgueiras (2006), a composição homogênea de bairros pobres limita o potencial interno de mobilidade socioeconômica devido à preponderância de vínculos entre pessoas que estão vivendo a mesma situação, com uma clara diminuição de contatos com pessoas de outras classes sociais.

Identificamos essa homogeneidade em Nova Brasília e no Nordeste. Contudo o bairro mais próximo ao centro(s), favorece a circulação do jovem por outros espaços da cidades, ou seja, o “direito à cidade” tende a ser mais concreto, além de também lá se encontrar diferentes iniciativas da sociedade civil, desde a associação de bairros, projetos de ONGs e políticas públicas, como as localizadas no CSU, que garantem uma outra dinâmica ao bairro, tanto a nível de sociabilidade, como a nível de proporcionar um acesso a outras oportunidades para traçar um percurso diferente do padrão ou homogeneidade atribuída ao jovem da periferia.

Nesse sentido é que o efeito de lugar, ao se estabelecer como uma metodologia para se identificar os ganhos de posição, os ganhos de situação e de localização, torna-se útil para compreender o quanto o território, associado a outros marcadores como geração e raça pode ser considerado para se perceber o processo de reprodução das desigualdades socioespaciais, que se manifestam de maneira não linear nas trajetórias



dos indivíduos que, a partir do seu lugar de moradia, da sua geração e da sua raça/cor pode se sentir integrado ou apartado da sociedade.

Os jovens universitários, no seu espaço de moradia, incorporam disposições, a partir das experiências no seu espaço social e, quando começam a circular em outros campos, ocorre uma reestruturação do *habitus*. Isso não é algo que depende apenas do agente, as práticas são fruto da posição no espaço social reificado onde se apresenta com a distribuição de bens e serviços no espaço físico. Os jovens sentem a necessidade de ajustar suas práticas, ao ingressarem em outros campos, a exemplo daqueles que entram na universidade e precisam estabelecer estratégias para ultrapassar as fronteiras visíveis e invisíveis.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luciana Teixeira; SILVEIRA, Leonardo Souza. Efeito território: explorações em torno de um conceito sociológico. *Civitas*, Porto Alegre, v.13, n.2, p. 381-402, maio/ago. 2013.
- BICHIR, Renata M.; FERREIRA, Paula M.; TORRES, Haroldo. Jovens no município de São Paulo. Explorando o Efeito das relações de vizinhança. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 2, nov., 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Os Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papius, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Beirão. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1978. p.112-121
- BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, Pierre. *Os excluídos do interior*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.
- CALDEIRA, Tereza P. R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo: Editora 34/Edusp, 2002.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Mercado de Trabalho e Vulnerabilidade em Regiões Metropolitanas Brasileiras. *Caderno CRH*, Salvador/UFBA, v. 24, p. 397-412, 2001.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; BARRETO, Vanda Sá. Segregação residencial, condição social e raça em salvador. *Cadernos Metrópole*, n. 18, 2º sem, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTEL, Robert. A Dinâmica dos Processos de Marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador/UFBA, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

p. 2413



- GALSTER, George; KILLEN Sean P. The Geography of Metropolitan Opportunity: A Reconnaissance and conceptual Framework. Housing Policy Debate, v 6 Issue I, Fannie Mae, 1995.
- KAZTMAN, Ruben; FILGUEIRA, Fernando. Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructuras de oportunidades. Montevideu: Cepal, 1999.
- KAZTMAN, Ruben; FILGUEIRA, Fernando. Las normas como bien público y como bien privado: reflexiones en las fronteras del enfoque AVEO. Serie Documentos de Trabajo del Ipes: Colección Aportes Conceptuales, Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, n. 4, 2006.
- LEFEVBRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 2001.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACHI, Maria Alice (Org.) Mannheim, Grandes cientistas sociais. N 25. São Paulo: ática, 1982.
- RIBEIRO, Luiz C. Q.; KOSLINSKI, Marianne C.; ALVES, Fátima; LASNAR, Christiane (Orgs.). Desigualdades urbanas, desigualdades escolares. Rio de Janeiro, Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 334p, 2010.
- SANTOS, Lícia M. S. dos. As Fronteiras do lugar na vida dos jovens: um estudo nos bairros de Nordeste e Amaralina e Nova Brasília de Itapuã. 2018. 216f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – defendida no PPGCS/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- SOUZA, Ângela G. Mudanças urbanas em salvador no final do século XX. Bahia Análise & Dados. Salvador-BA, SEI, v. 9, n. 4, p53-73, 2000.
- SOUZA, Ângela G. Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SOUZA, Marcelo L. Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- TELLES, Vera S. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- WACQUANT, L.J.D. As duas faces do gueto. São Paulo. Boitempo, 2008.
- WACQUANT, L.J.D. condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada. Rio de Janeiro, Revan: Fase, 2001

p. 2414



**ANÁLISIS EXPLORATORIO DE DATOS ESPACIALES DE
POBREZA 1996-2011 EN MONTEVIDEO Y ÁREA
METROPOLITANA: CAMBIOS Y CONTINUIDADES EN
PATRONES DE LOCALIZACIÓN**

Víctor Borrás

Departamento de Sociología Universidad de la República-Uruguay
victor.borras@cienciassociales.edu.uy

p. 2415



INTRODUCCIÓN

En los últimos cuarenta años, se ha asistido a nivel global a procesos de transformación de las estructuras espaciales de las metrópolis. Según Mike Davis (2006), en el sur global, el veloz crecimiento urbano registrado en las últimas décadas, en un contexto de ajuste estructural, desindustrialización y recorte del gasto público, tiene como una de sus caras visibles la producción en masa de áreas urbanas hiperdegradadas, que se extienden más allá de los límites de las ciudades.

Montevideo no escapa a las dinámicas descritas, y si bien conformó hasta la década de 1960 un conjunto urbano relativamente integrado, la bibliografía coincide en señalar que, desde la década de 1970 se documenta la expulsión de población pobre del centro de la ciudad, que se instala en los bordes de la ciudad y, posteriormente, en el área metropolitana de Montevideo (AMM), teniendo como resultado la consolidación de espacios periféricos hiperdegradados.

Si bien la ciudad en la última década ha logrado reducir sus niveles agregados de pobreza y desigualdad de ingresos, resultado de la convergencia de crecimiento económico y reformas sociales, el optimismo que podría generar el análisis agregado es relativizado en la bibliografía por tres razones. En primer lugar, un nutrido grupo de trabajos (VEIGA, 2010, DINEM, 2012, AGUIAR, 2016, SERNA y GONZÁLEZ, 2017) destacan que la reactivación económica y las reformas sociales no han logrado revertir brechas territoriales en el acceso al bienestar, dando cuenta de la persistencia de procesos de fragmentación urbana, documentados por la bibliografía desde la década de 1980 (MAZZEI y VEIGA 1985, LOMBARDI y VEIGA 1988, BERVEJILLO 1987, en FILARDO y AGUIAR 2009).

En segundo lugar, es reconocido que existen condiciones de privación inercial y crónicas que no reaccionan en el corto plazo a la reactivación económica (KAZTMAN, 1989). Esta tesis ha motivado trabajos que, desde enfoques multidimensionales, han buscado establecer en qué medida las mejoras vividas en términos económicos, coinciden con mejoras en dimensiones no monetarias del bienestar. Los resultados son concluyentes en señalar que, a pesar de que la pobreza y la desigualdad multidimensional han descendido, el ritmo es lento y dispar entre distintos territorios (COLAFRANCESCHI, FAILACHE y VIGORITO, 2013, CALVO, 2013, BORRÁS, 2017).

Por último, si bien existe evidencia reciente que muestra que Montevideo en los últimos años ha revertido una tendencia histórica de aumento de la segregación residencial socioeconómica a escala de barrios (VÁZQUEZ, 2018), no está clara la evolución del fenómeno al considerar el Área Metropolitana de Montevideo (AMM), justamente la que ha mostrado mayor crecimiento relativo en los últimas décadas. La mayoría de los trabajos que han estudiado la desigualdad espacial y la distribución de la pobreza en la ciudad, han restringido su análisis a los límites administrativos de Montevideo, dejando por fuera el estudio de su área metropolitana.

De acuerdo a lo planteado en la bibliografía (LOMBARDI y BERVEREJILLO, 1999, ARTIGAS, et. al. 2002, VEIGA, 2006, MARTÍNEZ GUARINO, 2007), el AMM presenta características diferentes según el eje de acceso a la ciudad. Mientras la expansión hacia el corredor sureste responde a las preferencias residenciales de sectores de ingresos medio altos y altos, el poblamiento del oeste y noreste se da por el surgimiento de asentamientos irregulares y radicación de población de bajos ingresos.

p. 2416



Lo anterior sugiere que la expansión urbana podría estar reproduciendo patrones de localización de la pobreza y procesos de fragmentación urbana, documentados en la bibliografía para Montevideo. De ser así, las mejoras en términos de reducción de la pobreza documentadas en el último período, podrían no ser tales al incluir en el análisis el AMM.

El presente trabajo se propone desarrollar un análisis longitudinal (1996-2011) de la distribución espacial de la pobreza en Montevideo y el Área Metropolitana. Se busca aportar evidencia que dé cuenta que, más allá de las mejoras registradas en los últimos años, persisten brechas territoriales que se expresan, entre otros aspectos en la persistencia de conglomerados de alta pobreza en determinadas zonas de la ciudad y en la conformación de nuevos conglomerados de pobreza en el área metropolitana.

En lo que sigue el artículo se organiza así: luego de esta introducción, se presenta de modo sintético la metodología. Seguido de ello se desarrollan los resultados organizados en dos apartados. En el primero se presentan algunos indicadores demográficos 1996-2011 de Montevideo y el AMM, a modo de contextualización del área de estudio. En el segundo se describe y analiza la distribución espacial de la pobreza en el período. La última sección presenta las reflexiones finales.

METODOLOGÍA

Análisis exploratorio de datos espaciales

Para el análisis espacial de la pobreza se utilizan procedimientos disponibles dentro del Análisis Exploratorio de Datos Espaciales (AEDE). El AEDE se compone de un conjunto de técnicas que permiten describir y visualizar distribuciones espaciales, identificar casos atípicos, descubrir patrones de asociación espacial, identificar autocorrelación espacial y describir patrones de heterogeneidad espacial (ANSELIN, SRIDHARAN y GHOLSTON, 2006, p. 290).

En particular, el trabajo se centra en testear la presencia de dos efectos espaciales en la distribución de la pobreza. A saber: a) la dependencia o autocorrelación espacial; cuando los valores de una variable (en este caso la pobreza) tienden a asumir valores similares en unidades geográficamente cercanas, dando lugar a surgimiento de conglomerados geográficos. B) La heterogeneidad espacial o no estacionalidad, dada por la manifestación diferenciada del fenómeno en distintas áreas geográficas (Anselin, Sridharan y Gholston, op. Cit.).

Para ello se recurre a tres técnicas: a) el mapeo de la incidencia de la pobreza utilizando mapas temáticos de cortes naturales, con el fin de identificar regiones con incidencia diferente de pobreza y “mapas de caja” (*box maps*), una extensión del diagrama de cajas (*box plot*) que muestra las unidades divididas en cuartiles y permite visualizar casos extremos, definidos respecto al rango intercuartílico. B) La estimación del I de Morán global y la presentación del diagrama de dispersión asociado a este estadístico, para cuantificar el grado de aglomeración de cada uno de los indicadores y, c) la estimación del I de Morán local, como medida de la familia de indicadores locales de autocorrelación espacial (LISA), que mide la asociación existente entre los valores



de una unidad y los valores de sus vecinas, ofreciendo un procedimiento para identificar conglomerados y no estacionalidades en el espacio⁶.

El I de Moran mide la tendencia de valores similares a agruparse en el espacio. Los valores de la I de Moran varían entre 0, 1 y -1, donde 0 implica la no existencia de un patrón definido y 1 y -1 autocorrelación positiva y negativa respectivamente. El estadístico puede ser calculado como:

$$I = \frac{\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n w_{ij} (y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}$$

Donde, y_i es el valor de la variable en la población i , \bar{y} es su media y w_{ij} es la ponderación de la matriz de pesos espaciales⁷.

El I de Moran local brinda una imagen más intuitiva de aglomeraciones, calculable como:

$$I_i = (y_i - \bar{y}) \sum_j w_{ij} (y_j - \bar{y})$$

Donde el resultado informa la asociación espacial entre el valor de una variable en una unidad geográfica i y los valores que asumen en unidades vecinas.

Para el procesamiento de la información espacial se utiliza el software GeoDa⁸.

Fuentes de información

Los censos de población constituyen fuentes de información idónea para el análisis espacial sociodemográfico. El presente trabajo utiliza los Censos de Viviendas Hogares y Personas (CVHP) de 1996 y 2011 del Instituto Nacional de Estadística⁹.

Medición de la pobreza.

Para la medición de la pobreza se utiliza la Metodología de las Necesidades Básicas Insatisfechas (NBI) propuesta de medición de Calvo (2013). La misma consiste en identificar como pobres a los hogares que cuentan con al menos una privación en alguna de las siguientes seis dimensiones.

- (i) Vivienda decorosa (son privadas viviendas con materiales de paredes o techos de desechos o piso de tierra, hogares con más de dos personas por habitación de la vivienda o Hogares que no disponen de un lugar con canilla y pileta para cocinar).
- (ii) Agua potable (El agua no proviene de Red General o pozo surgente protegido o el agua no ingresa por cañería dentro de la vivienda).
- (iii) Servicio higiénico (La vivienda no dispone de baño de uso exclusivo o su evacuación no se realiza por Red General, fosa séptica o pozo negro).

⁶ Ver Anselin (1996) por un desarrollo de estos procedimientos.

⁷ La matriz de ponderación es una matriz cuadrada del orden del número de observaciones y que contiene como valores de 0 y 1. Donde $w_{ij} = 1$ si la población i y j cumplen con algún criterio de vecindad. Como criterio de vecindad se utiliza la distancia entre segmentos, de modo de pondera a los k segmentos más cercanos; esto asegura que todas las observaciones tengan igual cantidad de unidades vecinas y evita las "unidades islas", aquellas que no tienen unidad contiguas, algo que puede darse especialmente en segmentos del AMM.

⁸ Disponible de forma abierta en <https://geodacenter.github.io/>

⁹ Los microdatos se encuentran disponibles de modo abierto en <http://www.ine.gub.uy/web/guest/censos1>



- (iv) Energía eléctrica (La vivienda no accede a energía eléctrica para iluminarse).
- (v) Artefactos básicos de confort (El hogar no dispone de ningún medio para calefaccionar la vivienda, El hogar no dispone de refrigerador (con o sin freezer, El hogar no dispone de calefón o calentador eléctrico).
- (vi) Educación (En el hogar hay al menos un menor de entre 4 y 17 años que no asiste a educación formal).

La medida resumen de la pobreza utilizada es la Tasa de Recuento (H), que representa la proporción hogares identificados como pobres en una determinada unidad espacial.

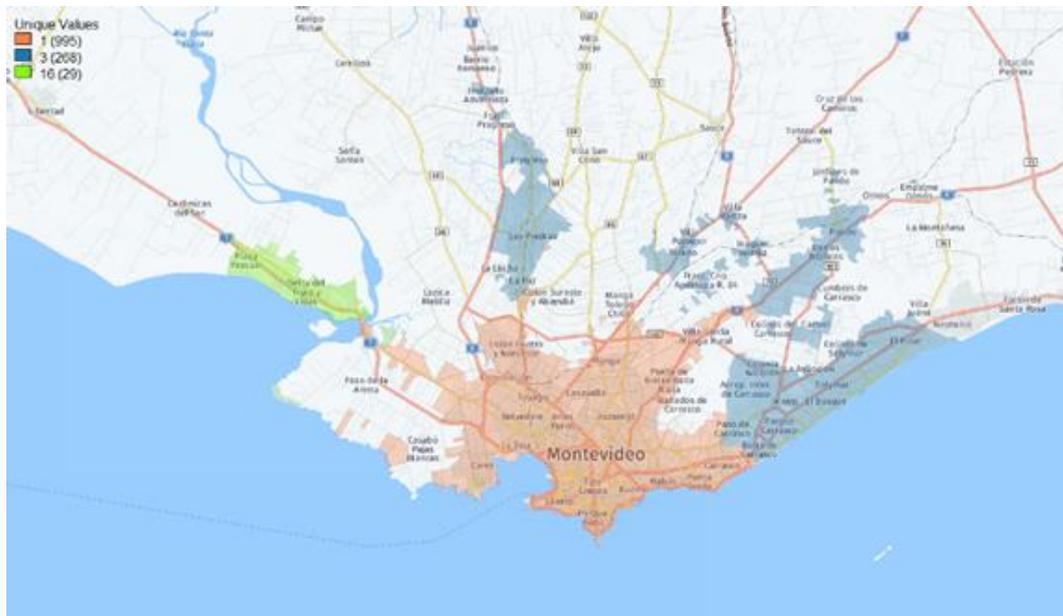
Área de estudio y escalas geográficas

El área de estudio será Montevideo urbano y el Área Metropolitana de Montevideo (AMM), definida como la suma de las localidades comprendidas en un radio de 30 km desde el km 0 de Montevideo, sin considerar a las áreas rurales (DINEM, 2012, p.211).

La escala geográfica utilizada es el segmento censal¹⁰. El mapa a continuación delimita el área de estudio.

¹⁰ El INE ha dividido el territorio nacional con fines estadísticos en cuatro niveles jerárquicos: departamentos (primer nivel administrativo subnacional), secciones censales (porciones importantes de territorio que pueden incluir áreas amanzanadas y no amanzanadas. Sus límites corresponden a los de las Secciones Judiciales vigentes en el Censo del año 1963), segmentos censales (en localidades censales ó áreas amanzanadas es un conjunto de manzanas. En áreas no amanzanadas es una porción de territorio que agrupa unidades menores con límites físicos reconocibles en el terreno y que puede comprender además núcleos poblados) y zonas (es la unidad menor identificable. En localidades censales ó áreas amanzanadas generalmente coincide con una manzana). Los mapas vectoriales se encuentran disponibles en <http://www.ine.gub.uy/web/guest/338>

FIGURA 1. DELIMITACIÓN DEL ÁREA DE ESTUDIO



Fuente: elaboración propia en base a CVHP 2011

RESULTADOS

Características demográficas de Montevideo y AMM 1996-2011

p. 2420

El peso poblacional relativo de Montevideo y el AMM en el total país se ha mantenido estable a través de los últimos 5 censos. Según Artigas, et. al. (2002), desde 1963 el porcentaje de población viviendo en Montevideo y el AMM representa algo más del 50%. Como se observa en la tabla 1, el peso absoluto y relativo de la población de Montevideo y el AMM en el total país se mantiene estable entre 1996 y 2011. Sin embargo, destacan un aumento relativo de la población del Área Metropolitana de Canelones en 22 puntos porcentuales y de la de San José en 46, al tiempo que Montevideo urbano presenta una tasa de variación negativa.



		Frecuencia	Porcentaje
1996	RESTO DEL PAÍS	1562100	49.4
	MONTEVIDEO URBANO	1307562	41.3
	ÁREA METROPOLITANA CANELONES	272646	8.6
	ÁREA METROPOLITANA SAN JOSÉ	21455	.7
	TOTAL PAÍS	3163763	100.0
	TOTAL POBLACIÓN MONTEVIDEO URBANO Y AMM	1601663	50.6
2011	RESTO DEL PAÍS	1617816	49.2
	MONTEVIDEO URBANO	1304728	39.7
	ÁREA METROPOLITANA CANELONES	332095	10.1
	ÁREA METROPOLITANA SAN JOSÉ	31238	1.0
	TOTAL PAÍS	3285877	100.0
	TOTAL POBLACIÓN MONTEVIDEO URBANO Y AMM	1668061	50.8
TASA DE VARIACIÓN RELATIVA 1996-2011	RESTO DEL PAÍS	0.036	
	MONTEVIDEO URBANO	-0.002	
	ÁREA METROPOLITANA CANELONES	0.218	
	ÁREA METROPOLITANA SAN JOSÉ	0.456	
	TOTAL PAÍS	0.039	
	TOTAL POBLACIÓN MONTEVIDEO URBANO Y AMM	0.041	

Fuente: elaboración propia en base a CVHP 1996 y 2011.

Como ha sido documentado por distintos trabajos antecedentes, desde hace al menos cuatro décadas, se constatan una serie de transformaciones territoriales, que modificaron sustantivamente la ciudad y su AMM. Lombardi y Bervejillo (1999) plantearon hacia fines de la década de 1990, la hipótesis de “un nuevo ciclo metropolitano” en el cual la producción y consumo de espacio responderían a nuevos contextos en el modo de desarrollo, en las relaciones local – global, en los valores sociales y en las estrategias de los distintos actores urbanos, con un fuerte e inevitable impacto en términos de reestructuración espacial y expansión territorial de los usos urbanos.

Con el propósito de brindar una imagen simplificada de la reestructuración espacial de Montevideo y el AMM, los autores proponen su agrupación en doce grandes áreas (Ver Figura 2) y analizan la evolución 1985-1996 en algunos indicadores. A continuación se describen sintéticamente la regionalización propuesta por los autores y en la Tabla 2 se replica la agrupación, presentando la distribución absoluta y relativa de la población según grandes áreas y la tasa de variación relativa de población 1996-2011.

La ciudad de Montevideo está conformada por ocho grandes áreas: (i) el Área Central de la ciudad, consolidada hacia 1870, caracterizadas por la mezcla social y funcional y una densidad de ocupación alta, es el área más afectada por la crisis urbana de los años 70 y 80. (ii) Las tres áreas intermedias -distinguidas según su ubicación oeste, central y este- son espacios urbanos cuya ocupación se completó hacia 1950. Se caracterizan también por albergar un mosaico de grupos sociales, en el marco de una estructura de barrios bien definida, con densidades medias. (iii) La Costa Este de Montevideo, con predominio de las clases medias y altas, combina tramos densificados en altura con morfologías de barrio jardín y baja densidad. (iv) Por último, las tres periferias de Montevideo (oeste, norte y noreste) con urbanización no consolidada ni

p. 2421



saturada, donde predominan los sectores de ingresos medio bajos y bajos y una combinación de morfologías de vivienda unifamiliar autoconstruida, conjuntos habitacionales y asentamientos irregulares.

El área de estudio se completa con las tres periferias del AMM en Canelones y San José –cada una asociada a un corredor de entrada a la ciudad. En ellas coexisten viejos núcleos urbanos pre-metropolitanos con extensos fraccionamientos destinados a sectores populares, realizados a partir de mediados de este siglo. Por último Ciudad de la Costa y Eje Ruta Interbalnearia, donde destacan la rápida transformación tras los años 80 a ciudad permanente, en un proceso protagonizado por clases medias que “emigran” desde Montevideo a la zona sur y sectores populares radicados al norte de la ruta.

Los resultados de aplicar dichos criterios de regionalización a las variaciones de población entre 1996 y 2011 confirman la heterogeneidad de las dinámicas poblacionales según áreas de la ciudad y ejes del AMM. En particular evidencian sobre la persistente tendencia al crecimiento de los barrios periféricos y el AMM, que ya habían diagnosticado los autores para el período 1985-1996, ratificando la pérdida de población en el área central de la ciudad, documentada por la bibliografía desde hace al menos tres décadas (MAZZEI y VEIGA 1985, LOMBARDI y VEIGA 1988, PORTES 1989, BERVEJILLO 1987, EN FILARDO y AGUIAR 2009).

Así mismo, se mantiene el patrón, ya marcado en Lombradi y Bervejillo (1999) para 1985-1996, de pérdida de población la zona intermedia central. Sin embargo, a diferencia del anterior período inter-censal, donde las áreas intermedias del oeste y el este mostraban tasas de variación poblacional positiva, en el período 1996-2011, las zonas intermedias oeste y este registran una disminución relativa de 6 y 9,5 puntos porcentuales respectivamente.

Respecto a las zonas periféricas de Montevideo, entre 1996 y 2011 se mantienen las tasas de variación positiva. Sin embargo, los niveles de crecimiento entre zonas muestran algunas particularidades: (i) la periferia oeste continúa teniendo los mayores niveles de crecimiento, sin embargo el guarismo se aleja del 32% registrado en 1985-1996. (ii) La periferia este, que en 1985-1996 mostraba los menores niveles de crecimiento poblacional, supera en 1996-2011 a la periferia norte, alcanzando una tasa de variación relativa del 18%. (iii) La periferia norte mantiene tasas de variación relativas similares a las registradas en el período 1985-1996, siendo entre 1996 y 2011 el área periférica de la ciudad que menos creció.

Las cuatro zonas del área metropolitana de Montevideo muestran tasas de variación relativas positivas, sin embargo en todos los casos son algo menores a las registradas por Lombardi y Bervejillo para 1985-1996. El eje de la Ruta 1, correspondiente al departamento de San José, si bien es el que muestra menor cantidad absoluta de población, registra las tasas de variación más altas (46%).

Ciudad de la Costa y el Eje de la Ruta Interbalnearia es, de las cuatro zonas del AMM, la que cuenta en 2011 con mayor cantidad de habitantes (120.850), mostrando entre 1996 y 2011 una tasa de variación relativa del 40%. El Eje Ruta 5 se ubica en 2011 en segundo lugar en cantidad absoluta de población (112.412 personas), pero en términos relativos es el que menos creció en el último período inter-censal (7,7%). El eje de la Ruta 8 (que incluye a las localidades ubicadas sobre las rutas 6, 7 y 101), muestra

una variación relativa de 20% entre 1996 y 2011, alcanzando el último año censal una población absoluta de 98.833 personas.

En suma, se ratifican las tendencias divergentes en la dinámica poblacional del Área Metropolitana señaladas en la bibliografía antecedente (LOMBARDI y BERVEJILLO, 1999, VEIGA, 2006). Se mantiene un crecimiento acelerado de Ciudad de la Costa y el Eje de la Ruta Interbalnearia –si bien de menor envergadura respecto a la registrada en la última década del siglo XX. Prevalece el aumento de la población del eje Ruta 8 y Ruta 1 y se da un estancamiento del crecimiento de población las localidades ubicadas en el Eje de la ruta 5.

TABLA 2. DISTRIBUCIÓN ABSOLUTA Y PORCENTUAL DE POBLACIÓN DE MONTEVIDEO URBANO Y EL AMM SEGÚN ZONAS Y TASA DE VARIACIÓN RELATIVA 1996-2011

	1996		2011		TASA DE VARIACIÓN RELATIVA
	FRECUE NCIA	PORCEN TAJE	FRECUE NCIA	PORCEN TAJE	
ÁREA CENTRAL	176356	11.0	165424	9.9	-0.062
COSTA DE MONTEVIDEO	244950	15.3	231512	13.9	-0.055
ZONA INTERMEDIA OESTE	96536	6.0	90649	5.4	-0.061
ZONA INTERMEDIA ESTE	224531	14.0	203209	12.2	-0.095
ZONA INTERMEDIA CENTRAL	151735	9.5	134950	8.1	-0.111
PERIFERIA OESTE	123865	7.7	149106	8.9	0.204
PERIFERIA NORTE	172430	10.8	191563	11.5	0.111
PERIFERIA ESTE	117159	7.3	138315	8.3	0.181
EJE RUTA 1	21455	1.3	31238	1.9	0.456
EJE RUTA 5	104329	6.5	112412	6.7	0.077
EJE RUTA 8 Y LOCALIDADES RUTA 6, 7 Y 101	82202	5.1	98833	5.9	0.202
CIUDAD DE LA COSTA Y EJE INTERBALNEARIA	86115	5.4	120850	7.2	0.403
TOTAL	1601663	100.0	1668061	100.0	0.041

p. 2423

Fuente: elaboración propia en base a CVHP 1996 y 2011

FIGURA 2. MONTEVIDEO Y EL ÁREA METROPOLITANA DOCE GRANDES ZONAS



Fuente: elaboración propia en base a Lombardi y Bervejillo (1999).

La Tabla 3 busca aproximarse a la movilidad residencial intraurbana, desde Montevideo hacia el AMM, entendiendo que éste es una de los factores que se asocia



al crecimiento de los cuatro ejes metropolitanos. La movilidad residencial intraurbana refiere a “aquellas prácticas espaciales que involucran cambios en el lugar de residencia en la ciudad. Se trata de cambios producidos con origen y destino en una misma área urbana o metropolitana y que, en principio, no suponen una modificación total del espacio de vida de los individuos.” (Di Virgilio, 2018:119).

Tanto en 1996 como en 2011, casi 1 de cada 3 personas que residían en el AMM habían residido en Montevideo inmediatamente después de su nacimiento. En Ciudad de la Costa este valor supera el 45%, mientras en el Eje ruta 5 el valor no alcanza el 20%. Lo anterior brinda evidencias sobre la importancia de la movilidad residencial desde Montevideo, para dar cuenta del crecimiento del AMM en general y, en particular de Ciudad de la Costa y, en menor medida, del Eje de Ruta 1.

Las dos últimas columnas muestran el porcentaje de población en el AMM que cinco años antes de los censos, es decir en 1991 y 2006 respectivamente, vivían en Montevideo. Como puede observarse, la movilidad residencial intraurbana reciente (menos de 5 años) que tiene por origen Montevideo y destino AMM disminuye entre 1996 y 2011, pasando de 13% a 8%. Esto podría hacer suponer una desaceleración en el “nuevo ciclo metropolitano” planteado en Lombradi y Bervejillo (1999).

La radicación reciente de población proveniente de Montevideo varía según la región del AMM considerada. Los ejes de Ruta 5 y Ruta 8, donde se encuentran tres de las ciudades de consolidación temprana –Las Piedras, La Paz y Pando–son los que presentan el menor peso de población montevideana radicada en los últimos 5 años. Ciudad de la Costa y el Eje de Ruta Interbalnearia es, ambos años, la región que cuenta con mayor cantidad de población que llegad de Montevideo en los últimos 5 años. Sin embargo el valor disminuye entre 1996 y 2011 del 25% a 13.3%. Lo anterior puede hacer suponer un cierto afianzamiento de la región y un enlentecimiento en la captación de población proveniente de la capital.

p. 2424

	LUGAR DE RESIDENCIA AL MOMENTO DE NACER MONTEVIDEO		LUGAR DE RESIDENCIA HACE 5 AÑOS (PERSONAS MAYORES DE 5 AÑOS) MONTEVIDEO	
	1996	2011	1996	2011
EJE RUTA 1	33.5%	31.8%	15.5%	10.6%
EJE RUTA 5	19.8%	16.6%	6.0%	3.8%
EJE RUTA 8 Y LOCALIDADES RUTA 6 7 Y 101	21.3%	19.2%	7.8%	5.1%
CIUDAD DE LA COSTA Y EJE INTERBALNEARIA	48.3%	46.0%	25.0%	13.3%
TOTAL AMM	29.6%	28.4%	12.8%	7.9%

Fuente: elaboración propia en base a CVHP 1996 y 2011.

Distribución espacial de la pobreza en Montevideo y el AMM 1996-2011

En términos agregados los porcentajes de personas en hogares pobres según la Metodología de las Necesidades Básicas Insatisfechas (NBI) descendió en Montevideo y el Área Metropolitana de Montevideo de 39.8% en 1996 a 27.4% en 2011. Sin embargo, más allá de las mejoras absolutas, persisten marcadas desigualdades en la incidencia del fenómeno en distintas zonas de la ciudad. En esta sección se abordan dichas desigualdades.



En particular se busca testear cuatro hipótesis. (i) El porcentaje de personas en hogares pobres se distribuye espacialmente de forma heterogénea. (ii) Existe autocorrelación espacial en los niveles de pobreza. (iii) La autocorrelación espacial, a nivel local, se expresa en conglomerados geográficos homogéneos con altos y bajos porcentajes pobreza.

La figura 3 muestra dos tipos de mapas de distribución espacial de la pobreza para los años 1996 y 2011. El primero, de cortes naturales, muestra una clasificación basada en la estructura de los datos y en la búsqueda de sus regularidades internas. Se constata una marcada heterogeneidad espacial en la distribución de los niveles de pobreza entre segmentos.

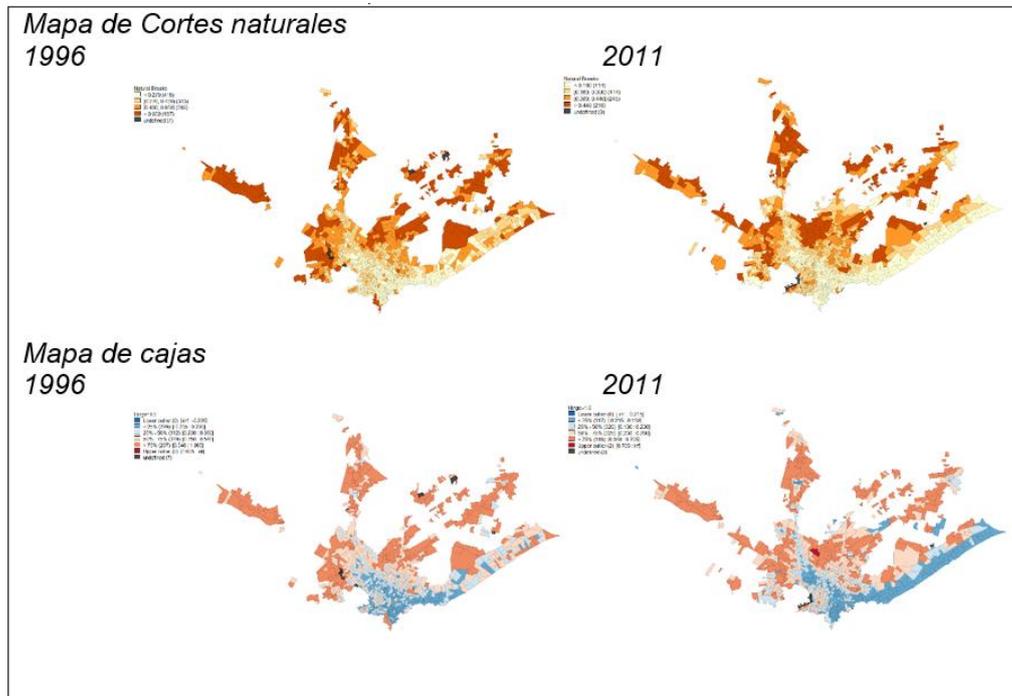
Los patrones de distribución son similares ambos años; en el centro y sureste de la ciudad se ubican las zonas prósperas, con niveles homogéneamente bajos de pobreza. En 2011 el continuo próspero se extiende por la zona sureste del AMM; área que hasta 1996 se mostraba relativamente heterogénea, conformada por segmentos con niveles medios, bajos y altos de pobreza. Los barrios periféricos de la ciudad y los corredores de acceso de Eje Ruta 1 (AMM oeste), Eje Ruta 5 (AMM norte) y Eje Ruta 8 (AM noreste) muestran niveles altos de pobreza.

El mapa de cajas confirma lo mostrado en el mapa de cortes naturales, al tiempo que descarta la existencia de casos atípicos de alta o baja pobreza, con la excepción de un segmento, en 2011, ubicado en la periferia norte de Montevideo.

Un aspecto a remarcar son las transformaciones en los segmentos del sur de Ciudad de la Costa y Eje Ruta Interbalnearia, que se consolidan como zonas próspera pero, algunos de los segmentos del norte de esta zona persisten en 2011 con porcentajes altos de pobreza, lo que concuerda con la advertencia realizada por Veiga (2006) a propósito de las desigualdades intrarregionales y ratifica los resultados presentados en trabajos antecedentes que marcan la zona como un espacio particularmente desigual (Aguar, 2016).

En suma, la Figura 3 confirmar la existencia de heterogeneidad espacial en los niveles de pobreza. Así mismo sugiere que los niveles de pobreza entre segmentos no se distribuyen de modo aleatorio en el espacio, sino que presentan cierta dependencia espacial, que en términos relativos se mantiene en el tiempo y evidenciaría patrones persistentes de desigualdad espacial. Con el objetivo de testear esta hipótesis en lo que sigue se estima el I de Morán global y local.

FIGURA 3. MAPAS TEMÁTICOS DE PORCENTAJE DE PERSONAS POBRES SEGÚN SEGMENTO CENSAL, MONTEVIDEO Y AMM 1996-2011



p. 2426

Fuente: elaboración propia en base a CVHP 1996 y 2011

El índice I de Moran mide la asociación entre los niveles que asume una unidad geográfica en una variable y los niveles que asume en las unidades vecinas, permitiendo identificar la tendencia de unidades geográficas a aglomerarse con otras de características similares. La tabla 4 presenta las estimaciones utilizando como criterio de ponderación los 2, 3, 4, 5 y 6 vecinos más cercanos.

El primer resultado a destacar es que, independientemente del criterio de ponderación utilizado, se descarta la hipótesis nula de independencia espacial en los porcentaje personas en hogares con al menos una NBI de los segmento. Los resultados son positivos y altamente significativos (psudo $p=0.001$) en todos los casos. Esto quiere decir, existe una tendencia general a la aglomeración de segmentos con niveles similares de pobreza.

Los valores del I de Morán disminuyen en algunas décimas entre 1996 y 2011, lo que podría suponer una reducción en los patrones de concentración de la pobreza.

Criterio de ponderación (w) k-nearest	1996	2011
3	0.731	0.695
4	0.724	0.674
5	0.72	0.655
6	0.7	0.644

Fuente: elaboración propia en base a CVHP 1996 y 2011

Nota Todos los resultados son significativos con un pseudo valores p en todos los casos ≤ 0.001 estimado en base al criterio de 999 permutaciones

El I de Moran puede ser representado en un diagrama de dispersión, en el cual se grafica en el eje horizontal los valores de una determinada variable en cada unidad

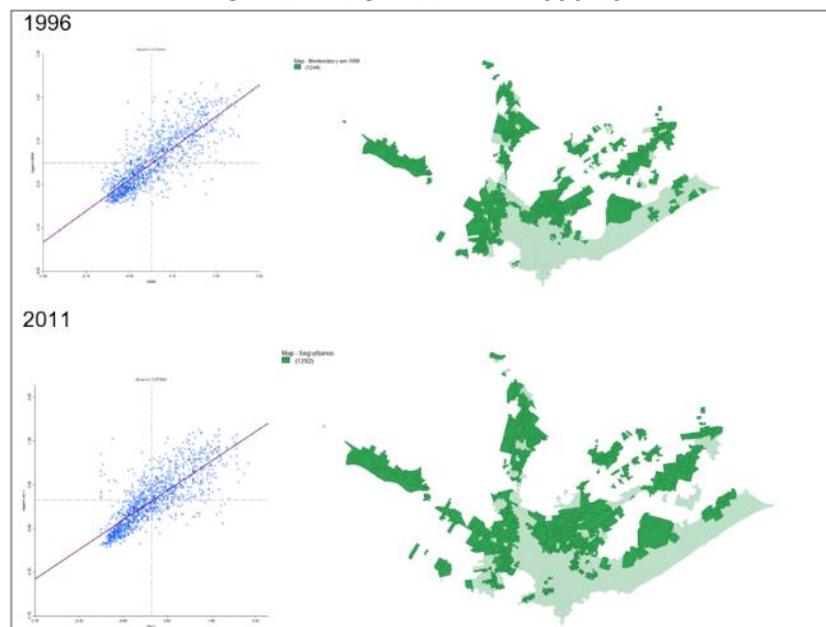
espacial y en el vertical el promedio ponderado espacial estandarizado de la variable en las unidades espaciales vecinas. El diagrama permite clasificar la autocorrelación espacial en cuatro tipos: los cuadrantes superior derecho e inferior izquierdo, constituyen posibles conglomerados de valores altos y bajos en una determinada variable, mientras las unidades espaciales ubicadas en los cuadrantes superior izquierdo (unidades con niveles bajos vecinas de unidades con niveles altos) e inferior derecho (unidades con niveles altos vecinas de unidades con niveles bajos), representan casos atípicos (Anselin 1996).

Como se observa en la Figura 4¹¹, para ambos años estudiados, los segmentos se concentran principalmente en los cuadrantes superior derecho e inferior izquierdo, lo que insinúa la presencia de aglomeraciones con niveles altos y bajos de pobreza. En los mapas a la derecha se señala en color oscuro los segmentos del cuadrante superior derecho del diagrama, es decir unidades espaciales con niveles altos de pobreza, vecinas de unidades con niveles también altos.

Como ya fuese señalado en 2011 se consolida en toda la costa sureste una zona de baja pobreza; al tiempo que en los barrios periféricos y en los corredores de entrada a Montevideo, ubicados en el área metropolitana persisten ambos años clústeres de alta pobreza.

FIGURA 4. DIAGRAMA DE DISPERSIÓN DE I DE MORÁN A NIVEL DE SEGMENTO PARA PORCENTAJE DE PERSONAS EN HOGARES POBRES Y MAPA CON SELECCIÓN DE SEGMENTOS DEL CUADRANTE SUPERIOR DERECHO, CRITERIO K-NEAREST 4, MONTEVIDEO Y EL AMM 1996-2011

p. 2427



Fuente: elaboración propia en base a CVHP 1996 y 2011

Con el objetivo de identificar localmente los conglomerados sugeridos por el I de Morán global, a continuación se presentan los mapas que surgen de aplicar la extensión local de dicho índice. La Figura 5 muestra los resultados obtenidos para 1996 y 2011.

¹¹ Se utiliza el criterio de vecindad 4-nearest.



Los segmentos pintados de rojo representan conglomerados locales de alta pobreza y los azules de baja, los casos atípicos se representan con celeste y rosa claro. Los resultados son significativos para un pseudo $p \leq 0.05$. Para los segmentos sin colorear se descarta la hipótesis de autocorrelación espacial local de la pobreza.

Los mapas confirman, tanto en 1996 como en 2011, los hallazgos documentados por la bibliografía desde hace al menos tres décadas para la ciudad de Montevideo (MAZZEI y VEIGA 1985, LOMBARDI y VEIGA 1988, BERVEJILLO 1987, EN FILARDO y AGUIAR 2009). El área de baja pobreza se extiende por todo el sureste, alcanzando partes del centro, mientras se advierten dos conglomerados de alta pobreza al oeste y al noreste de la ciudad. A la inversa, el Área Central y la Costa Este, se muestran como un conglomerado único de baja pobreza.

Como señala Davis (2006), la extensión de las ciudades del sur global más allá de sus límites administrativos, tiene como resultado la producción de amplias extensiones urbanas hiperdegradadas. Pero, como puntualiza Falero (2015), una de las características fundamentales en el proceso de metropolización de las ciudades latinoamericanas, es la conformación en paralelo, de periferias marginadas de las ciudades y enclaves prósperos, que reflejan gustos y preferencias de sectores medios y altos. Los mapas de autocorrelación espacial local de pobreza contribuyen a evidenciar dicho proceso, al tiempo que arrojan luz sobre las transformaciones ocurridas entre 1996 y 2011.

El Eje Ruta 1 del AMM (zona oeste) se muestra como un aglomerado homogéneo de alta pobreza. En términos generales, en la porción de AMM correspondiente al departamento de San José, se prolongan de modo casi continuo, las aglomeraciones de privación de la periferia oeste de Montevideo.

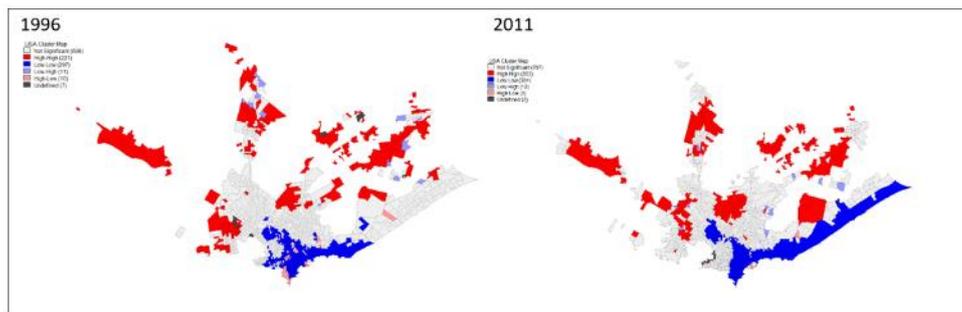
En los ejes de Ruta 5 y 8 destacan ambos años censales conglomerados de alta pobreza y bajo clima educativo del hogar. Sin embargo, en 2011, algunos de los segmentos correspondientes a las ciudades de más antigua consolidación en el Eje Ruta 5 -La Paz y Las Piedras- y la casi totalidad de segmentos que conforman Pando - en el Eje Ruta 8- (Ver Figura 2) no presentan autocorrelación espacial local significativa en ninguno de los dos indicadores.

Los cambios más relevantes se registran en Ciudad de la Costa y Eje Ruta Interbalnearia (zona sureste). En términos generales en 1996 no se advierte la consolidación de conglomerados de segmentos homogéneos en términos de niveles de pobreza. Lo anterior podría sugerir que en el primer año de la serie, esta región del AMM presentaba una composición social relativamente heterogénea, a diferencia de lo que sucedía con los segmentos correspondientes a los barrios de la Costa Este de Montevideo, homogéneamente prósperos, de acuerdo a lo mostrado en este capítulo y en otros trabajos antecedentes (AGUIAR, 2016, SERNA y GONZÁLEZ, 2017).

En 2011 se evidencia la conformación de un conglomerado de segmentos con porcentajes bajos de pobreza. Esto aglomerados vienen a continuar de modo casi ininterrumpido el gran conglomerado próspero del Área Central, parte del Área Intermedio, y la totalidad de la Costa Este de Montevideo. En términos generales puede decirse que se da un proceso inverso al registrado en la zona oeste, donde el continuo de conglomerados responde a la aglomeración de unidades espaciales pobres.

Ahora bien, al tiempo que se consolida una extensa aglomeración próspera, la zona norte de Ciudad de la Costa y Eje Ruta Interbalnearia es testigo en 2011 de la conformación de algunos conglomerados de alta pobreza en segmentos ubicados en torno al Aeropuerto Internacional de Carrasco. También destacan algunos casos atípicos de porcentajes altos de pobreza rodeados de segmentos con características opuestas. Estos resultados se suman a los vistos en la primera parte de este apartado respecto a las desigualdades internas en Ciudad de la Costa y Eje Ruta Interbalnearia.

FIGURA 5. CONGLOMERADOS DE I DE MORAN LOCAL DE A NIVEL DE SEGMENTO PARA PORCENTAJE DE PERSONAS EN HOGARES CON NBI, CRITERIO K-NEAREST 4, 1996-2011



Fuente: elaboración propia en base a CVHP 1996 y 2011

REFLEXIONES FINALES

p. 2429

Pensar en Montevideo supone, necesariamente, considerarlo como un continuo urbano que se extiende más allá de sus límites administrativos. En el mismo sentido, pensar en acciones públicas, planes, políticas o programas que busquen intervenir para lograr mejoras en la calidad de vida de las personas, también implica, necesariamente, trabajar de modo integral e integrado, sobre los diversos territorios que conforman la capital y su área metropolitana. El presente capítulo se propuso aportar insumos para pensar y actuar sobre la ciudad, entendiéndola como un todo que ya rebasó hace décadas los límites que le fueran impuestos desde los escritorios.

El interés en el correr del trabajo estuvo dado en sistematizar evidencia sobre los cambios y continuidades en el período 1996-2011, en la distribución espacial de la pobreza en Montevideo y su área metropolitana.

En particular, se buscó mostrar que, si bien en términos agregados se ha logrado reducir la pobreza, persisten brechas en la incidencia del fenómeno en las distintas regiones de la ciudad, que se expresan espacialmente en extensos aglomerados homogéneos con desempeños antagónicos respecto a la pobreza. Estos patrones espaciales, si bien se han mantenido relativamente estables en el período estudiado, registran algunas transformaciones, en particular si se incorporan en el análisis el AMM.

Tal como señalase Davis (2006), en las ciudades del sur global se registra a comienzos del siglo XXI procesos de expansión urbana, que rebasan los límites administrativos y se caracterizan por extensos espacios hiperdegradados caracterizados, entre otros aspectos, por la alta incidencia de pobreza. Montevideo no ha escapado a esta situación. En el período 1996-2011, más allá de la reducción absoluta de la pobreza, se perpetúa una tendencia de aglomeración de la pobreza en los barrios periféricos y los corredores metropolitanos de entrada a la ciudad.



Sin embargo, como sucede en otras ciudades de la región, este proceso se vio acompañado por la consolidación de un enclave próspero en la zona costera del Área Metropolitana de Montevideo, que reflejan gustos y preferencias de sectores medios y altos. Estas transformaciones podrían estar aportando evidencia de la conformación de un “modelo mixto” de ciudad, ya descrito por Arriagada y Rodríguez (2003) para otras ciudades de Latinoamérica, que combina el formato clásico latinoamericano de periferia pobre, con el formato estadounidense de suburbios de clase media y alta.

BIBLIOGRAFÍA

AGUIAR, Sebastián. Acercamientos a la segregación urbana en Montevideo. Tesis de doctorado, Departamento de Sociología, Universidad de la República, Montevideo. 2016

ANSELIN, Luc. The Moran Scatterplot as an ESDA Tool to Assess Local Instability in Spatial Association. En *Spatial Analytical Perspectives on GIS*, eds. Manfred Fischer y David Unwin, 11-125, London: Taylor & Francis. 1996

ANSELIN, Luc, SRIDHARAN , Sanjeev, y GHOLSTON , Susan. Using Exploratory Spatial Data Analysis to Leverage Social Indicator Databases: The Discovery of Interesting Patterns. *Social Indicators Research* 82 (2): 287–309.. 2006

ARRIAGADA, Camilo y RODRIGUEZ, Jorge. Segregación residencial en áreas metropolitanas de América Latina: magnitud, características, evolución e implicaciones políticas. *Serie Población y Desarrollo* 47. CEPAL. 2003

ARTIGAS, Alicia, CHABALGOITY, Manuel, GARCÍA, Alejandro, MEDINA, Mercedes y TRINCHITELLA, Juan. Transformaciones socio-territoriales del Área Metropolitana de Montevideo. *Revista eure* (Vol. XXVIII, Nº 85). 2002

BORRÁS, Víctor. Multidimensionalidad de la pobreza en Uruguay, 2006-2013 Análisis en cuatro dominios geográficos. *Revista de Ciencias Sociales*, 30 (40): 13-42. 2017

CALVO, Juan José (coordinador). Las necesidades básicas insatisfechas a partir de los Censos 2011. En *Atlas Sociodemográfico y de la Desigualdad del Uruguay Fascículo 1*. INE, IECON, OPP, MIDES, UNFPA, Programa de Población de Facultad de Ciencias Sociales. 2013

COLAFRANCESCHI, Marco FAILACHE, Elisa Y VIGORITO, Andrea Desigualdad Multidimensional y dinámica de la pobreza en Uruguay en los años recientes. Instituto de Economía, Universidad de la República, PNUD Uruguay. 2013

DAVIS, Mike. *Planet of slums*. Ed Verso London New York. 2006

DINEM (Dirección Nacional de Evaluación y Monitoreo). “Identificación y caracterización de la pobreza en unidades espaciales de Montevideo y Área Metropolitana”. En: *Uruguay Social*, 5. Vulnerabilidad y exclusión: aportes para las políticas sociales. 203-222, Montevideo: Ministerio de Desarrollo Social - Departamento de Sociología - FCS- UDELAR. 2012

DI VIRGILIO, Mercedes. Movilidad residencial. EN ZUNINO, D., GIUCCI, G. Y Jirón, P. Editores. Términos clave para los estudios de movilidad. Editorial Biblos. 2018

FALERO, Alfredo. La expansión de Montevideo en el eje noreste. Mutaciones territoriales, dinámicas de acumulación y conflictos contenidos. En *El Uruguay desde la Sociología* 14. 2015



- FILARDO, Verónica Y AGUIAR, Sebastián. Segregación espacial en Montevideo. Posiciones sociales en la ciudad. En Uruguay desde la Sociología 7, 121-144. Montevideo: Departamento de Sociología UDELAR. 2009
- KAZTMAN, Ruben. La Heterogeneidad de la Pobreza. El Caso de Montevideo. Revista de la CEPAL N° 37, Santiago de Chile. 1989
- LOMBARDI, Mario y BERVEREJILLO, Federico. Globalización, integración y expansión metropolitana en Montevideo. Hacia una región urbana de la Costa Sur. Ponencia presentada en el V Seminario Internacional de la RII. Toluca México 21-24 de setiembre. 1999
- MARTÍNEZ GUARINO, Ramón (edición y coordinación). Libro blanco del Área Metropolitana. Canelones, Montevideo y San José. Editorial Agenda Metropolitana. 2007
- SERNA, Miguel y GONZÁLEZ Franco. Cambios hasta cierto punto: Segregación residencial y desigualdades económicas en Montevideo (1996–2015). Latin American Research Review. 52(4): 571-588. 2017
- VÁZQUEZ, Lucía. Segregación residencial en Montevideo. ¿Cuál fue su evolución en un contexto de recuperación económica, mejoras distributivas y crecimiento del ingreso real? Tesis de Maestría en Economía. Facultad de Ciencias Económicas y Administración. 2018
- VEIGA, Danilo Desigualdad y exclusión social: estudio de caso del Gran Montevideo. En Mazzei E. Compilador. El Uruguay desde la Sociología IV. DS, FCS, UDELAR. 2006.
- Estructuras sociales y ciudades en Uruguay: tendencias resientes. Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica UDELAR. 2010

p. 2431



DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL METROPOLITANO: A EDUCAÇÃO SUPERIOR TEM PROPORCIONADO MOBILIDADE SOCIAL?

Cláudia Monteiro Fernandes

Universidade Federal da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS
Observatório das Metrópoles – Núcleo Salvador
claudia.monteiro@ufba.br



INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado por desigualdades profundas em diversas dimensões. O intenso processo de urbanização vem acompanhado da reprodução de desigualdades históricas. Em geral, os estudos sobre desigualdades privilegiam análises sobre mobilidade socioeconômica a partir da inserção qualificada e com melhores rendimentos no mercado de trabalho. Um dos fatores mais importantes para explicar tal mobilidade socioeconômica é o acesso à educação de qualidade e, diante da expansão e diversificação recentes do sistema de ensino superior brasileiro, alguns estudos já identificaram que existem mudanças no perfil das universidades no Brasil, que se tornou mais feminina, mais popular e mais negra. Este trabalho tem por objetivo analisar as mudanças recentes das características socioeconômicas das pessoas que frequentam ou concluíram a educação superior e se há mobilidade social no mercado de trabalho, em diferentes carreiras e nas maiores regiões metropolitanas brasileiras.

As diferenças dentro e entre os espaços urbanos metropolitanos no Brasil são relevantes para compreender as desigualdades sociais e educacionais no conjunto do País. Tendo como referência o conceito de “efeito território”, a saber, a importância do espaço para a conformação e reprodução das desigualdades nas grandes cidades brasileiras (CARVALHO & PEREIRA, 2015), consideramos importante comparar as desigualdades entre diferentes espaços urbanos e não apenas dentro desses espaços. Até porque as instituições de ensino superior estão prioritariamente localizadas em grandes centros urbanos e são elementos de dinamização econômica, social e política do lugar.

p. 2433

No contexto atual de ofensiva contra universidades no Brasil, fica claro que a educação superior se constitui em um alvo fundamental do chamado movimento pela “escola sem partido” que prega o controle didático-pedagógico da atividade docente, mas especialmente as atividades de formação qualificada de cidadãos aptos a transformar a realidade do País.

A educação é considerada um fator fundamental para a redução das desigualdades nas sociedades. Desde a década de 1970 discute-se a importância da educação formal para a chamada “sociedade da informação”, definida por Daniel Bell no seu livro “O advento da sociedade pós-industrial”, de 1973, como aquela que valoriza os serviços baseados no conhecimento na estrutura central da nova economia e de uma sociedade sustentada na informação. A partir da década de 1990, passou-se ao debate de uma sociedade que fosse além do acesso à informação e tecnologia, mas passou a valorizar o conhecimento e a inteligência, buscando expressar melhor a complexidade e a velocidade das mudanças que estavam acontecendo. É nesse contexto que a ampliação do tempo de estudo e das possibilidades de acesso à educação formal têm se ampliado no mundo e também no Brasil. No entanto, as desigualdades já começam dentro do próprio sistema educacional. Universidades são espaços de prestígio para o qual são direcionadas as esperanças de jovens no sentido de uma melhoria de vida, e também de seu reconhecimento enquanto cidadãos.

Desde o início dos anos 2000, a adoção de políticas de ações afirmativas para a educação superior, principalmente as políticas de acesso por meio de cotas e a ampliação da adoção do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), têm ampliado as possibilidades de



mobilidade social por meio de educação nos anos recentes. A condição migratória das pessoas que têm acesso à educação superior também passou a ser mais diversa. Aumentou a presença de pessoas que conseguiram sair de outras regiões ou do interior e passaram a viver nas metrópoles, frequentando o ensino superior e buscando melhores oportunidades de trabalho associadas a uma melhor qualificação.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o número de pessoas que frequentavam o ensino superior passou de 4,2 milhões em 2002, para 6,1 milhões em 2007 e 7,7 milhões em 2015. Já os dados do INEP indicaram que as matrículas em cursos de graduação passaram de 2,7 milhões em 2000 para 8 milhões em 2016. Neste último ano, 75% das matrículas eram da rede privada de educação superior; 30% do total de matriculados eram negros. Mais recentemente, com a crise política e econômica que vivemos no Brasil, a renda média e qualidade das ocupações vêm tendendo à deterioração, mas o diploma de ensino superior parece ser uma forma de proteção dos trabalhadores contra o desemprego. Ainda assim, a renda média dos trabalhadores com nível superior concluído caiu 8% de 2014 para 2017, de acordo com a PNAD. É uma das rendas médias que mais caíram dentre todos os segmentos ocupacionais, o que pode indicar o desemprego e a colocação em atividades mais precárias com salário menor.

Neste texto serão utilizadas importantes bases de microdados disponíveis no Brasil que permitem uma análise mais detalhada de alguns estratos selecionados, um pouco diferente das divulgadas regularmente em sinopses oficiais.

p. 2434

O DEBATE ATUAL SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS

O tema desigualdade está em primeiro plano no debate público na atualidade, com o reconhecimento de que as diferenças entre grupos e classes sociais fazem parte da configuração histórica do sistema capitalista. No entanto, ao se tratar de desigualdade, devemos antes de tudo perguntar o que queremos dizer com desigualdade qual a sua extensão. Um primeiro ponto fundamental é que a desigualdade não pode ser tratada como homogênea, com graus e medidas comparáveis de forma objetiva, mas deve ser analisada levando-se em conta a complexidade das sociedades e dos grupos que a compõem. Afirmar que o Brasil é um país marcado por desigualdades “profundas” e “persistentes” pode significar a aceitação de uma estrutura que se reproduz historicamente, com poucas possibilidades de mudanças e restrições à mobilidade social por meio de políticas sociais. Utilizaremos o termo “desigualdades”, no plural, para marcar as múltiplas dimensões da desigualdade e reconhecer sua complexidade.

Nosso objetivo principal é estudar as desigualdades entre os estudantes universitários e os trabalhadores que concluíram o ensino superior, pois consideramos quem esses atores revelam-se um objeto de estudo específico, com um interesse sociológico muito especial. Eles constituem, nas sociedades de hoje, um segmento da população particularmente decisivo pelo seu protagonismo social – quer enquanto jovens estudantes, quer nos seus destinos sociais potenciais – e pelo fato de neles se revelarem muitas das dinâmicas de mudança social e cultural mais importantes da atualidade. (MACHADO et al, 2003)



De acordo com François Dubet (2014), as desigualdades são resultantes de escolhas das sociedades, uma vez que certos grupos defendem que a ideia de desigualdade seria fundamentalmente boa para estimular o desenvolvimento. Para outros, a igualdade permanece como um princípio abstrato, e não um valor que mereça um embate, uma vez que a “natureza” faz a desigualdade entre os membros da sociedade ser regra, e não exceção.

Nos anos recentes, uma generalização de valores neoliberais, presentes não apenas nas relações econômicas, vem transformando profundamente as sociedades, “estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT & LAVAL, 2016). A desigualdade seria então um elemento de estímulo à competição entre os indivíduos, entendida como o princípio do progresso da humanidade, uma necessidade vital para sobreviver em um ambiente de escassez de recursos, no qual os mais aptos serão mais capazes de obter melhor bem-estar na vida em sociedade. Não seria apenas um “darwinismo social”, mas uma “concorrencialismo social”, que institui a competição como norma geral da existência individual e coletiva, uma vez que a escassez é a grande educadora da humanidade. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 54-5) Com base nos princípios clássicos do liberalismo:

“É próprio da sociedade civilizada, caracterizada pelo reino das liberdades civis e da propriedade privada, transformar essa luta (dos homens entre si) numa competição livre e pacífica, da qual resulta uma distribuição desigual das riquezas, que, por sua vez, produz necessariamente ganhadores e perdedores. Não há razão para deplorar as consequências desigualitárias dessa luta (...). A justiça nada mais é do que a justa recompensa do mérito e da habilidade na luta. Os que fracassam devem isso apenas a sua fraqueza e a seu vício.” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 54-5)

p. 2435

O debate conceitual sobre desigualdades também distingue as desigualdades de oportunidade e desigualdades de resultados. A igualdade de oportunidades é alcançada quando as circunstâncias nas quais vivem as pessoas em sociedade não influenciam o resultado de suas escolhas em realizar algo – inserir-se no mercado de trabalho, alcançar determinado padrão de rendimento e bem-estar, concluir uma determinada trajetória educacional etc. O conceito de igualdade de oportunidade é atraente e está nos discursos de movimentos sociais, atores políticos das sociedades e estudiosos do tema. No entanto, tal conceito não reduz a importância do debate sobre as desigualdades de resultados. Ainda que os esforços políticos e sociais tendam a defender um certo “nivelamento” das condições de igualdade, ou, pelo menos, um esforço continuado de redução das desigualdades de oportunidades, estas são um conceito *ex-ante*, ou seja, “todos deveriam sair do mesmo ponto de partida”. As desigualdades de resultados dizem respeito à atividade de redistribuição, preocupando-se com os resultados *ex-post*. Ainda que as desigualdades de oportunidades sejam reduzidas na origem das trajetórias sociais (educacionais, profissionais, de condições de bem-estar etc), tal redução não garante uma redução nas desigualdades de resultados. (ATKINSON, 2015, p.32)



EDUCAÇÃO COMO REPRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO SOCIAL?

No que diz respeito a desigualdades educacionais, Bourdieu & Passeron (1970 [2008]) têm uma concepção relacional do social, ou seja, a estrutura social é vista como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, determinado tanto pelas relações materiais e/ou econômicas (salário, renda) como pelas relações simbólicas (*status*) e/ou culturais (escolarização) entre os indivíduos. Segundo esse ponto de vista, a diferente localização dos grupos nessa estrutura social deriva da desigual distribuição de recursos e poderes. Por recursos ou poderes, os autores entendem mais especificamente o *capital econômico* (renda, salários, imóveis), o *capital cultural* (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), o *capital social* (relações sociais que podem ser revertidas em capital, relações que podem ser capitalizadas) e por fim, mas não por ordem de importância, o *capital simbólico* (o que vulgarmente chamamos prestígio e/ou honra). Assim, a posição de privilégio ou não-privilégio ocupada por um grupo ou indivíduo é definida de acordo com o volume e a composição de um ou mais capitais adquiridos e ou incorporados ao longo de suas trajetórias sociais. O conjunto desses capitais seria compreendido a partir de um sistema de disposições de cultura (nas suas dimensões material, simbólica e cultural, entre outras), denominado *habitus*. Sendo produto das estruturas de poder, a educação é orientada para a formação de um *habitus* dominante (o mais duradouro, transferível e exaustivo possível).

Tendo em vista que o acesso à educação é considerado um dos principais mecanismos para a transformação das sociedades e redução das desigualdades sociais, a teoria da reprodução de Pierre Bourdieu não foi bem recebida nos meios intelectuais de então, nem em seu país de origem, a França, com forte tradição de hierarquização nos processos educacionais, muito menos no Brasil, que principalmente nos anos 1970, quando “A Reprodução” foi publicado, viveu um movimento em defesa de uma educação libertadora e democrática.

p. 2436

As pesquisas que relacionavam o peso da origem social às trajetórias educacionais trouxeram evidências que colocaram em questão a confiança na igualdade de oportunidades do sistema escolar. Os escritos de Bourdieu fazem parte deste conjunto de pesquisas, que destacam características como classe social, raça ou etnia, gênero, local de moradia, trajetórias familiares entre outras como fundamentais para compreender as desigualdades educacionais e sua permanência no tempo e no espaço analisados. As reflexões de Bourdieu sobre o sistema educacional partem da constatação de uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares, assim como do “efeito do lugar” nessas desigualdades.

DESGUALDADES EDUCACIONAIS NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

A importância de características socioeconômicas para um maior ou menor investimento na Educação Superior tem como influência complementar as diferenças regionais. Trataremos das desigualdades educacionais nos espaços metropolitanos no Brasil, utilizando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual (PNAD), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Censo da Educação Superior do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A partir dos dados da PNAD, num primeiro momento, será feita a análise das estatísticas descritivas do perfil



socioeconômico dos estudantes da educação superior nos períodos de 2002 e 2015, levando em consideração sexo, cor ou raça, condição ocupacional e rendimento familiar per capita, assim como a formação de mãe ou pai, quando residentes no mesmo domicílio. Pretende-se com isso verificar se houve uma mudança no perfil socioeconômico desses estudantes e se há indicações de correlação positiva entre a formação da mãe ou pai com a sua presença na universidade. Num segundo momento, será analisado o perfil ocupacional das pessoas ocupadas com nível superior concluído (posição na ocupação e taxa de desemprego). Para o Brasil como um todo e as principais metrópoles do País. Com base nos dados do Censo da Educação Superior do INEP, será analisada a participação de estudantes de escola pública, brancos e negros em diferentes grupos de carreiras universitárias, no ensino superior público, de forma a verificar se houve mudança, nos últimos 5 anos, desde a implantação da Lei nº 12.770 em 2012, conhecida como “Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades”, no perfil de cursos considerados “de elite”. Com algumas evidências dessas bases de dados, buscamos verificar se há maior ou menor presença de negros e mulheres (negras) em estratos considerados privilegiados na sociedade, problematizando o quanto importa estar em espaços metropolitanos, diversos entre si, para garantir o acesso à educação de qualidade no país.

A pergunta que colocamos foi: as mudanças recentes nos marcos legais de acesso à universidade levaram a maior acesso de grupos historicamente sub-representados no que diz respeito ao direito à educação nos espaços metropolitanos no Brasil? E ainda: existem diferenças entre as metrópoles brasileiras?

p. 2437

A importância da Educação Superior não está apenas na formação das elites econômicas e políticas do país, mas sobretudo no elemento multiplicador deste nível de escolarização. A formação de professores em Educação Superior pode trazer melhorias na qualidade da Educação Básica, assim como ganhos de produtividade para o mercado de trabalho. Por conta disso, ter um diploma é considerado um símbolo de mobilidade social, não apenas por aumentar a probabilidade de obtenção de melhores rendimentos, mas também pela redução das desigualdades de oportunidades, reduzindo distâncias entre diferentes grupos da sociedade.

No Brasil, foram realizadas desde o início dos anos 2000, políticas sociais para aumentar a oferta de vagas no Ensino Superior público federal¹², mas também um grande estímulo ao ensino privado, sob a forma de isenções de impostos e financiamento estudantil, como são os casos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)¹³ e do Programa Universidade para Todos (PROUNI)¹⁴. Mesmo com esses

12 A expansão da rede federal de educação superior ocorreu por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo decreto presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007, com o principal objetivo de aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais. Também foram criadas novas Universidades e Institutos Federais de Educação, assim como novos campi.

13 O FIES, proposto originalmente pela medida provisória n. 1.865-4, de 1999, é um programa do Ministério da Educação (MEC) destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação matriculados em instituições privadas.

14 O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas, e oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa.



esforços, a Educação Superior está mais presente em espaços urbanos e metropolitanos, de forma desigual regionalmente, e as vagas ofertadas são menos numerosas que a demanda.

Tabela 1 – Estudantes frequentando o Ensino Superior segundo Sexo / Cor ou raça – Brasil 2002, 2012 e 2015

Sexo / Cor ou raça	Números absolutos			Percentuais (%)		
	2002	2012	2015	2002	2012	2015
Mulheres Negras	575.177	1.581.419	1.937.522	13,7	23,0	25,2
Mulheres Brancas	1.828.712	2.342.539	2.402.542	43,4	34,1	31,3
Mulheres Indígenas	3.684	5.597	11.061	0,1	0,1	0,1
Mulheres 'Amarelas'	21.057	31.878	24.570	0,5	0,5	0,3
Homens Negros	385.472	1.070.985	1.383.985	9,1	15,6	18,0
Homens Brancos	1.383.444	1.808.247	1.881.027	32,8	26,3	24,5
Homens Indígenas	1.883	7.447	7.202	0,0	0,1	0,1
Homens 'Amarelos'	13.887	26.417	28.849	0,3	0,4	0,4
Total	4.213.316	6.874.529	7.676.758	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD Anual (microdados). Elaboração própria.

O número de pessoas frequentando Ensino Superior passou de pouco mais de 4 milhões em 2002 para 7,7 milhões em 2015. Mesmo mantendo a predominância de mulheres brancas e homens brancos (55,8%), a presença de mulheres negras cresceu 84% e a de homens negros quase dobrou (98%). (Tabela 1). Apesar desse crescimento, frequentar a universidade é um privilégio de poucos quando analisada sua participação no total da população residente. No Brasil, apenas 2,4% estavam frequentando o Ensino Superior em 2002, percentual que cresceu para 3,7% em 2015. Entre as Regiões Metropolitanas, destacam-se o Distrito Federal (5,8%), a RM de Porto Alegre (4,4%) seguidas pela RM de Salvador (3,5%) em 2015. A presença de mulheres e de pessoas negras cresceu, mas essas regiões metropolitanas se mantêm em destaque, mesmo que os perfis populacionais sejam bem diferentes.

p. 2438

Tabela 2 – Percentual de pessoas frequentando o Ensino Superior, Total, Mulheres e Negras/Negros – Brasil e RM 2002 e 2015

Áreas geográficas	% de Pessoas Frequentando o Ensino Superior					
	Total da população		Mulheres		Negras e Negros	
	2002	2015	2002	2015	2002	2015
Brasil	2,4	3,7	2,7	4,1	1,2	3,0
RM Belém	2,0	2,3	2,2	2,4	1,1	1,9
RM Fortaleza	2,2	2,9	2,1	2,8	1,7	2,6
RM Recife	1,1	2,0	1,3	1,8	0,8	1,9
RM Salvador	2,1	3,5	2,5	3,8	1,7	3,4
RM Belo Horizonte	2,1	2,9	2,4	2,9	1,2	2,6
RM Rio de Janeiro	2,0	2,1	1,8	1,9	1,3	1,7
RM São Paulo	1,9	2,5	1,7	2,9	1,0	2,3
RM Curitiba	3,2	2,4	4,2	2,3	0,7	2,0
RM Porto Alegre	3,1	4,4	3,7	4,5	1,4	3,4
Distrito Federal	4,0	5,8	3,7	5,4	2,7	6,0

Fonte: IBGE/PNAD Anual (microdados). Elaboração própria.

Quanto às pessoas que já concluíram o Ensino Superior, percebe-se que dobrou a participação dessas no total da população brasileira (de 4,9% em 2002 para 10,3%



em 2015). Nas regiões metropolitanas o percentual de pessoas com nível superior já era mais elevado que a média nacional, sendo que as RMs do Sudeste e Sul do Brasil aqui analisadas têm o dobro do percentual médio nacional. A proporção de mulheres com nível superior é um pouco superior à média e cresceu de forma equivalente. No entanto, a proporção de negras e negros, apesar de ter crescido, fica abaixo da média total e das mulheres em geral. Um destaque foi o crescimento no Distrito Federal, que tem uma das universidades pioneiras em adotar ações afirmativas para ingresso de pessoas negras e foi modelo para a política nacional formalizada em 2012, já no início dos anos 2002. A Universidade de Brasília, portanto, sai na frente e o DF chega a 2015 com 23,1% de negras e negros com formação superior, multiplicando a experiência para todo o País. Na RM de Salvador, destacada por ter quase 80% de sua população declarada como negra, a proporção daqueles que possuem Ensino Superior concluído era de 11,3% em 2015 (também dobrou em relação a 2002, mas está bem longe de ter representatividade em relação ao conjunto de sua população). Portanto, participação apenas levemente superior às demais RMs analisadas, exceto o DF. (Tabela 3)

Tabela 3 – Percentual de pessoas com Ensino Superior concluído, Total, Mulheres e Negras/Negros – Brasil e RM 2002 e 2015

Áreas geográficas	% de Pessoas com Ensino Superior Concluído					
	Total da população		Mulheres		Negras e Negros	
	2002	2015	2002	2015	2002	2015
Brasil	4,9	10,3	5,1	11,5	1,8	5,9
RM Belém	9,3	12,7	7,7	12,6	5,9	10,4
RM Fortaleza	7,6	10,0	7,6	9,1	4,9	8,2
RM Recife	11,4	13,6	11,5	13,4	5,4	10,1
RM Salvador	9,7	14,0	9,4	14,7	5,5	11,3
RM Belo Horizonte	10,7	17,8	10,4	16,8	4,1	10,1
RM Rio de Janeiro	13,6	20,1	12,2	19,2	4,5	10,2
RM São Paulo	14,4	23,1	13,9	21,6	3,6	10,4
RM Curitiba	13,0	22,9	12,6	21,8	3,2	9,2
RM Porto Alegre	14,5	21,6	15,4	23,2	4,5	10,2
Distrito Federal	18,2	31,9	17,0	28,2	9,1	23,1

Fonte: IBGE/PNAD Anual (microdados). Elaboração própria.

Para Bourdieu, não depende exclusivamente das condições subjetivas dos indivíduos seu sucesso escolar. As condições objetivas são fundamentais, tais como o capital econômico, o capital social e o capital cultural institucionalizado, de que possam dispor ele próprio e sua família. O entendimento de que o investimento em educação terá um retorno explicitado em mobilidade social passou a fazer parte do senso comum como algo praticamente óbvio, mas existem questões objetivas que nem sempre fazem parte deste entendimento. As diferentes classes sociais, com acesso diferenciado a capital econômico, social ou cultural, farão diferentes investimentos na escolarização formal de seus filhos. A dedicação das famílias em manter seus filhos na escola por mais tempo terá relação com suas próprias experiências do retorno possível desses tempo e recursos dedicados ao sistema escolar (Bourdieu, 2007).

No Brasil, os estudantes que estão no Ensino Superior têm mães ou pais (responsável pela família), em sua maioria, pelo menos com o Ensino Fundamental (de



11 a 14 anos de estudo). De 2002 para 2015 cresceu a proporção desse grupo para 38,9%, indicando uma tendência mais forte de famílias mais escolarizadas em investir e valorizar a educação universitária de seus filhos. Mães e pais com, pelo menos, o nível Superior concluído representavam 28,4% em 2015 (acima dos 15,2% de 2002). Os estudantes da Educação Superior tenderão a ter uma mobilidade educacional positiva em relação a seus pais, uma vez que a maior parte deles não concluíram este nível de formação. A escolaridade de mães ou pais importa para a presença dos filhos na escola. Quanto maior a escolaridade daqueles, maior a probabilidade dos filhos frequentarem o Ensino Superior (Tabela 4). Ainda que as famílias estimulem o maior tempo de escolarização de seus filhos, pelo menos maior que o seu próprio, o sistema educacional, enquanto processo de reprodução da sociedade, tem maior presença de filhos de pessoas mais escolarizadas. Os menos escolarizados tendem a sair do sistema escolar para entrar no mercado de trabalho mais cedo, por conta de necessidades objetivas de sustento próprio e de suas famílias. Continuar trabalhando e estudando é um desafio que chega a poucos, menos ainda conseguem concluir uma graduação.

Tabela 4 – Estudantes da Educação Superior segundo a condição educacional de mães/pais residentes no mesmo domicílio – Brasil, 2002 e 2015

Condição educacional de mães/pais	Pessoas frequentando Ensino Superior			
	Absoluto		%	
	2002	2015	2002	2015
Sem instrução e menos de 1 ano	63.927	144.930	2,6	3,4
1 a 3 anos	140.108	197.396	5,6	4,7
4 a 7 anos	494.758	719.493	19,8	17,1
8 a 10 anos	292.004	552.902	11,7	13,1
11 a 14 anos	793.427	1.639.789	31,8	38,9
15 anos ou mais	706.804	962.884	28,3	22,8
Não determinados	3.184	2.066	0,1	0,0
Total	2.494.212	4.219.460	100,0	100,0
Pelo menos Superior Concluído	374.051	1.184.254	15,2	28,4

Fonte: IBGE/PNAD Anual (microdados). Elaboração própria.

Espera-se que um diploma de Ensino Superior aumente a probabilidade de inserção no mercado de trabalho, com taxas de desemprego tendendo a ser relativamente menores que a média tanto para estudantes frequentando o Ensino Superior seja para quem já concluiu, de maneira geral. Apenas para os estudantes, no Brasil como um todo, a taxa de desemprego era maior do que a média geral, com o agravamento da crise em 2015. Mas, uma vez concluído o Ensino Superior, as taxas de desemprego são significativamente menores. Principalmente nas grandes cidades onde as taxas de desemprego são historicamente mais elevadas, como Salvador e Recife, ter um diploma de Ensino Superior faz a diferença quanto à probabilidade de inserção e permanência no mercado de trabalho. Ainda assim, em termos relativos, as taxas de desemprego das pessoas com nível superior concluído aumentou no Brasil e em todas as regiões metropolitanas estudadas, principalmente no Recife, em Belém e em São Paulo. A RM de Salvador teve também taxa de desemprego elevada de pessoas com



Ensino Superior concluído, no entanto, a taxa já era a mais alta entre as RMs estudadas em 2002. Na média nacional a taxa de desemprego deste grupo quase dobrou, indicando que a situação dos graduados é melhor nas áreas metropolitanas do que fora delas no país. (Tabela 5)

Tabela 5 – Taxas de desemprego de pessoas com frequentando ou com Ensino Superior concluído – Brasil e RM 2002 e 2015

Áreas geográficas	Taxas de Desemprego (%)					
	Total (10 anos ou mais)		Frequentando Ensino Superior		Ensino Superior Concluído	
	2002	2015	2002	2015	2002	2015
Brasil	9,2	9,6	8,7	13,1	2,8	5,5
RM Belém	13,2	13,3	8,0	16,7	1,7	4,8
RM Fortaleza	13,5	10,2	7,7	11,8	3,3	4,3
RM Recife	14,9	15,3	4,4	8,5	2,4	5,7
RM Salvador	19,3	15,8	7,5	7,1	4,6	4,7
RM Belo Horizonte	12,2	12,6	2,7	14,3	1,8	4,5
RM Rio de Janeiro	12,2	11,6	7,8	5,5	2,6	3,6
RM São Paulo	13,5	11,6	2,8	6,3	2,7	4,2
RM Curitiba	9,1	7,5	9,2	10,2	2,0	3,0
RM Porto Alegre	10,0	8,7	2,3	6,0	1,9	2,8
Distrito Federal	14,1	10,4	2,7	8,9	1,1	2,9

Fonte: IBGE/PNAD Anual (microdados). Elaboração própria.

p. 2441

Tabela 6 – Distribuição dos ocupados frequentando ou com Ensino Superior concluído, segundo a posição na ocupação (%) – Brasil e RM 2002 e 2015

Posição na ocupação no trabalho principal	Frequentando Ensino Superior		Ensino Superior Concluído	
	2002	2015	2002	2015
Empregado com carteira	45,7	53,6	36,5	41,7
Militar	0,6	1,0	0,5	0,6
Funcionário público estatutário	16,1	10,8	22,7	22,9
Outros Empregados sem carteira	25,4	22,0	11,7	9,8
Trabalhador doméstico	0,3	1,0	0,1	0,8
Conta própria	5,6	7,5	14,8	15,4
Empregador	2,9	2,0	12,2	7,8
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,3	0,3	1,2	0,3
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,0	0,0	0,3	0,0
Não remunerado	0,0	1,7	0,0	0,7
Total*	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD Anual (microdados). Elaboração própria.

*Nota – Inclui os não definidos (2002).

Em relação à posição na ocupação de estudantes da educação superior que estão ocupados, houve um crescimento dos empregados, com ou sem carteira assinada, o que é condizente com o aumento da proporção de matrículas em instituições privadas de ensino superior. Os estudantes que trabalham financiam ou ajudam a financiar seu próprio curso, ou precisam de recursos próprios para pagar o financiamento governamental. A presença de funcionários públicos estatutários caiu 33% de 2002 para 2015, o que pode sinalizar uma maior dificuldade para esses



trabalhadores continuarem sua formação, com desestímulo do setor público à qualificação de seus funcionários já efetivos. Quando observados os trabalhadores que já concluíram o curso superior, empregados permanecem como a posição mais frequente, e os funcionários são relativamente mais numerosos, o que significar um aumento na seleção de funcionários públicos que já possuam o nível superior concluído. Cresceram as proporções de empregados com carteira e trabalhadores por conta própria entre os que já possuem nível superior, e os funcionários públicos mantiveram-se praticamente estáveis. Esse pode ser um indicador da desaceleração de investimento em serviços públicos com pessoal mais qualificado, e da aceleração da privatização das atividades, incluindo serviços antes prestados pelo Estado, carreira importante para os trabalhadores mais qualificados. Uma das mudanças que pode ser resultado das políticas inclusivas de ações afirmativas. Outro indicador de precarização do trabalho é o aumento da proporção de trabalhadores não remunerados, principalmente entre estudantes.

Quanto ao rendimento familiar *per capita* auferido pelos estudantes e pessoas com nível superior, em valores reais corrigidos para 2015, houve uma tendência de redução em quase todas as regiões estudadas. Cresceram os rendimentos médios familiares *per capita* de pessoas com nível superior concluído nas metrópoles do Sudeste e Sul. As famílias no topo da distribuição (5% mais ricos) de rendimento familiar *per capita* no Brasil em 2002 ganhavam acima de R\$ 2.500 (em valores reais de 2015) e acima de R\$ 3.220 em 2015. Os estudantes frequentando ensino superior provêm de famílias com rendimentos nas faixas intermediárias; uma vez concluído o ensino superior, os rendimentos familiares ficam bem próximos ou acima do limite superior da distribuição. Ter um diploma de ensino superior tem significado diferente nas diferentes metrópoles analisadas; há maior probabilidade de encontrar uma ocupação e ter melhores remunerações do que os demais trabalhadores com escolaridade mais baixa, mas existe certa restrição a essa mobilidade em metrópoles mais periféricas do País, onde as taxas de desemprego são maiores e os rendimentos mais baixos.

p. 2442



Tabela 7 – Rendimento médio familiar *per capita* de pessoas frequentando ou com Ensino Superior concluído – Brasil e RM 2002 e 2015

Áreas geográficas	Frequentando Ensino Superior		Ensino Superior Concluído	
	2002	2015	2002	2015
Brasil	2.051,77	1.631,29	3.094,72	2.906,87
RM Belém	2.160,36	1.234,17	2.861,75	2.665,86
RM Fortaleza	1.589,69	1.490,68	3.136,22	2.668,49
RM Recife	2.036,41	1.272,89	3.144,88	2.976,36
RM Salvador	3.053,70	1.776,74	3.846,87	3.210,49
RM Belo Horizonte	2.879,38	2.215,42	3.624,10	4.190,32
RM Rio de Janeiro	2.503,97	2.103,04	3.788,31	4.263,66
RM São Paulo	3.577,80	2.727,08	4.488,38	4.008,57
RM Curitiba	2.163,19	2.035,57	3.371,04	3.791,70
RM Porto Alegre	2.971,15	2.347,82	3.862,52	4.010,31
Distrito Federal	3.846,98	2.497,44	5.445,03	5.273,79

Fonte: IBGE/PNAD Anual (microdados). Elaboração própria.

*Nota – Em valores atualizados para 2015.

Tabela 8 - Estudantes matriculados na Educação Superior – Universidades Públicas, cursos de Graduação Presencial, segundo as áreas gerais dos cursos, por rede de origem e cor ou raça selecionadas – Brasil, 2011 e 2017

Área Geral OCDE *	2011			2017		
	% Escola Pública	% Brancas/as	% Negras/os	% Escola Pública	% Brancas/os	% Negras/os
Agricultura e veterinária	66,2	52,6	42,8	59,9	49,1	48,5
Ciências sociais, negócios e direito	55,7	59,2	37,7	54,3	49,2	48,1
Direito	48,1	67,2	30,3	48,4	50,7	47,0
Ciências, matemática e computação	64,4	51,4	43,6	55,9	50,6	46,5
Educação	65,0	46,8	50,1	65,8	37,0	59,4
Engenharia, produção e construção	48,9	62,9	25,4	47,2	58,4	38,6
Humanidades e artes	62,9	51,6	45,4	49,1	52,8	44,6
Saúde e bem-estar social	43,1	62,2	34,2	50,8	49,5	47,5
Medicina	29,5	64,5	32,2	40,7	54,4	41,9
Serviços	56,2	54,4	38,7	60,6	48,2	48,6
Total	57,9	55,9	38,9	56,2	47,8	49,1

Fonte: INEP/MEC/Censo da Educação Superior (microdados). Elaboração própria.

*Notas – 1. Codificação de áreas proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, conforme documentação dos microdados do Censo da Educação Superior 2017.

2. Foram utilizadas apenas informações declaradas, devido ao elevado subregistro dos Censos (categorias não declarado e não informado pela instituição).

A presença de estudantes beneficiados pela principal política de ação afirmativa – o ingresso de estudantes egressos de escola pública e que se autoidentifiquem como negros – a Lei nº 12.770 em 2012, ou Lei de Cotas de 2012 aumentou de 2011 (antes da vigência da Lei) para 2017 em todas as grandes áreas de cursos de graduação. Com isso, diminuiu a diferença de participação entre brancos e negros. Nos cursos considerados mais tradicionais, de maior prestígio social e portanto, mais concorridos, a presença de alunos brancos continua mais elevada, mesmo após a Lei, como é o caso



das Engenharias e de Medicina. Também nas Humanidades e artes a presença de alunos brancos mantém-se mais elevada que de negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frequentar e principalmente concluir o Ensino Superior no Brasil faz diferença em termos de acesso ao mercado de trabalho, melhores ocupações e melhores rendimentos, ainda que com a crise recente, os rendimentos dos que têm ou tiveram acesso a esse nível de ensino tenham caído. De uma forma geral, os estudantes de graduação pressionam o mercado de trabalho, portanto, conciliam estudo e trabalho – o estudante brasileiro é trabalhador. Esta situação condiz com a predominância de oferta de vagas em instituições privadas no País, que exige financiamento de seus alunos, mesmo que parcialmente beneficiados por políticas públicas. Os estudantes trabalhadores são principalmente empregados com carteira de trabalho assinada ou mesmo funcionários públicos – e a condição de funcionário público torna-se mais frequente entre os que concluem o Ensino Superior. A maior parte dos estudantes do ensino superior são filhos de pessoas que chegaram até o ensino médio (até 14 anos de estudo) e pouco mais de um quarto deles têm mãe ou pai com nível superior concluído. Os filhos tenderão a superar a escolarização dos pais, já que 38,3% dos pais têm até 10 anos de estudo, ou seja, nível fundamental.

Houve aumento da presença de mulheres negras no ensino superior (de 13,7% em 2002 para 25,2% em 2015), e também de homens negros, abaixo da participação das mulheres (a participação dobrou – de 9,1% em 2002 para 18% em 2015). Mas ainda predominam mulheres brancas (31,3%) e homens brancos (24,5%), o que justifica a manutenção das ações afirmativas de ingresso conforme previsto, ou seja, duração de dez anos, até 2022.

Nas universidades públicas, principalmente as federais, espaço de aplicação de políticas de ações afirmativas específicas de ingresso, já existia forte presença de estudantes provenientes de escolas públicas, o que se manteve entre 2011 e 2017. Destaca-se o aumento desses estudantes na área de saúde, e especificamente de medicina (de 29,5% em 2011 para 40,7% em 2017). As matrículas de estudantes negras e negros cresce em todas as áreas observadas, com destaque para a área de Direito (de 30,3% em 2011 para 47% em 2017). A área de educação mantém-se com grande presença de estudantes negras e negros em relação às demais áreas.

As desigualdades regionais continuam, mas é inegável o aumento da presença de negras e negros no ensino superior. Ainda assim, as áreas metropolitanas situadas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil têm maiores proporções de pessoas que conseguem frequentar a educação superior, de forma geral, mas sendo a presença relativa menor de negras e negros na população como um todo, esses alunos estão sub-representados no ensino superior (percentuais muito próximos entre todas as regiões).

Na atual conjuntura política do País, vêm sendo contestadas as ações afirmativas de ingresso, colocando em risco as conquistas realizadas até aqui. Mesmo com a presença maior de pessoas negras e provenientes de escolas públicas, coloca-se a necessidade de garantir a conclusão e a permanência desses alunos no Ensino Superior para que as políticas de acesso tenham efetividade. A partir daí, a proposta é



avaliar os resultados dessas políticas de forma mais detalhada para ajustá-las ou propor outras ações. Esperamos que as evidências sobre as mudanças ocorridas até aqui e as desigualdades que permanecem sejam levadas em conta no debate.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta (org.) Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015.
- ATKINSON, Anthony B. Desigualdade: o que pode ser feito? São Paulo: LeYa, 2015. 432 p.
- BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. (1970) Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD anual", 2002 a 2015. <https://www.ibge.gov.br/>.
- BRASIL, Ministério da Educação - MEC, e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. "Censo da Educação Superior", 2016 de 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>> . Acesso em 24.08.2018.
- CARVALHO, Inaiá M.M. de; PEREIRA, Gilberto C. Segregação socioespacial e desigualdades em Salvador. Cadernos do CEAS, n. 235 (2015). Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/22>>. Acesso em: 31.10.2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016 (Estado de Sítio) 413 p.
- DUBET, François. La préférence pour l'inégalité: comprendre la crise des solidarités. Paris: Seuil/La République des Idées, 2014. 109 p.
- MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino da; MAURITTI, Rosario; MARTINS, Susana da Cruz; CASANOVA, José Luís; ALMEIDA, João Ferreira de. Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. Revista Crítica de Ciências Sociais, 66 (A Universidade e os jovens), (2003), 45-80. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1140>; acesso em 16.08.2018.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2017. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 2018. Disponível em https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/anuario_brasileiro_da_educacao_basica_2017_com_marcadores.pdf Acesso em 15.06.2018.

p. 2445



OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DIREITO À CIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COMÉRCIO DE RUA NO ENTORNO DOS PRINCIPAIS SHOPPINGS DA CIDADE DO NATAL/RN.

Ana Mônica Medeiros Ferreira

Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Rio Grande do Norte.
Pesquisadora do Núcleo Natal do Observatório das Metrópoles.
anamonicamf@gmail.com

Rita de Cássia da Conceição Gomes

Professora do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Pesquisadora do Núcleo Natal do Observatório das Metrópoles.
ricassiacg@gmail.com

p. 2446



INTRODUÇÃO

Acredita-se que uma leitura jurídica do fenômeno urbano somente é possível a partir da observação das espacialidades das relações sociais em sua natureza histórica e social. Nesse contexto, o estudo do direito à cidade somente tem sentido se parte da ideia que a sociedade urbana está em constante processo de construção, transformação e movimento.

Tais transformações no espaço nos levam a pensar o direito urbanístico não apenas a partir das limitações de uso sobre o direito de propriedade ou apenas pela efetivação do direito à moradia, mas sim numa dimensão coletiva ampla. Como consequência dessa ideia presenciamos uma metamorfose de valores de uso que servem de suporte a nossa sociedade, bem como numa modificação no modo de vida urbana e forma de regulação de suas relações sociais e jurídicas.

Dentro do contexto de múltiplas relações sociais e jurídicas nos espaços urbanos, o estudo objetiva discutir o uso do espaço público e sua relação com o comércio de rua no entorno dos principais shoppings na cidade do Natal/RN. Parte-se da ideia que o espaço é um produto do trabalho humano, logo, histórico e social, e por isso mesmo é uma importante vertente analítica a partir da qual se pode fazer a leitura do tecido social da cidade.

Assim, como o estudo da cidade, o estudo do espaço público também é multifacetado. Como suporte metodológico, a pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva dialética. Portanto, a abordagem da pesquisa inclui aspectos legais, como objeto de leis disciplinadoras a exemplo do Estatuto da Cidade, Plano Diretor e Código de Obras do Município do Natal/RN, aspectos de gestão urbana, na observação do controle cotidiano e efetiva fiscalização e cumprimento das Portarias da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente e Urbanismo, e aspectos socioespaciais, a partir dos quais busca-se a compreensão das práticas sociais e culturais, bem como das relações sociais construídas e reproduzidas no contexto da ocupação do espaço público pelo comércio de rua.

A pesquisa parte da seguinte problemática: como a ocupação do espaço público pelo comércio de rua nos entornos dos shoppings da cidade do Natal/RN influenciam na percepção do direito à cidade. Parte-se da hipótese de que os espaços públicos acompanham as transformações das cidades, e por isso são ao mesmo tempo reflexos da ocupação desordenada e deficiência na oferta de políticas públicas como também parte de uma cidade teorizada, planejada e regulamentada com o respaldo de todo arcabouço técnico e normativo existente.

REPENSANDO A RELAÇÃO ENTRE CIDADE E COMÉRCIO

O processo de trocas de mercadorias foi o início do desenvolvimento da atividade comercial nas civilizações que se desenvolviam na antiguidade. Assim, não faz parte somente do mundo globalizado a relação entre a cidade e o comércio. Desde o seu nascedouro, que a cidade mantém uma relação intrínseca com o comércio, apresentando-se como uma atividade tipicamente urbana.

A questão de referência é o entendimento de que a dinâmica do comércio e dos serviços se constata em todos os ambientes citadinos, de modo que a relação intrínseca



existente entre cidade e comércio se explicita claramente na paisagem dos espaços de comércio existente nas cidades (GOMES, 2018).

Isto porque, a cidade no capitalismo apresenta-se como um centro de comando do processo de produção do espaço por meio do qual promove e articula a divisão espacial e social do trabalho, ao mesmo tempo em que também articula a rede de cidades, independente da dimensão por elas apresentadas (CARLOS, 1982, p. 106).

Essa articulação se torna mais evidente por meio da relação entre o comércio e a cidade, a qual ao extrapolar o território da cidade promove a dinâmica urbana e regional.

A partir dos anos 2000, no Nordeste brasileiro, essa dinâmica passou por mudanças expressivas, motivadas pela expansão e dinamismo do comércio e dos serviços que ocorreu nas cidades, independentemente do tamanho demográfico por elas apresentado (GOMES, 2018).

Essa expansão, não apenas mudou a paisagem urbana das cidades, mas principalmente redefiniu os papéis urbanos desempenhados pelas cidades.

A essência do comércio continua a mesma, desde sua origem: uma relação bilateral na qual o interesse na mercadoria coligado à viabilidade econômica de constituir uma relação de troca – traduzido em compra e venda. Mas para que essa troca aconteça é necessário um espaço de encontro (BRANDÃO, 2010).

A localização deste espaço de encontro nos planos das cidades foi o ponto que nos interessou observar. A análise do entorno dos principais shoppings da cidade do Natal/RN, o Natal Shopping e o Midway Mall.

O Natal Shopping é o mais antigo shopping center da cidade do Natal/RN, está localizado na Av. Senador Salgado Filho, nº 2234, no bairro de Candelária. O shopping possui cerca de trinta mil metros quadrados de área construída e está situado na BR 101. Foi inaugurado em junho de 1992 e atualmente conta com 154 (cento e cinquenta e quatro) lojas e 33 (trinta e três) quiosques. De acordo com a sua administração, tem movimento de cerca de 18 (dezoito) mil pessoas por dia.

Em frente ao Natal Shopping, no outro lado da mesma avenida, foi inaugurado alguns anos depois, em 1995, o Shopping Via Direta. Ele é importante para justificar o fluxo de pessoas que transitam na passarela que liga os dois lados da avenida, e, por conseguinte, os dois shoppings. Esse, por sua vez, tem um apelo bem mais popular, pois além de oferecer lojas diversificadas, voltadas para todas as classes sociais, comporta ainda serviços como: escola de língua, autoescola, postos de venda de vales transportes e confecção de carteira de estudante, serviços de consertos e manutenção em geral, bem como possui uma Central do Cidadão.

Já o Midway Mall é o maior shopping center do estado do Rio Grande do Norte e um dos maiores do Nordeste. Foi inaugurado em abril de 2005 e está localizado na Av. Bernardo Vieira, nº 3775, no bairro do Tirol. Possui 231 (duzentos e trinta e um) mil metros quadrados dispostos em três grandes pavimentos destinados a lojas e serviços. De acordo com a sua administração, tem movimento de cerca de 67 (sessenta e sete) mil pessoas por dia.

A descrição acima se faz importante, uma vez que o comércio existe onde as pessoas se reúnem. Assim, pode-se inferir que a lógica do comércio de rua segue a



essência do comércio nas cidades medievais, sendo privilegiados os locais de grande fluxo de pessoas e onde existe alguma proteção à diversidade climática.

Ademais diante o exposto pode-se depreender diferentes espécies de comércio, o comércio realizado dentro dos shoppings e o comércio realizado fora dos shoppings, denotando uma cidade desigual. Os espaços dos shoppings, privados e os espaços públicos da cidade ao seu redor.

Observa-se então uma cidade fragmentada, refletida no processo de urbanização e/ou ocupação dos espaços da cidade. E na lógica dos grandes conglomerados comerciais, começam a se desenvolver centros de agregação de ambulantes.

O comércio realizado pelos ambulantes no entorno dos shoppings costuma ser percebido de maneira negativa dentro do contexto urbano. Todavia, nem sempre essa ótica se mostra como sendo verdadeira, posto que o comércio informal nessas localidades pode suprir lacunas existentes, seja em relação à gama diversificada de produtos a serem oferecidos, seja em razão da oferta de mercadorias ocorrer a preços mais acessíveis a determinadas camadas da população (muitas vezes, os principais consumidores são os trabalhadores dos próprios shoppings).

Desconsiderar esses aspectos é olhar de maneira preconceituosa para um comércio que, a despeito de qualquer crítica, vem se mantendo e atendendo a demanda da população (MENDES; CAVEDON, 2014).

Para Moreira Martins (citado por GOMES, 2006, p. 93), os espaços ocupados por ambulantes “quebram a ordem mais rígida do tecido urbano formalmente apropriado no qual estão inseridos”, mas também dão àquele lugar “discursos e práticas socialmente e culturalmente válidos para certas camadas populacionais de menor poder aquisitivo, que reinventam uma nova ordem e redefinem funcionalmente o espaço” (BRANDÃO, 2010).

Por isso a discussão que Lefebvre (2001) chamou de direito à cidade é relevante nesse contexto. A cidade é cenário político em constante disputa. A vida urbana pressupõe convivência de diferenças ideológicas, políticas e de modos de vidas. É preciso ter cuidado com as diversas formas de segregação advindas da estrutura capitalista, tendo o consumo como prioridade, para que não haja disparidades socio espaciais e ou exclusão legitimada pelas formas jurídicas.

Além da expansão da infraestrutura urbana, ocasionada pelo surgimento dos principais shoppings da cidade é necessário discutir as relações entre a dinâmica econômica e as condições de urbanização, uma vez que para o direito urbanístico democrático a questão urgente é a garantia do direito à cidade para todos, sem exclusão ou segregação.

O TRABALHO NO COMÉRCIO DE RUA E A (IN)FORMALIDADE NA CIDADE (I)LEGAL

Ainda dentro da análise da cidade fragmentada e desigual, se faz mister discutir o trabalho informal para uma melhor compreensão do comércio de rua no entorno dos principais shoppings de Natal/RN à luz do direito à cidade.



Para a caracterização do trabalho informal realizado pelos comerciantes de rua, vamos tecer algumas considerações teóricas acerca dos termos: trabalho, ocupação, informalidade, desemprego, mercado de trabalho formal e informal.

Primeiramente sobre o termo trabalho, tem-se o direcionamento do conceito em Marx (1982) para a compreensão do fenômeno urbano. O trabalho, para Marx classifica-se como um processo específico do homem. A relação com a natureza é distinta da relação existente entre esta e os animais irracionais, pois o trabalho não é indicado por condicionalidades genéticas e/ou instintivas. Para os seres humanos, os determinantes que instigam a transformação da natureza são outros. E em geral, estão atrelados à satisfação de suas necessidades, sejam elas orgânicas ou espirituais:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança da forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou (MARX, 1982, p. 205).

Observa-se que o trabalho é uma atividade mútua, no sentido em que, ao passo que o homem age sobre a natureza, concomitantemente, atua também sobre si mesmo. Tal dinamicidade revela a interação entre sujeito (homem) e objeto (natureza), e influência na forma como ocorre o desenvolvimento humano, revelado, sobretudo, na forma de como os homens se organizaram socialmente (OLIVEIRA, 2009, p.21).

p. 2450

O próprio desenvolvimento do uso dos meios de trabalho ilustra as mudanças ocorridas ao longo dos anos nas diferentes formas de trabalho, bem como apontam para a transformação do ser social, elemento presente na construção da sociedade.

O conceito de força de trabalho, por sua vez, está relacionado exclusivamente à participação das pessoas, por meio de trabalho remunerado, nas atividades econômicas de produção de bens e de serviços.

Do ponto de vista da economia, por conseguinte, a força de trabalho – também chamada de população economicamente ativa – é formada pelo conjunto de indivíduos que ofertam sua capacidade de trabalho no mercado, em troca de uma remuneração (FURTADO, 2018, p. 5).

IBGE (2018) classifica como população ocupada o conjunto dos indivíduos da força de trabalho que, na semana de referência da pesquisa, trabalharam, mediante remuneração, pelo menos uma hora completa; trabalharam, mesmo sem remuneração direta, pelo menos uma hora completa em ajuda à atividade econômica de membro de domicílio ou parente; ou estavam temporariamente afastados do trabalho remunerado por motivo de férias, folga, jornada variável, licença remunerada etc. Enfim, percebe-se que é um conceito bastante amplo.

A presença consistente de diferenciais de remuneração entre as parcelas legalizada e não legalizada da população ocupada é um dos elementos que dão suporte ao conceito de informalidade.

Pode-se dizer que o senso comum, não sem boa dose de razão, vincula a noção de trabalho informal àquele realizado à margem da proteção da CLT e, por conseguinte,



sem garantias de condições de trabalho adequadas e remuneração justa (FURTADO, 2018, p. 11).

Tal importância é ainda exaltada ao considerarmos que o trabalho é um dos elementos fundantes da atividade econômica, pois além de envolver a produção e distribuição dos valores de uso, é a única mercadoria que ao ser consumida gera mais-valia, elemento indispensável para extração do sobre trabalho da classe trabalhadora pela classe capitalista (OLIVEIRA, 2009, p.22).

Faz-se mister ressaltar que, ao contrário dos conceitos de força de trabalho e ocupação que são relativamente incontroversos e compatíveis com padrões internacionais, não há um consenso teórico sobre a definição de trabalho informal. É por essa razão, por exemplo que o IBGE não inclui, nas notas metodológicas da PNAD Contínua, o conceito de ocupação informal.

O IBGE, no entanto, possui uma definição de economia informal, que engloba as informações sobre unidades econômicas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar ocupação e rendimento para as pessoas envolvidas, operando, tipicamente, com baixo nível de organização, com alguma ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção, e em pequena escala, sendo ou não formalmente constituídas.

A informalidade é definida pelo IBGE não pela perspectiva do trabalho em si, mas a partir da perspectiva do empreendimento e de seu nível de organização (FURTADO, 2018, p. 11).

p. 2451

Percebe-se que as diversas definições de informalidade pressupõem hipóteses teóricas e ideológicas distintas sobre a evolução e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro.

Para fins da presente pesquisa utiliza-se a categoria informalidade para caracterizar a precarização da atividade realizada pelos trabalhadores do comércio de rua no entorno dos principais shoppings da cidade.

Estes trabalhadores possuem a singularidade de obter o seu sustento por meio da comercialização de mercadorias nos espaços públicos, atividade que os torna alvo de uma série de processos excludentes (MARTINS, 1997), como por exemplo, os referentes à negação dos direitos trabalhistas, bem como a estigmatização por parte de uma parcela da sociedade, como populares, representantes do poder público local e dirigentes de alguns estabelecimentos comerciais, que os enxergam como verdadeiros “incômodos”, por ocuparem espaços destinados a outros fins (OLIVEIRA, 2009, p.23).

Ao discutir o comércio de rua, analisa-se como a precarização do trabalho se concretiza junto aos mesmos comerciantes informais, por se tratar de um trabalho, desenvolvido, em geral, nas ruas, exposto a uma série de adversidades, e à margem de direitos trabalhistas.

Para concluir esse ponto sobre trabalho e informalidade na cidade é importante ressaltar que o Brasil passou recentemente por uma das maiores recessões de sua história. A economia brasileira, que já havia sofrido uma drástica desaceleração no seu crescimento em 2014, encolheu nos dois anos subsequentes. Embora o Produto Interno Bruto tenha voltado a crescer a partir de 2017, o ritmo da recuperação econômica tem sido extremamente lento. Esse baixo desempenho da economia brasileira foi



responsável por um quadro de deterioração no mercado de trabalho (FURTADO, 2018, p.4).

Martins (1997, p. 20), analisando a questão da informalidade e da precarização do trabalho nos anos noventa, afirmou que:

As políticas econômicas atuais, no Brasil e em outros países, que seguem o que está sendo chamado de modelo neoliberal, implicam a proposital inclusão precária e instável, marginal. Não são propriamente, políticas de exclusão. São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário a mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou relatório em maio de 2018 onde constatou que mais de dois bilhões de pessoas em todo o mundo estão na economia informal. O estudo, publicado em inglês intitulado Mulheres e Homens na economia informal: uma foto estatística, também fornece estimativas comparáveis sobre o tamanho da economia informal e um perfil estatístico do setor, usando critérios de mais de 100 países.

No Brasil, o índice de informalidade no emprego total é de 46%, sendo maior entre os homens, do que entre as mulheres. E, a educação é apontada como o principal fator a afetar o nível de informalidade, disse o estudo, notando que quanto maior a escolaridade, menor o nível de informalidade (ILO, 2018).

Segundo Rafael Medina (2018), diretor do Departamento de Estatísticas da OIT, “a alta incidência de informalidade em todas as suas formas tem múltiplas consequências adversas para trabalhadores, empresas e sociedades, e é um importante desafio para a conquista do trabalho decente para todos”.

Em outras palavras, é necessário entender que nos períodos de recessão econômica e estagnação, as taxas de desocupação se elevam, cresce o número de pessoas que saem da força de trabalho por desistirem de procurar empregos e o setor formal se encolhe.

Nesse sentido, a informalidade cresce com a crise econômica e não se pode negar o comércio de rua como uma estratégia da classe trabalhadora fugir do desemprego e sobreviver.

Dessa forma, se faz urgente pensar a cidade a partir da realidade destes trabalhadores e a partir da influência do comércio de rua no cotidiano dos cidadãos e na (re)significação dos espaços na cidade de Natal/RN.

A FUNÇÃO DAS CALÇADAS E SEUS ASPECTOS SOCIO JURÍDICOS

Pode-se dizer que as calçadas têm como função precípua a circulação de pedestres dentro das cidades. Porém tal assertiva poderia reduzir a complexidade do tema que envolve a função das calçadas, o direito de ir e vir da população e a sua natureza jurídica de espaço público.

Por isso cumpre agora tecer algumas considerações sobre a importância das calçadas e a legislação brasileira vigente para melhor compreensão da temática.



O Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/97, em seu Anexo I, que dispõe sobre conceitos e definições, traz o conceito normativo de calçada, definindo-a como:

parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins.

A referida lei considera a calçada como parte integrante da via pública, esclarecendo a sua independência dos lotes em frente aos quais se instala, o que nos leva a classificá-la como bem público por excelência.

Nesse contexto, faz-se mister ressaltar os dispositivos de referência do Código Civil brasileiro de 2002:

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Em sendo assim, as calçadas são consideradas bens públicos de uso comum do povo exatamente por serem parte integrante da via pública, ou seja, das ruas mencionadas no Código Civil no artigo 99 inciso I supracitado.

Para fins deste estudo, interessa a primeira categoria, ou seja, os de uso comum do povo. A partir das lições de Maria Sylvania Zanella DI Pietro (2011), podemos considerar bens de uso comum do povo aqueles que, por determinação legal ou por sua própria natureza, podem ser utilizados por todos em igualdade de condições, sem necessidade de consentimento individualizado por parte da Administração. Dentre eles, estão as ruas, praças, estradas, e, por conseguinte, as calçadas.

Esse aspecto da fruição coletiva das calçadas, característica do bem de uso comum do povo é que se apresenta relevante para nossa análise.

Levando-se em consideração que as ruas e logradouros consistem justamente nas chamadas vias públicas, bem como que as calçadas, por definição legal, são partes integrantes dessas vias, infere-se que são as calçadas bens públicos municipais.

Distinguindo essa característica, o Município de Natal/RN, em conformidade com o entendimento da calçada como bem público e de acordo com a normativa vigente



conceituou no Código de Obras e Edificações no Município de Natal a calçada como “o espaço existente entre o lote e o meio fio”, conforme nos informa o artigo 3º, inciso XII, da Lei Complementar nº 55/2004.

Para uma melhor regulamentação das calçadas no Município de Natal, foi editada a Lei nº 275, de 12 de março de 2009, cujo artigo 2º dispõe que a calçada é:

parte da via pública não destinada à circulação de veículos, normalmente segregada e em nível diferente, destinada à circulação de pessoas, bem como à implantação de mobiliário urbano, equipamentos de infraestrutura, vegetação, sinalização e outros fins quando possível.

A referida lei disciplinou as calçadas como parte integrante do sistema de circulação e transporte do município.

Inobstante haja, na referida legislação municipal, o reconhecimento de que são as calçadas bens públicos municipais, o artigo 11 da própria Lei Municipal nº 275/2009 atribui ao particular que detenha imóvel contíguo à calçada a responsabilidade precípua pela sua execução e manutenção, o que mostra flagrante inconstitucionalidade do dispositivo (BEZERRA, 2012).

Isso porque a competência administrativa constitucionalmente atribuída aos Municípios, artigo 23, inciso I, da Constituição Federal de 1988 é violada pelo referido artigo da lei municipal nº 275/2009, não podendo este servir de escusa ao Município do Natal para descumprir sua responsabilidade quanto à construção, adaptação e manutenção das calçadas públicas da nossa cidade. Devendo ser destacado que o tema da inconstitucionalidade já foi discutido e questionado pelo Ministério Público Estadual em diversas ocasiões, gerando recomendações aos gestores e ações civis públicas.

p. 2454

Em sequência, a liberdade de locomoção da população, conhecida popularmente pelo o direito de ir e vir somente se faz efetiva com o direito de acessibilidade e permanência nas calçadas.

O princípio fundamental da liberdade de locomoção expressa pelo direito de ir e vir encontra-se assegurado pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, inciso XV, sem qualquer restrição quanto à qualidade ou condição do destinatário da norma, abrangendo, em seu núcleo essencial, o direito de permanência e de deslocamento no território nacional.

As ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres. Esses usos estão relacionados à circulação, mas não são sinônimos dela, e cada um é, em si, tão fundamental quanto a circulação para o funcionamento adequado das cidades.

Em que pese no Município de Natal conseguirmos perceber os esforços da gestão atual em fiscalizar o uso e ocupação do espaço público, os direitos de ir e vir da população nem são sempre respeitados e algumas vezes colocados em segundo plano pelos Municípios.

A Lei de Acessibilidade, por exemplo, que garante mobilidade aos deficientes físicos e aos de mobilidade reduzida, não é respeitada em determinadas localidades do Município do Natal/RN.



Nesse sentido é urgente repensar a calçada enquanto um bem público, como um elemento que faz parte da via pública destinado ao trânsito de pedestres, mas que não cumpre apenas essa função. Devendo ser combatida qualquer desvio que prevaleça o interesse de particulares em detrimento do interesse público ou que retirem das calçadas a segurança e acessibilidade dos transeuntes.

Inspirados nas ideias de Jane Jacobs (2011, p. 30) pode-se dizer que a calçada por si só não é nada. É uma abstração. Ela só significa alguma coisa junto com os edifícios e os outros usos limítrofes a ela ou a calçadas próximas. Pode-se dizer o mesmo das ruas, no sentido de servirem a outros fins, além de suportar o trânsito sobre rodas em seu leito. As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais.

Nos dizeres urbanos, apontados por professores, gestores e cidadãos é comum a crítica ao desrespeito das normas de direito urbanístico com relação às calçadas, bem como as referências à calçada como o espaço público que está perdendo o seu lugar de espaço público para espaços privados, pelas diferentes formas de ocupação e uso que interdita o acesso aos pedestres.

Porém é importante perceber que a cidade está sempre em movimento, e tal dinâmica de produção e reprodução do espaço também é refletida nas calçadas. Com uma diversidade de funções, as calçadas passam a ser identificadas não mais pela alusão que as particulariza, mas, sobretudo, pelas relações de ocupação desses espaços por determinados atores sociais que, ao desenvolverem o comércio de rua revelam novas práticas sociais, que dão novas identidades aos lugares, a exemplo do entorno dos principais shoppings da cidade de Natal/RN.

Observamos nos locais de pesquisa, entorno do Natal Shopping e Midway Mall, que a calçada não é compreendida somente como espaço físico, administrativo, geográfico, arquitetônico ou ambiental, mas como espaço simbólico que significa pela sua prática cotidiana, englobando diversas relações que se transformam com o passar dos anos, pelo convívio e conflitos ali apresentados.

Dessa forma, verifica-se que as calçadas, os usos que as limitam e seus usuários são protagonistas ativos do drama urbano da civilização contra a barbárie (JACOBS, 2011). Manter a segurança urbana é uma função fundamental das ruas das cidades e suas calçadas.

Para a manutenção da segurança urbana entra o papel da gestão pública do uso do solo e devemos considerar os principais instrumentos urbanísticos jurídicos para regular o comércio de rua no Município ora em análise.

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PELO COMÉRCIO DE RUA E O CONTRAPONTO ENTRE A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E REALIDADE

O conjunto de normas urbanísticas, que configuram o direito urbanístico, compreende aquelas voltadas para assegurar os interesses da comunidade, disciplinar o uso, a ocupação e o parcelamento do solo, regular o sistema viário, dispor sobre planejamento urbano, impor limitações e comportamentos para o exercício de direitos e instituir os instrumentos de intervenção urbana.

A Constituição de 1988 trouxe a proteção da função social da propriedade como princípio essencial do direito urbanístico e valoriza o planejamento urbano. Ademais, a



partir do texto constitucional, o Plano Diretor passou a ser o principal instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana, com o objetivo de garantir a função social das cidades e de seus habitantes.

A atividade urbanística é pertinente ao exercício de uma função pública, onde os órgãos do poder estatal, aplicando as disposições legisladas intervêm visando ordenar os espaços habitáveis no meio ambiente urbano (COSTA, 2004, p.158).

A partir do artigo 23 da Constituição Federal de 1988 tem-se que compete a União, Estados, Distrito Federal e Municípios zelar pelos assuntos que envolvam matéria de direito urbanístico. Especialmente aos Municípios, com base no fundamento do interesse local, disposto no artigo 30 da Carta Magna, eles detêm competência legislativa na seara urbana. Dessa maneira, o poder de polícia administrativa serve ao condicionamento da propriedade e liberdade dos administrados em prol do interesse coletivo ou bem-estar social (COSTA, 2004, p.159).

Com o escopo de regulamentar o uso e ocupação do solo a partir do comércio de rua realizado por ambulantes e camelôs na cidade do Natal/RN, tendo em vista o que foi estabelecido pelo Plano Diretor, foi elaborado o Decreto nº 5.661/95. De acordo com o Decreto Municipal, camelô é o negociante que vende nas ruas, em geral nas calçadas, bugigangas ou outros artigos, apregoando-os de modo típico.

Preceitua o artigo 2º do Decreto nº 5.661/95 que o comércio do camelô na área do município, obedecerá aos preceitos estabelecidos por este Decreto, delegada a competência do Secretário Municipal de Serviços Urbanos para a concessão de seu licenciamento, fiscalização e elaboração de normas necessárias à sua aplicação. Dessa forma, as atividades do comércio de rua são exercidas por vendedores agindo por conta própria, em logradouros públicos, mediante licença concedida pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SEMSUR.

O decreto estabelece requisitos para a obtenção da licença, bem como deveres do licenciado, além de penalidades para o caso de inobservância das disposições contidas na lei.

Além do referido Decreto Municipal, a SEMSUR dispõe de duas Portarias, a Portaria nº 019/2012 e a Portaria nº 023/2012 para regulamentar as atividades e concessões de licenças para o comércio de rua.

A Portaria SEMSUR nº 019/2012 regulamenta as atividades de comércio e atividades de ambulantes no Município de Natal/RN e conceitua comércio ambulante como a atividade comercial ou a prestação de serviços em logradouro público, sem instalação ou localização fixa. A Portaria dispõe sobre a licença para a exploração de atividade, que tem caráter personalíssimo, intrasferível, válida por prazo determinado e concedida pela SEMSUR a título precário para o vendedor ambulante que preencher os requisitos estabelecidos pela Portaria.

Já a Portaria SEMSUR Nº 023/2012 regulamenta a concessão de Licença Eventual para as atividades de comércio camelô no Município do Natal/RN. Para fins desta Portaria, considera-se comércio Camelô Eventual a atividade comercial ou a prestação de serviços em logradouros públicos, com instalação temporária, cuja concessão será vinculada a um evento público ou data comemorativa. Entendendo por evento público qualquer evento artístico, cultural, esportivo e de lazer promovido por



ente público ou privado em uma área pública e datas comemorativas são aquelas decorrentes de celebrações ocasionadas por feriados ou meses festivos.

Observa-se que a ocupação do espaço público no entorno dos Shoppings de Natal/RN pelo comércio de rua se apresenta como um problema, principalmente pela dificuldade de utilização de calçadas e paradas de ônibus. Por outro lado, é importante ressaltar que a cidade não vem apresentando os postos de trabalho necessários para acolher a sua população, além do aumento do desemprego, difundido com a reestruturação produtiva e reforma da legislação trabalhista recente também explicam o aumento do número de pessoas que decidem trabalhar por conta própria.

Tal cenário revela a importância da gestão pública para promover o ordenamento da cidade a partir da inclusão social e da equidade em prol do direito à cidade para todos. Dessa forma, a SEMSUR atua na fiscalização para organizar o comércio informal praticado nas proximidades do Natal Shopping e do Midway Mall. Porém se faz mister ressaltar que enquanto o entorno do Natal Shopping não é um ponto regulamentado, o entorno do Midway Mall é. Por isso este último se encontra mais organizado, reflexo do trabalho exercido pela fiscalização da prefeitura.

No tocante ao entorno do Natal Shopping, estima-se com base em observações realizadas durante essa pesquisa, que haja diariamente em torno de 30 (trinta) vendedores em ambas as margens da passarela. Por não se tratar de um ponto regularizado pela SEMSUR, esse número oscila cotidianamente, pois alguns não trabalham todos os dias ou atuam em outras áreas da cidade, enquanto outros só vão para a proximidade do shopping em determinados horários. O maior número de trabalhadores ocorre nos finais das tardes e início da noite, horário também de maior fluxo de pessoas e veículos, onde algumas vezes o comércio de rua em locais desordenados provoca situações de insegurança para pedestres.

Já no que diz respeito ao Midway Mall, a questão do comércio de rua é regulamentada e organizada pela SEMSUR, com a limitação do número de trabalhadores informais na área em quarenta. Vinte desses trabalhadores vão às ruas às segundas, quartas e sextas. Os outros vinte, trabalham às terças, quintas e sábados. O trabalho aos domingos é alternado entre os grupos.

A sistemática surgiu a partir de estudos técnicos da Prefeitura, para viabilizar o exercício das atividades dos comerciantes de rua com a livre circulação de pessoas nas calçadas e pontos de ônibus, incluindo os horários de maior fluxo conforme informou o chefe da fiscalização da SEMSUR Antônio Carlos Falcão (2018).

Ademais o entorno do shopping foi dividido em quatro áreas: Área 01: Bernardo Vieira sentido Zona Norte com catorze vagas, Área 02: Bernardo Vieira sentido Zona Sul com doze vagas, Área 03: Av. Sem. Salgado Filho com dez vagas e Área 04: Av. Bernardo Vieira com Rua Dr. José Gonçalves com quatro vagas.

Foram publicadas no Diário Oficial a Portaria SEMSUR nº 71/2018 e a Portaria SEMSUR nº 106/2018, com a lista nominal de todos os comerciantes, o escopo de dar publicidade acerca dos Comerciantes Informais Licenciados para atuar no entorno do Shopping Midway Mall no ano de 2018.

Além disso o Poder Público Municipal determina que é proibida, terminantemente, a utilização de mão de obra infante-juvenil e de incapazes, bem como a comercialização, exposição, divulgação, incitação à aquisição de: a) Produtos de



origem ilícita, fruto de pirataria, falsificação, cópia desautorizada, e afins; b) Substâncias alucinógenas, entorpecentes e qualquer outra contida nas normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Saúde; c) Produtos que contribuam para a degradação do Meio Ambiente, incluindo os aptos a ocasionar poluição ambiental sonora e visual.

Outra norma importante é que nos logradouros públicos em que for autorizada a exploração de atividade ou comércio ambulante será proibida a circulação de equipamentos que tragam risco em potencial à integridade física da população, tais como os que tenham como combustível o Gás Liquefeito de Petróleo ou inflamáveis em geral, aptos a causarem explosões e que utilizem fogo, água ou óleo fervente, ou outros aptos a causarem queimaduras.

Também é vedado aos licenciados como ambulantes o fornecimento de cadeiras, mesas, bancos e similares aos seus clientes para consumo de seus ou outros produtos.

Após as medidas para a regularização do ponto no entorno do Midway Mall, a SENSUR informou que o número de comerciantes informais em situação irregular naquela localidade é muito baixo. Mas isso não quer dizer que não haja conflito. Um exemplo é o caso dos artesãos, que desejam expor seus trabalhos nas calçadas do shopping e não querem se cadastrar. Porém o direito do expositor não pode impedir o direito de ir e vir da população.

Em que pese a existência de toda essa normativa, observa-se ainda dificuldade por parte da gestão pública em fazer cumprir a legislação. A dificuldade vai desde a complexidade dos diversos instrumentos e procedimentos burocráticos da administração pública para o comércio de rua, passando pela desarticulação entre as diversas políticas públicas (mobilidade, serviços urbanos, obras e aspectos ambientais) e possíveis conflitos de competência de fiscalização, sem mencionar o caráter hegemônico e elitista de algumas normas. Ou seja, precisamos pensar se a legislação atual é eficiente ou se está gerando um efeito contrário ao previsto, contribuindo para aumento das ilegalidades e gerando segregação.

Nesse contexto, tivemos oportunidade de participar da discussão no Conselho de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Natal – COMPLAN, do processo 00000.011354/2015-86, contendo um Projeto de Lei da Procuradoria Geral do Município, que dispõe sobre regras para o uso e ocupação de espaços públicos para fins de realização de eventos diversos de curta duração, instalação de sinalização de vias e logradouros públicos, prestação de serviços e exercício de atividade econômica, mediante os instrumentos da autorização, permissão e concessão e dá outras providências.

A minuta de lei foi encaminhada para o CONCIDADE e o processo ainda está em tramitação. No entanto o debate da temática pelo colegiado foi importante para se perceber uma função social nas atividades econômicas informais que têm lugar na cidade.

Nesse sentido espera-se poder dedicar a temática do comércio de rua em Natal/RN um melhor tratamento e o administrador público desempenhar melhor o papel. Compreendido o fenômeno urbano desta forma, muda-se o enfoque de movimento marginal que precisa ser combatido, para movimento cultural que precisa de uma coordenação.



PARA NÃO CONCLUIR

Diante do exposto, coloca-se a necessidade e urgência de uma discussão mais aprofundada acerca do comércio de rua e sua regulação à luz do direito à cidade. Quando nos referimos aos espaços públicos estudados, estamos nos remetendo a identidade da cidade, uma vez que são onde ocorrem as trocas e relações humanas, a diversidade de uso e a vocação de cada lugar, os conflitos e contradições da sociedade, em síntese, a essência da vida cotidiana. Por isso, pode-se dizer que são nas ruas e calçadas que vão indicar por meio da percepção individual como esse espaço é concebido e vivido pela população.

Os locais ocupados pelo comércio de rua ambulante acabaram por redefinir o espaço, trazendo consequências para todos os cidadãos e não apenas para aqueles que realizam compra e venda de produtos. A forte presença dos vendedores ambulantes foi guiada pela falta de maiores opções de trabalho e pelo desenvolvimento do comércio local.

À medida que os estabelecimentos comerciais foram se instalando, os trabalhadores acompanharam essa chegada, e se fixaram em suas imediações. A observação realizada no entorno do Midway Mall e da passarela do Natal Shopping indicou que essa modalidade de comércio é marcada pela precarização do trabalho.

Mesmo com diversas medidas adotadas pelo Executivo Municipal, é notória a grande desorganização no espaço, gerando problemas de mobilidade para pedestres, além do acúmulo dos ônibus nas paradas, ocasionando congestionamento nas vias nos horários de grande fluxo. A análise da política urbana, das leis e da gestão pública da cidade do Natal nos últimos anos, incluindo o projeto de cadastramento geral dos ambulantes revela uma instabilidade gerencial do problema.

Uma das conclusões mais importantes da pesquisa relaciona-se com a consolidação da atividade no espaço público, indicada por uma forte determinação dos ambulantes pela continuidade da atividade. Assim é urgente encarar a questão no planejamento urbano, que deve ser realizada com a participação de todos os grupos e atores que podem contribuir para a melhoria do espaço público, com políticas públicas de inclusão social visando o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Luíza Cavalcanti. A natureza jurídica das calçadas urbanas e a responsabilidade primária dos Municípios quanto à sua feitura, manutenção e adaptação para fins de acessibilidade. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3320, 3 ago. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/22302>>. Acesso em: 22 nov. 2018.
- BRANDÃO, Maria Beatriz A. Comércio de rua: ocupação consolidada no espaço público, possibilidades de abordagem no projeto urbano. Dissertação de Mestrado apresentada no Proureb - Programa de Pós-graduação em Urbanismo Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. Revista do departamento de Geografia da USP. São Paulo: V. 1, 1982.
- COSTA, José Marcelo Ferreira. Licenças urbanísticas. Belo Horizonte: Fórum, 2004.



- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- FURTADO, Adolfo Costa Araújo Rocha. Mercado de trabalho, informalidade e desemprego Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Nota técnica: agosto, 2018.
- GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Comércio e Serviços no Espaço Urbano Regional. Volume Especial da Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, em parceria com o III Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades, v. 20, n. 1, p. 91-103, mai. 2018. Universidade Estadual Vale do Acaraú. ISSN 2316-8056. Disponível em: <<http://uvanet.br/rcgs>>. Acesso em: 22 out. 2018.
- GOMES, M. de Fátima C. Marques (org.). Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. org. M. de Fátima C. Marques Gomes. DP&A: Faperj, Rio de Janeiro. 2006.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. tradução Carlos S. Mendes Rosa. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARTINS, J. de Souza. Exclusão e a nova desigualdade social. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro primeiro: processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. 7. ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Difel, 1982.
- MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa Rolita. As contribuições do comércio informal para o desenvolvimento local de uma cidade. Interações, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 341-352, jul./dez. 2014.
- OLIVEIRA, Joilma de Deus. Trabalhadores por conta própria: o trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e do Via Direta. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, 2009.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. International Labour Office Women and men in the informal economy: a statistical picture (third edition). ISBN 978-92-2-131580-3. Geneva: ILO, 2018.
- ROLNIK, Raquel. O que é cidade? São Paulo: Brasiliense, 2004.
- YÁZIGI, Eduardo. O mundo das calçadas. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.



METROPOLIZAÇÃO DE CURITIBA, PLANEJAMENTO, ESTRUTURA SOCIAL E EXCLUSÃO: IMPLICAÇÕES NA ESCOLARIZAÇÃO E NAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

Maria Cristina Borges Silva

Pós-Doutorado do Programa Avançado em Cultural Contemporânea
(UFRJ)

Email: mariacrisbs@gmail.com

Roberto Filizola

Dep. de Teoria e Prática de Ensino (UFPR)

E-mail: robertofilizola@gmail.com



INTRODUÇÃO

Os diferentes processos de urbanização brasileiro revelam que o crescimento e a expansão das metrópoles são, historicamente, promotores de desigualdades sociais, destacadamente no interior dos espaços metropolitanos, e normalmente, vêm sendo ocultados das análises oficiais. O aumento das áreas de ocupações irregulares, a discriminação socioespacial e a especulação imobiliária são fatores que se mesclam na produção de uma periferia segregada. A realidade fundiária das metrópoles brasileiras, na qual o preço do solo impacta na organização espacial, resulta em uma distribuição desigual e injusta da terra: a população de alta renda tem acesso às áreas mais valorizadas, restando à população de baixa renda ocupar as áreas periféricas e carentes de infraestrutura. Nesse contexto, as regiões metropolitanas apresentam, sobretudo em suas franjas, uma forte concentração de moradores de baixa renda vivendo em habitações de interesse social, na maioria das vezes, distantes das áreas consideradas nobres da cidade, descaracterizados, carentes de identidade e outra parcela vive em ocupações irregulares, além de favelas, e ainda há, os que vivem em situação de rua.

Entende-se assim, que discorrer sobre Metropolização é compreender um pouco da história, da cultura dos povos que habitam as regiões metropolitana e de como determinada cultura se projeta sobre as demais. É também entender como as políticas, as formas de planejamentos urbanos, atendem essencialmente os estratos sociais mais elevados e excluiu historicamente os estratos sociais carentes, o que interfere sobremaneira no desenvolvimento socioespacial, sociopolítico, no sentimento de pertença as metrópoles, e ainda no próprio contexto regional metropolitano em que se vive.

O texto é resultado de reflexões e de pesquisas¹⁵ cujo objetivo principal é o de problematizar a estrutura social, a organização e o planejamento socioespacial, bem como, as possíveis implicações na escolarização/educação da população e nas oportunidades educacionais, (entendidas aqui como possibilidade de justiça social, direitos humanos e às cidades), ofertadas às periferias de Curitiba e de municípios de sua Região Metropolitana.

Como procedimento metodológico, fez-se levantamento de dados a partir de vários órgãos e autores que tratam do planejamento, do direito à cidade, e de questões relacionadas a oportunidades educacionais e da educabilidade. Realizou-se também, pesquisa de campo em quinze municípios localizados ao norte da região metropolitana e está sendo realizada pesquisa em bairros das regionais onde existem ocupações irregulares no município de Curitiba. Dentre os 75 bairros de Curitiba, cerca de 33 formam verdadeiras periferias, localizadas, sobretudo, ao sul e a leste da cidade. Some-se a isso a realidade de alguns municípios que formam a RMC, onde se percebe que as desigualdades socioespaciais são ainda mais acirradas. É necessário compreender, portanto, que a segregação socioespacial engendrou uma carência de oportunidades educativas, além de baixa qualidade. Mais do que isso, impactou o direito à cidade, o respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural e à inclusão social.

¹⁵ Pesquisa que está sendo desenvolvida no pós-doutorado do Programa Avançado em Cultural Contemporânea (UFRJ) e no Departamento de Teoria e Prática de Ensino (UFPR).



Os resultados preliminares são relevantes, e demonstram, a necessidade de se refletir sobre como os discursos e a descontinuidade das políticas públicas pelos diversos governos e dirigentes municipais, contribuem para invisibilizar grupos sociais que são afetados por diversos problemas, relacionados a moradias insalubres, que de modo geral, são frutos de autoconstrução, dificuldades na mobilidade, na oferta de postos de saúde, entre outros, o que faz com que as populações periféricas de Curitiba e dos municípios da Região Metropolitana não tenham seus direitos à cidade garantidos.

A CONSTRUÇÃO DAS DESIGUALDADES, EXCLUSÃO E OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Para se refletir sobre a estrutura social das regiões metropolitanas, é fundamental que se considere, mesmo que de forma breve, o processo histórico, econômico, político e cultural, da justiça social e dos direitos que promoveram e ainda promovem todo tipo de desigualdade e exclusão no Brasil, e estão relacionadas ao acúmulo de riquezas, poder e dominação, concentração de terra, ou seja, da política do favor e pela aplicação arbitrária da lei, como aponta Maricato, (2003). O que desde sempre interferiu na composição histórico-geográfica e na hierarquia social dos municípios, e conseqüentemente dos munícipes, ou como, já salientava Lefebvre, que os cidadãos são todos os habitantes da cidade, e os distingue dos cidadãos, aqueles reconhecidos politicamente pelo Estado, numa referência à cidadania política. (LEFEBVRE, 1968 - 2001).

p. 2463

Desde o período de colonização, marcada por forte dominação, e seguida pelo processo de independência, e posteriormente da instauração da república no Brasil, a economia, a política e a cultura dominante, consideraram mais habitualmente os interesses dos grupos hegemônicos e reforçaram a existência e incompetência de grupos considerados inferiores, alicerçados por forte exclusão socioespacial e sociopolíticas, nas mais diversas escalas. E sempre estiveram pautadas na competição individual e na lógica de funcionamento dos mercados, e contaram com a presença do Estado patrimonialista, para proteger, fortalecer e privilegiar famílias ricas ou grandes empresas consideradas prioritárias. (POCHMANN, 2017).

Para Pochmann, (2017, p.46), é necessário “compreender a desigualdade como um fenômeno que se acumulou ao longo do tempo”, o que torna mais difícil seu confronto e transformação, uma vez que, o que tem prevalecido é o reforço da desigualdade por meio da economia, de políticas e de culturas que se julgam superiores, e que se sobrepõem às culturas populares, ou seja, a partir da construção de discursos oficiais, de leis, de planejamentos e organização territorial, que nunca levou em conta as histórias, os modos de vida de grupos sociais, de povos tradicionais e comunidades que foram calados, esquecidos e tiveram suas culturas negadas e oprimidas.

Estudos dos pesquisadores, Pedro Herculano Guimarães e Marcelo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-IG/PNUD)¹⁶, analisou 29 países, entre desenvolvidos e em

¹⁶ Ver estudo completo disponível em: http://www.ipcig.org/pub/eng/WP163_The_concentration_of_income_at_the_top_in_Brazil.pdf e resumo



desenvolvimento. A pesquisa revela, que o Brasil está no grupo de cinco nações em que a parcela mais rica da população recebe mais de 15% da renda nacional. A concentração da renda nas mãos do 1% mais rico é o dobro da média geral, e concentram entre 22% e 23% do total da renda do país, nível bem acima da média internacional. Para Guimarães e Medeiros, (2017, p.2), “A experiência histórica mostra que buscar o crescimento a todo custo e esperar que ele resolva todos os nossos problemas distributivos não funcionou no passado e dificilmente funcionará no futuro”.

A desigualdade no país vem sendo descrita por vários autores¹⁷ como uma violência, o que tem comprometido formas de vivências sociopolíticas. As variadas formas de violências históricas, desde sempre, condenaram as camadas mais pobres ao analfabetismo, a fome, a falta de moradia digna, a exclusão social e espacial. Vidas de brasileiros pobres de várias regiões do país sempre foram afetadas, comprometidas pelas formas de condução dos processos sociopolíticos, com padrões de organização e práticas sociais violentas, que potencializaram a produção da desigualdade especialmente, por meio do analfabetismo, que não possibilitou o acesso à postos de trabalhos dignos e, portanto, tem submetido parte da população brasileira a miserabilidade.

Entende-se que o poder público ao não possibilitar à sociedade brasileira, historicamente falando, o acesso amplo e irrestrito a escolarização em qualquer momento da vida, cometeu violação dos direitos elementares, para que fosse possível efetivar o desenvolvimento social que contribuísse para acabar com as maiores privações humanas. Para Rezende, (2011, p 33) “os desdobramentos sociais do descaso dos condutores do poder político em relação a massa geral, desde 1822, foram múltiplos e atingiram a nação como um todo, comprometendo o seu desenvolvimento econômico e político posterior”. Por conseguinte, com o processo de estagnação que se deu, não se conseguiu reverter a concentração de riquezas por um lado e de misérias por outro, que perpetuaram a violação sobre “os estratos mais atingidos pela privação eternizada pelo não progresso social”. Deste modo, “as forças sociais parasitas organizam-se para impedir mudanças sociais substantivas” (REZENDE, op. cit).

Nas décadas iniciais do século XX, as cidades brasileiras significavam possibilidade de avanço e modernidade em relação ao campo que representava o Brasil do atraso, da ignorância, da improdutividade, como aponta Cruz, (p. 600), os povos e comunidades tradicionais, sempre trouxeram consigo um caráter depreciativo, “em contraponto com a ideia de um modo de vida e de um modo de produção modernos, marcados pela urbanização, pela industrialização, pela produtividade [...] típicas do modo de produção e de vida capitalistas”.

Para Maricato, (2003), desigualdade social, a segregação territorial, são traços da “formação” da sociedade brasileira, em especial sobre a marca da modernização com desenvolvimento do atraso. A aplicação da lei, reforça a “manutenção de poder concentrado e privilégios, nas cidades, refletindo e ao mesmo tempo promovendo, a desigualdade social no território urbano”. (MARICATO, 2003, p.151). Ainda para a

em português pode ser acessado em:

http://www.ipcig.org/pub/port/OP370PT_A_concentracao_de_renda_no_topo_no_Brasil.pdf

¹⁷ Ver REZENDE, (2011), I. POCHMANN, (2017).



referida autora, a exclusão social não pode ser totalmente mensurável, “mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência da cidadania” (p.153). Em várias metrópoles, a política de moradias populares deslocou para a periferia as camadas populares, e, por conseguinte “a ilegalidade/irregularidade urbana e a precariedade do habitat popular, especialmente na forma da densificação das moradias e da ocupação dos territórios, são as consequências deste processo” (RIBEIRO, 2012, p.47).

Rolnik (1997, p.14), menciona que o conceito de moradia adequada vai muito além da casa e suas paredes, ou seja, é a possibilidade de acesso, a partir do local onde se vive, não apenas à infraestrutura e equipamentos, mas também às oportunidades de trabalho, econômicas e de lazer, isto é, aos meios para uma existência digna. Sendo assim, Rolnik (1997, p.40), destaca que “quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrada poderá ser o confronto”, em especial da população segregada.

Isso ocorre, principalmente porque os setores econômicos mais abastados e com poderes políticos no Brasil, ao voltaram seus esforços para manutenção de um padrão de organização e de dominação política fundado na exploração sem limites, do trabalho, p.ex., e com isso produziram um constante desinteresse não só nos estratos superiores, mas também nos intermediários, pelo que acontecia e ainda acontece, com os demais estratos sociais. Sendo assim, potencializa-se e abre-se o caminho para naturalização de todas as práticas de violência e exclusão. (REZENDE, 2011, p.33).

É imperativo reconhecer que a população desvalida, com pouca escolarização, com precárias condições de moradia, de trabalho e renda, não possui ambientes, onde possam ter oportunidades de participação social, e em que tenham seus interesses, desejos, insatisfações e mazelas, ouvidas. De modo geral, estão abandonados a sua própria sorte. Aí, como aponta Maricato (2003b) “o loteamento ilegal e a favela são as alternativas mais comuns de moradia da maior parte da população urbana de renda baixa e média baixa”. Esta tem sido umas das formas que o desenvolvimento urbano, vem dando para equacionar os problemas de moradias no Brasil, especialmente nas metrópoles e em seu entorno. Porém afirma a autora, “essa ilegalidade não é resultado de uma atitude de confrontação em relação à legislação, mas sim resultado da falta de opções”. (MARICATO, 2003b, p.80).

Por conseguinte, esta população dos estratos sociais mais baixos, são de modo geral, invisibilizadas, e sofrem toda sorte de injustiças, privações, violências concretas e simbólicas e são alijadas de seus direitos mais básicos, como o Direito a ter Direitos, com tudo que o ornamento jurídico Constitucional deveria garantir.

A violência nas áreas mais periféricas, de ocupações irregulares e favelas, e seu abandono e invisibilidade, pela maior parte da população das cidades pode, de certo modo, ser explicada, pela ignorância sociopolítica, (desconhecimento dos direitos e políticas sociais); socioespaciais (desconhecimento dos direitos à cidade, da realidade espacial, social e cultural); socioeducativo (desconhecimento dos direitos à educação, a arte e a cultura, as tecnologias). Isso posto, é de certo modo compreensível que o desconhecimento das mazelas das periferias pela sociedade brasileira, tenha alcance



indistinto, e isso potencialize a indiferença, a apatia, o desprezo pela vida do outro e de determinados grupos sociais especialmente os localizados nas periferias.

Segundo Rodrigues, (2016, p.46)

A Constituição brasileira de 1988 define, na perspectiva da função social da cidade e da propriedade urbana, o não uso ou a subutilização como possibilidade de desapropriação para fins de política habitacional de interesse social, desde que delimitada em planos diretores municipais, que se transformaram na política urbana por excelência. Mesmo quando se prevê a aplicação de todos os instrumentos do Estatuto da Cidade, até culminar com a desapropriação feita com títulos de dívida pública, a propriedade é reconhecida, em sua essência, como um elemento fundamental do capitalismo.

Assim, como pensar a justiça espacial conjugada com justiça social e direitos humanos, que respeite os interesses coletivos e as multiculturalidades?

Vários autores, tem discutido questões relevantes relacionadas ao Direito à cidade. Contudo, é necessário verificar como sugere Rodrigues (2016, p. 43), se há justiça espacial, que possam potencializar o Direito à Cidade. E se esses direitos se inserem “[...] na luta por direitos coletivos numa ótica diferente da produção capitalista”. É preciso, “averiguar se as lutas que se manifestam nas cidades, em especial pelos movimentos populares urbanos, possibilitam ter a cidade como valor de uso”.

p. 2466

EDUCAÇÃO NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES

Ao verificar os dados sobre educação, moradias, trabalho e renda no Brasil, ainda hoje, embora apresentem um breve período de melhoras, em especial no que diz respeito ao acesso à educação, ainda há um longo percurso a se percorrer para que as condições socioeconômicas e sociopolíticas no país sejam suficientes para reduzir as desigualdades extremas.

Ao se analisar os dados sobre a educação no Brasil, segundo IBGE e o Instituto Nacional de Analfabetismo Funcional – INAF, ainda se verifica um contingente expressivo de brasileiros que não possuem escolarização adequada para que possam atender suas necessidades básicas, como ter uma ocupação remunerada que possibilite renda familiar adequada, para prover com dignidade, alimentação, moradia, saúde, vestuário, educação, assistência social, lazer, acesso à cultura e outros direitos à cidade, que todos os habitantes deveriam ter.

Em 2010, brasileiros que não frequentavam a escola eram 121. milhões, sem instrução e ou com o ensino fundamental incompleto eram de mais de 81 milhões, mais de 50% da população acima de 10 anos de idade. Vide figura 1, Educação no Brasil.



Figura 1 - Educação no Brasil – Censo Demográfico 2010

Pessoas de 10 ou mais anos de idade	161.961.299
FREQUENTAVAM A ESCOLA	40.669.474
NÃO FREQUENTAVAM	121.311.825
Nível de Instrução	
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	81.386.577
Médio completo e superior incompleto	37.900.515
Superior Completo	13.463.757
Indeterminado	971.655

Fonte: IBGE, 2010¹⁸. Censo Demográfico. (adaptado)

A partir desses dados, fica evidente as implicações não só na redução dos que conseguem chegar e concluir o ensino médio, como também na proporção de brasileiros que chegam e concluem o ensino superior. Ao avaliar os dados do IBGE para 2016 e 2017, verifica-se uma melhora, estima-se que houve uma redução de aproximadamente 300 mil pessoas analfabetas.

Na publicação “Alfabetismos Juvenil: Inserção educacional, cultural e Profissional”, o Instituto Nacional de Analfabetismo Funcional - INAF (2010), apresentou resultados de pesquisa sobre as habilidades de leitura, escrita e matemática (alfabetismo) de jovens de 15 a 24 anos, residentes nas nove principais regiões metropolitanas do país. O estudo utilizou uma amostra de 1.008 jovens, nas regiões metropolitanas de Salvador, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília, no segundo semestre de 2009. Os resultados demonstram que, 60% dos jovens metropolitanos participantes da pesquisa não atingem o nível pleno de alfabetismo. (INAF, 2010, p.3). Aponta ainda que, mesmo considerando as regiões metropolitanas, em que teoricamente

o acesso a recursos educacionais e culturais é maior, e mesmo nessa faixa etária, que se beneficiou da recente expansão do sistema educacional nos níveis fundamental e médio, o domínio das habilidades de alfabetismo ainda é insuficiente, apesar de superior ao das gerações mais velhas.

O estudo aponta ainda para “os efeitos de uma escolaridade insuficiente” uma vez que, os resultados desvelam que os participantes possuem uma insuficiente escolaridade, principalmente considerando a faixa etária dos participantes, que já deveria ter, caso não tivessem reprovações ou interrupções nos estudos. O esperado é que todos já tivessem completado o ensino fundamental. Entretanto, “cerca de ¼ dos jovens pesquisados nas regiões metropolitanas não têm esse nível de ensino (chegaram no máximo à 7ª série). Outros 38% têm o ensino fundamental completo, mas não completaram o ensino médio. Sobre o impacto do alfabetismo no mundo do trabalho, os dados apresentados no estudo apontam que

nos setores econômicos, os serviços de Transporte e Comunicação é o que concentra a maior proporção de jovens com nível pleno de alfabetismo, seguido por Saúde e Educação bem como Serviços nas

¹⁸ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22469>



áreas de Hotelaria, Turismo, Alimentação e Financeiro. Os jovens com nível básico de alfabetismo atuam prioritariamente no Comércio enquanto que os setores de Agricultura, Construção e Serviços Domésticos são a principal alternativa para os jovens analfabetos funcionais. (INAF, 2010, p.11)

O Inaf também apresentou o relatório de pesquisas realizadas entre os meses de fevereiro e abril de 2018 com indicadores de analfabetismo funcional, e apresenta também a série histórica, reconstruída desde 2001 para os 5 níveis de Alfabetismo: analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário e proficiente. A figura 2, mostra a evolução das médias de proficiências de cada um dos cinco níveis no período de 2001-2002 a 2018.

Figura 2 – Níveis de alfabetismo no Brasil conforme o Inaf (2001-2018)

Nível	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2007	2009	2011	2015	2018
BASE	2000	2000	2001	2002	2002	2002	2002	2002	2002
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%	4%	8%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%	23%	22%
Elementar	28%	29%	30%	31%	32%	35%	37%	42%	34%
Intermediário	20%	21%	21%	21%	21%	27%	25%	23%	25%
Proficiente	12%	12%	12%	12%	13%	11%	11%	8%	12%
Total ²	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Analfabeto Funcional*	39%	39%	37%	37%	34%	27%	27%	27%	29%
Funcionalmente Alfabetizados*	61%	61%	63%	63%	66%	73%	73%	73%	71%

p. 2468

Fonte: Indicador de Alfabetismo Funcional. Relatório Preliminar. INAF (2018)

Os resultados obtidos pelo Inaf (2018), no período de 2001-2018 apontam redução do número de Analfabetos, caindo de 12%, em 2001-2002 para 4% em 2015. No entanto, em 2018 indicam um novo aumento chegando a 8%. E em 2018, para o Inaf, os Analfabetos Funcionais, são 3 em cada 10 brasileiros, são os que têm muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandeza superior às centenas.

A METROPOLIZAÇÃO DE CURITIBA E SUA PERIFERIA INVISIBILIZADA

A metropolização pode ser entendida como a produção do espaço que intervêm no cotidiano das vidas de seus habitantes e colabora em maior ou menor grau nas transformações socioespaciais urbano-metropolitanas em todas as escalas territoriais.

A Região Metropolitana de Curitiba foi instituída oficialmente em 1973, por meio da Lei complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Em sua criação inicial a Região Metropolitana de Curitiba - RMC contava com 14 municípios. As últimas alterações, ocorrem em 2011, por meio da Lei Complementar Estadual nº 139/11, na qual, mais três municípios foram incluídos na RMC. (COMEC, 2017). Com isso, desde 2011 a região é composta por 29 municípios, é a segunda mais populosa do sul do país e a oitava do Brasil, é também a 118ª maior área metropolitana do mundo.



Souza, (2006), aponta que, são raros os trabalhos (acadêmicos ou não) e as políticas públicas que se voltam para o rural metropolitano. Para o referido autor

O curioso, entretanto, é que este consiste um rural aparentemente “invisível”, raramente citado em documentos oficiais de planejamento e cuja relevância restringe-se, basicamente, ao seu aspecto funcional. Ou seja, um rural pensado a partir das demandas oriundas da urbanidade, com “funções” delegadas pela dinâmica (urbana) da metrópole. (SOUZA, 2006, p.30).

Para contribuir com o debate, o cenário de desigualdades socioespaciais da RMC foi categorizado em tipologias socioespaciais, definidas por Deschamps (2014), as quais retratam a ocupação dos bairros de Curitiba e municípios da RMC, segundo o nível de renda e a ocupação ou categoria profissional de seus moradores. Segundo a autora, essas tipologias são assim descritas: i) Tipologia Superior: os espaços são marcados pela maior concentração de dirigentes do setor privado, profissionais autônomos de nível superior e grandes empregadores; ii) Tipologia Médio: há maiores densidades de ocupações médias, com profissionais de nível superior e de algumas categorias populares, destacando-se os ambulantes e biscateiros, e a existência de poucas favelas; iii) Tipologia Popular Operário: todas as categorias populares possuem alta densidade, sendo as maiores encontradas nas categorias operários dos serviços auxiliares e operários da construção civil, enquanto nenhuma das categorias médias e superiores são significativas; iv) Tipologia Operário agrícola: tem-se trabalhadores em diversas atividades agrícolas e mineradores; v) Tipologia Agrícola: encontram-se camponeses da agricultura familiar e trabalhadores temporários em atividades agrícolas. (DESCHAMPS, 2014, p.189). Considerar estas tipologias é essencial para a compreensão das oportunidades educacionais, uma vez que, as questões socioeconômicas, embora não sejam determinantes, são de suma importância para analisar as oportunidades e os desempenhos educacionais, e garantir melhores condições de obtenção de rendimento e transformação social.

p. 2469

Os municípios da RMC especialmente os municípios localizados próximos de Curitiba, como Pinhais e Campo Largo concentram as tipologias Médio e Popular Operário. Os municípios de Fazenda Rio Grande, Campo Magro, Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Itaperuçu e Balsa Nova, predominam nos territórios a Tipologia Popular Operário. Nos municípios de São José dos Pinhais e Araucária, embora existam as tipologias Médio, Popular Operário, o que predomina no território é a tipologia Operário Agrícola. Vale destacar que quanto mais distante das áreas centrais de Curitiba as Tipologias vão alterando-se, a exemplo de municípios como Doutor Ulysses, Adrianópolis, Cerro Azul, Tijucas do Sul, Agudos do Sul, Piên e Quitandinha onde predominam a Tipologia Agrícola e Rio Branco do Sul, Bocaiuva do Sul, Tunas do Paraná, Mandirituba, Contenda, Lapa, Campo do Tenente e Rio Negro concentram a Tipologia Operário Agrícola. Deschamps, (2014), demonstra que na RMC, nas tipologias, Popular Operário, Operário Agrícola e Agrícola, é onde se concentram a maior porcentagem de alunos com desempenho insatisfatório.

Silva, (2016), ao estudar quinze municípios ao norte da RMC, a saber: Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Campo Largo, Cerro Azul, Dr. Ulysses, Colombo, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara,



Quatro Barras, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, também demonstra que as áreas rurais de alguns desses municípios, onde se concentram 118.662 habitantes, e são exatamente nos municípios que possuem maior área, produção e população rural, foram fechadas o maior número de escolas rurais, totalizando 91: Adrianópolis (18), Almirante Tamandaré (13), Bocaiuva do Sul (6), Campina Grande do Sul (3), Campo Largo (19), Cerro Azul (5), Colombo (6), Piraquara (1), Rio Branco do Sul (8) e Tunas do Paraná (12). Estes dados são inquietantes, pois os piores resultados nos níveis de escolarização, estão nos municípios mais distantes com expressivas áreas rurais, e que não possuem limites com cidade de Curitiba, o que significa para muitos moradores desses municípios isolamento social e segregação espacial.

AS REGIONAIS DE CURITIBA TIPOLOGIAS SOCIOESPACIAIS E EDUCACIONAIS

O estudo intitulado “Organização Social do Território e Distribuição de Oportunidades Educacionais: Um Estudo Exploratório sobre o Caso da Região Metropolitana de Curitiba”, Bruel et al. (2014), apontam que as escolas com o pior desempenho médio estão próximas aos aglomerados subnormais¹⁹. O que foi comprovado também, a partir das análises das 48 escolas para participação no Projeto Educação para Equidade - PEE, desenvolvido pela Secretária Municipal de Curitiba no período de 2015-2016. No documento Qualidade e Equidade na Rede Municipal de Ensino de Curitiba: informações e produção de conhecimentos para a prática pedagógica, Curitiba, (2015), são apontados para escolha das escolas participantes do projeto, os indicadores a) Nível socioeconômico: Renda domiciliar per capita dos domicílios do entorno da escola, taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade nos domicílios do entorno da escola, percentual de estudantes da escola beneficiários do Programa Bolsa Família, percentual de estudantes da escola beneficiários do Programa Bolsa Família com baixa frequência. b) Nível educacional: Ideb da escola para os anos iniciais, taxa de aprovação da escola para os anos iniciais; proficiência da escola na Prova Brasil em língua portuguesa no 5º ano; proficiência da escola na Prova Brasil em matemática no 5º ano.

p. 2470

Ao analisar-se os documentos da SME para o projeto equidade não se encontrou nenhuma menção às condições de segregação socioespaciais que ocorrem a partir da organização e planejamento da cidade, nas regionais e/ou nos e entre os bairros e nas escolas municipais selecionadas para participação no Projeto Equidade na Educação.

No entanto, ao se analisar as tipologias socioespaciais nas quais as escolas de Curitiba se encontram, Bruel, et al (2014), apontam três níveis: superior, médio e popular operário. Dos 75 bairros de Curitiba, considerados no censo do IBGE 2000 e 2010, apenas 27 deles foram classificados na tipologia superior e 38 se enquadram entre o tipo médio (28) e operário (10).

A Regional Portão é formada por 9 bairros sendo 5 de tipologia **superior**: Sta. Quitéria, Vila Izabel, Água Verde, Portão e Seminário, e os bairros Fazendinha, Guaíra, Parolin, e Novo Mundo de tipologia **média**. Nesta regional há 14 escolas e 3 participaram do PEE. Essas escolas estão localizadas nos bairros, Guaíra com 1, no



Parolin 1 e Novo Mundo 1. Nesta regional, existem 770 domicílios e 2.014 pessoas em situação de extrema pobreza e 34 ocupações irregulares.

Na Regional Boa Vista são 12 bairros. Pilarzinho, São Lourenço, Barreirinha, Taboão, Abranches, Cachoeira, Sta. Cândida, Tingui, Atuba, Bairro Alto, Boa Vista, são considerados de **tipologia médio**, com exceção do Bacacheri que está na **tipologia superior**. Nesta regional são 25 escolas municipais e 6 participaram do PEE, sendo 2 no Sta. Cândida, 1 no Bairro Alto, 1 no Pilarzinho, 1 no Cachoeira e 1 no Atuba. Nesta regional existem 534 domicílios e 1.489 pessoas em extrema pobreza. Nesta regional há 81 ocupações irregulares.

Na Regional Matriz são 18 bairros: Centro, Ahú, Alto da Glória, Alto da XV, Cabral, Cristo Rei, Centro Cívico, Batel, Bigorilho, Bom Retiro, Prado Velho, Mêrces, São Francisco, Juvevê, Jardim Social, Jardim Botânico, Hugo Langue, e estão na tipologia **superior**. Nesta regional há sete escolas municipais e apenas uma foi selecionada para o PEE, e está localizada no bairro Rebouças, que é o único na tipologia **Médio** nesta regional, e possui 907 domicílios e 1.829 pessoas vivendo em extrema pobreza, em 4 ocupações irregulares.

A Regional do Pinheirinho é formada pelos bairros Capão Raso, Fanny, Lindóia, Novo Mundo e Pinheirinho. Todos são classificados na tipologia **Médio**. Nesta regional, são 26 escolas, e apenas 1 localizada no bairro Pinheirinho participou do PEE. Nesta regional há 322 domicílios e 781 pessoas em extrema pobreza.

Na Regional do Boqueirão todos os bairros estão na **tipologia médio**, é formada pelos bairros, Alto Boqueirão, Boqueirão, Xaxim e Hauer, esta regional possui 21 escolas e 2 participaram do PEE, sendo uma no bairro Alto Boqueirão e outra no Boqueirão, que possui 754 domicílios 1.912 pessoas em extrema pobreza. A Regional Cajuru é formada por 6 bairros, sendo que 5 estão na tipologia **Médio**: Umbará, Guabirota, Jardim das Américas, Capão da Imbuia, Tarumã. O bairro Cajuru, é o único, que boa parte de sua área se encontra na **tipologia operário popular**, e concentra o maior número de pessoas em situação de extrema pobreza, 2.613 pessoas e 843 domicílios. A Regional de Sta. Felicidade possui 12 bairros, sendo que 9 estão na **tipologia Médio** Campo Comprido (norte), Sto. Inácio, São Braz, Orleans, Cascatinha, Sta. Felicidade, Lamenha Pequena, Vista Alegre, São João e 2 na **tipologia superior**, Mussunguê e Campina do Siqueira, e 1 com parte do território do Butiatuvinha na tipologia **popular operário**. Esta regional possui 20 escolas e 2 participaram do PEE. Nesta regional há 52 ocupações irregulares, com 424 domicílios e 1.184 pessoas em extrema pobreza. A Regional Tatuquara engloba os bairros Campo do Santana, Tatuquara e Caximba, todos na **tipologia popular operário**, nesta regional são 15 escolas e 8 participaram do PEE, e 7 localizam-se no bairro Tatuquara e 1 no Caximba, com 355 domicílios e 1.184 pessoas vivendo em extrema pobreza, e com a menor renda per capita das regionais analisadas R\$ 436,36. Na Regional do Bairro Novo os bairros são Sítio Cercado, Ganchinho e Umbará, todos na **tipologia popular operário**. Nesta regional o total de escolas municipais são 19 e 6 participam do PEE, sendo 5 localizadas no Sítio Cercado e 1 no Umbará, estes bairros possuem 497 domicílios e 1.503 pessoas em extrema pobreza. Na Regional da Cidade Industrial de Curitiba, o bairro CIC está na **tipologia popular operário**, e os bairros São Miguel, Augusta e Riviera, nestes últimos três bairros, parte deles são considerados na **tipologia Médio**. Nesta regional são 19

p. 2471



escolas municipais e 10 participaram do PEE, sendo 9 no bairro CIC e 1 em São Miguel, com 496 domicílios e 1.606 pessoas em extrema pobreza.

Ao se considerar as regionais de Curitiba e seus bairros, e tomando-se como base as Pesquisas Secundárias: Retrato das Regionais²⁰ (2013) produzidas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), desvela-se a existência de um número significativo de ocupações irregulares, 415 ocupações, em aproximadamente 33 bairros de Curitiba, e são cerca de 16.531 pessoas vivendo em condições de extrema pobreza²¹, com rendimento mensal por pessoa de até 70 reais, em 5.907 domicílios. Quando cruzamos alguns dados, percebemos, que a maioria das escolas que participaram do PEE, estão próximas de áreas vulneráveis. Isso torna-se mais grave, quando se verifica, ainda hoje, que a cidade é considerada e divulgada como “modelo” de planejamento urbano, o que torna estes moradores e suas comunidades invisíveis na cidade. Embora, a população em extrema pobreza se distribua em todas as regionais da cidade, é no bairro Cajuru que se concentra o maior número de pessoas nessa condição 2.613, seguidos do Fazendinha com 2.204 pessoas, e do Boqueirão, com 1.912, pessoas. Porém, é na Regional Matriz, apesar de a maioria dos bairros serem considerados na tipologia superior, onde se concentra o maior número de domicílios nestas condições, 907 unidades. Vide tabela 1 com os dados para as regionais.

Segundo dados mapeados pelo Ippuc²², (2013, p.2), a partir de informações da Análise da Segurança Pública e locais de ocorrência de crimes, 2010, “há uma coincidência preocupante com a concentração de crimes contra a vida, homicídios e suicídios, com as áreas de ocupações ilegais, favelas e também com as áreas de SEHIS - Setores Especiais de Habitação de Interesse Social”. Esses bairros concentram as SEHIS, possuem características como: baixa renda: mais de 90% dos domicílios têm renda média de 70 reais até 3 salários mínimos, cerca de 25% da população tem idade inferior a 14 anos e 0,4% dos domicílios não possuem banheiro e são os bairros onde se encontram as menores taxas de alfabetização e de desemprego. Alguns bairros são considerados os mais violentos da cidade, como o Centro, Sítio Cercado e Cidade Industrial (CIC).

p. 2472

²⁰ Mais informações disponíveis em: <<http://www.ippuc.org.br/default.php?pagina=391>> Acesso em: 12/05/2018

²¹ Indicador considerado pelo IBGE, mencionado pelo Ippuc (2014), está relacionado aos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (setenta reais).

²² Dados disp. em: <http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=356&idioma=1&liar=n%E3o>



Tabela 1- Dados das Regionais de Curitiba

Regional População	Ocupações	Domicílios	Habitantes	Bairro com < nº de ocupação irregular	Extrema Pobreza	Renda per capita R\$	Escolas Municipais	Escolas Projeto Equidade	Bolsa Família
Boa Vista 248.698 13 Bairros	81	5.587	21.510	Sta Cândida - 24 Cachoeira -13 Abranches -12 Pilarzinho -9	534 Dom. 1489 Pes.	< renda 2.599,60 Lourenço >renda 814,30 Cachoeira	25	6	24,00%
Bairro Novo 145.433 3 Bairros	37	6.276	23.863	Sítio Cercado - 19 Umbará -14 Ganchinho - 4	497 Dom. 1503 Pes	< renda 640,40 >renda 500,54	19	6	31,58%
Boqueirão 197.346 4 Bairros	33	3.681	14.174	Xaxim - 22 Alto Boq. - 11 Boqueirão -5.	754 Dom. 1912 Pes	< renda 1.191,69 >renda 746,32	21	2	10,00%
Cajuru 215.503 4 Bairros	53	11.515	44.356	Cajuru -21 Uberaba -18 C. Imbuia -6.	843 Dom. 2613 Pes	< renda 1.567,96 >renda 752,41	20	8	40,80%
CIC 171.480 4 Bairros	63	13.906	52.540	CIC - 51 S. Miguel 4 Augusta - 2 Rivieira -1	496 Dom. 1606 Pes	< renda 664,11 >renda 468,00	21	11	40,74%
Matriz 205.722 18 Bairros	04	251	861	P. Velho - 1 Cabral -1 Mercês - 1 B. Retiro -1	907 Dom. 1829 Pes	< renda 9.818,00 1.873,00	7	2	28,77%
Pinheirinho 168.425 5 Bairros	27	1.803	6.938	Pinheirinho -18 C. Raso - 9	322 Dom. 791 Pes	< renda 992,88 >renda 460,56	11	2	10,53%
Portão 243.506 11 Bairros	34	5.091	19.599	B. Novo -10 Fazendinha St Quitéria - 6	770 Dom. 2204 Pes	< renda 3.170,07 >renda 724,49	23	2	14,29%
Sta Felicd. 155.794 14 Bairros	52	3.705	13.948	São Braz -14 Butiatuvinha -11 Stª Felic.-10	429 Dom. 1.184 Pes	< renda 3.583,00 >renda 661,05	19	1	6,25%
Tatuquara 4 Bairros	31	4.345	16.732	Tatuquara-18 Cpo Santana - 5 Caximba - 4 Ganchinho - 4.	355 Dom. 1.191 pessoas	< renda 507,63 >renda 436,36	15	8	53,33%
Total	415	56.160	214.521	29 bairros	5.907 Dom 16.531 pessoas	> renda 9.818,00 >renda 436,36	201	48	

p. 2473

Fonte: Pesquisas Secundárias: Retrato das Regionais - IPPUC, 2013

Outro dado importante para análise é a distribuição de renda da cidade. Verifica-se que há forte desigualdades sociais, em que além de se considerar as pessoas que vivem em extrema pobreza, vale mencionar a disparidade entre a renda per capita, que varia de p.ex., de R\$ 9.818,00 no bairro Batel à R\$ 436,36 no Bairro Campo do Santana. Cabe lembrar, que o Relatório ONU-HABITAT, produzido em 2009 pelo Observatório Urbano Global, Curitiba aparece entre as vinte cidades brasileiras com pior distribuição de renda do mundo, dentre as sete cidades mais desiguais do Brasil e as cinco mais desiguais da América Latina.



Quando se avalia a ocupação em postos de trabalho, verifica-se que há uma concentração no comércio. Vários estudos, como os desenvolvidos pelo Inaf (2018), Ippuc (2013), Ipea (2016), Ibge (2017), demonstram, que ainda é a ocupação que abriga o maior número de pessoas com carteira assinada e com menores níveis de escolaridade, só perdendo para atividades agrícolas, da construção civil, serviços domésticos e catação de materiais recicláveis, ou seja, trabalhos temporários e informais, que não exigem altos níveis de escolarização.

CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto, cabe ainda refletir sobre como os discursos oficiais, a cultura hegemônica e as mídias encobrem as condições socioespaciais da cidade, e como isso impacta a participação sociopolítica nos e dos processos decisórios. Soma-se a isso a seletividade e escolha de projetos e programas, que excluem ou só incluem, determinados grupos sociais, ocultando assim, cada vez mais a concretude da cidade. Há que se considerar também, a descontinuidade de determinadas políticas públicas, visto que, de forma geral, há grandes aportes financeiros envolvidos, o que muitas vezes é determinante para intervenções e interesses políticos. Entretanto, para implementar tais projetos ou programas há necessidade de formação humana e energia envolvidas, como por exemplo, ocorreu com o Projeto Equidade na Educação promovido pela SME. Então, a descontinuidade faz com que ocorra, além do descrédito, um retrocesso no avanço e nos direitos à cidade. Desta forma, os investimentos públicos voltados a atender as mais complexas demandas, realizados pelos diversos governos e dirigentes municipais não contribuem efetivamente para visibilizar grupos sociais que sofrem privações das mais diversas, tornando assim à cidade menos justa e solidária. Para que isso não aconteça, é essencial oportunidades educacionais adequadas, e mais do que isso, que ocorram processos de educabilidade que propicie aprender a cidade real, com seus dramas e tramas, suas numerosas diferenças, multiculturais, étnicas, de estruturas sociais, e também suas múltiplas possibilidades e potencialidades, ou seja, uma educação que nos faça apreender à cidade.

p. 2474

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento social e combate à fome. Aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília – DF: MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Secretaria Nacional de Assistência Social. 2009. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf
- BRUEL, Ana Lorena, ASSUNÇÃO, Heracto Kuzycz, BALISKI, Patrícia, TAVARES, Tais Moura. Organização social do território e distribuição de oportunidades educacionais: um estudo exploratório sobre o caso da Região Metropolitana de Curitiba. In: FIRKOWSKI, Olga; MOURA, Rosa. Curitiba: transformações na ordem urbana. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: 2014.p. 305-337.
- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC. Formação da Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em:
<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>



CURITIBA. Qualidade e Equidade na Rede Municipal de Ensino de Curitiba: informações e produção de conhecimentos para a prática pedagógica / Secretaria Municipal da Educação-Curitiba, 2015.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e Comunidades tradicionais. In: CALDART, R. S., PEREIRA, I. P; ALENTEJANO P; FRIGOTTO, G. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. 1ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012, v. 1, p. 594-600.

DESCHAMPS, Marley Vanice. Região Metropolitana de Curitiba: estrutura e organização social do território. In: FIRKOWSKI, Olga; MOURA, Rosa (orgs.). CURITIBA: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p.165-198.

LEFEBVRE, Henri. O Direito a Cidade. Tradução Rubens Eduardo frias São Paulo: Centauro, 2001

POCHMANN, Márcio. A desigualdade hereditária: origem e trajetória no Brasil. 01. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017. v. 01. 171p.

MEDEIROS, Marcelo.; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: resultados adicionais. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. (Texto para Discussão, n. 2170).

Movimento Nacional da População de Rua – MNPR. Carta aberta à população de Curitiba, Paraná. 20 de junho de 2018. Disponível em: https://multimedia.gazetadopovo.com.br/media/docs/1530054351_carta-aberta-a-populacao-de-curitiba-parana-26-06-2018.-1-.pdf

Natalino, Marco Antonio Carvalho. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2016. 36p. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pr&tema=aglomsubnor_censo 2010 Acesso em: 15/06/2018.

IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010 AGLOMERADOS SUBNORMAIS. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>> Acesso em: 17/06/2018.

IBGE – ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA COM DATA DE REFERÊNCIA EM 1º DE JULHO DE 2015. Disponível em:ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/nota_metodologica_2015.pdf acesso em: 13/04/2017

Instituto Nacional de Analfabetismo Funcional - Inaf – Indicador de Alfabetismo Funcional – Edição Especial Jovens Metropolitanos. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rioResultadosPreliminares_v08Ago2018.pdf

Instituto Nacional de Analfabetismo Funcional - Inaf – Indicador de Alfabetismo Funcional. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTEI6/view>

p. 2475



IPPUC – Região Metropolitana de Curitiba - RMC – Análise PNAD - Setor de Monitoração – 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC - Análise do Censo - Rendimento: Comparação de Curitiba 2000 e 2010 - Comparação entre Capitais - Análise por Bairro, 2010. Disponível em:

<http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=356&idioma=1&liar=n%E3o>

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - RMC PNAD, 2011.

Disponível em:

<http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=356&idioma=1&liar=n%E3o>

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. Análise Segurança Pública - Locais de Ocorrência de Crimes, 2010. Disponível em:

<http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=356&idioma=1&liar=n%E3o>

IPPUC – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA.

Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/> Vários acessos em 2018

IPPUC. ANALISE DO CENSOPOPULAÇÃO2010. Disponível em:

<<http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=356&idioma=1&liar=n%E3o>>

Acesso em: 01/05/2018

MARICATO, Ermínia Conhecer para resolver a cidade ilegal In: Leonardo Basci Castriota (org.). Urbanização Brasileira – Redescobertas. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003, p. 78-96.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. MARICATO, Erminia MetrÓpole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados 17 (48), 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>

RODRIGUES, Arlete Moysés (ORG). Justiça e Direito: Um debate sobre o espaço urbano. Revista Cidades, vol13. Nº22, 2016. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/issue/view/317>

REZENDE, M. J. de. As Desigualdades no Brasil: uma forma de violência insuperável? In: Direitos Humanos e educação: outras palavras, outras práticas. Schilling, F. (Org.) São Paulo: Cortez, 2011, 29-61p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. As metrópoles brasileiras no milênio: resultados de um programa de pesquisa. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SILVA, Maria Cristina Borges da. Práticas pedagógicas e formação socioespacial de professores. In: SILVA, M. C. B. (org.). Práticas pedagógicas e elementos articuladores. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016. p.172-199

SOUZA, Osmar Tomaz de. Políticas Públicas e Trajetórias de Desenvolvimento Rural em Cenários de Heterogeneidade socioeconômica e ambiental: casos ilustrativos na Região Metropolitana de Curitiba. Tese de doutorado. Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. Disponível em:

<http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/14225/Tese?sequence=1>

Acesso em: 25/06/2018.



GENTRIFICAÇÃO E REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA HABITACIONAL NO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Pedro Araújo Patrício

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais.

pedropatricao7@gmail.com

Renan Pereira Almeida

Doutorando em Ciências Econômicas pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG).

ralmeida@cedeplar.ufmg.br

p. 2477



INTRODUÇÃO

No período do Pós-Guerra, nos centros urbanos das economias desenvolvidas, houve um movimento de expansão urbana rumo aos subúrbios. Esta foi uma das principais formas de produção de espaço na Europa e Estados Unidos (HARVEY, 1996). Esses novos espaços eram ocupados por classes sociais elevadas, em busca de melhor estrutura, de novas estéticas e com o desejo de fuga do ritmo intenso das metrópoles. No entanto, após os anos 1960, um movimento de retorno à cidade surgiu nas metrópoles dos países do Norte-Global. Esse movimento caracterizou-se por grandes investimentos na revitalização de bairros próximos aos centros urbanos. Entre as consequências desses investimentos, observou-se a elevação dos preços dos imóveis, o que afetava a capacidade de pagamento dos antigos moradores, levando-os a se deslocarem para bairros mais baratos naquelas cidades. Em complemento, uma nova vizinhança de poder aquisitivo mais alto se instalava nesses territórios revitalizados (HARVEY, 2014; SMITH, 1996).

Diante desse fenômeno, Ruth Glass (1964) cunhou o termo "gentrificação" (do inglês "*gentrification*"), "enobrecimento", um conceito para designar esse processo de alteração do perfil socioeconômico das vizinhanças. Desde então, o termo "gentrificação" ganhou conotação pejorativa. Esse deslocamento de uma vizinhança por conta da valorização imobiliária pode gerar rompimento das relações sociais presentes naquele espaço (MARCUSE, 1985). A vizinhança previamente estabelecida sofrer com diversos fatores em um sentido de expulsão. E, em se tratando de redes sociais, as classes mais baixas são as que mais necessitam delas para as reproduções dos seus meios de vida (WILSON, 1987; TILLY, 1998), como vem mostrando a evidência empírica sobre a importância do tecido social para as populações mais vulneráveis e os efeitos deletérios da gentrificação sobre elas (BETANCUR, 2010).

p. 2478

Nesse panorama, as redes sociais descritas por Barnes (1954) podem ser adequadas para entender aspectos relevantes de processos de gentrificação. As relações sociais construídas numa determinada região podem ser coesas o suficiente para que as pessoas se tornem mais propensas a manter a sua residência fixa no território. Os laços de amizade e familiares que os indivíduos carregam exercem grande importância (BARNES, 1954), de modo que as vizinhanças nos espaços urbanos são formadas, entre outros fatores, dessa forma. Compreender as relações econômicas e sociais presentes em uma vizinhança ajuda no entendimento do processo de gentrificação e de como ele se dá em determinado território. Os laços, em sua maior medida e intensidade, se dão com aqueles indivíduos mais semelhantes (MCPHERSON, SMITH-LOVIN & COOK, 2001).

A partir dessas questões, e dos desafios postos para as cidades latino-americanas (ABRAMO, 2007; BETANCUR, 2014), tanto diante de processos de reestruturação econômica, quanto diante dos riscos de importações de teorias do Norte, investigar casos recentes do impacto de grandes investimentos e o risco de potenciais processos de gentrificação tornou um tópico relevante para cidades latino-americanas. Com evidências empíricas e a contextualização devida, analisar quão importante são as redes sociais para pensar a dinâmica habitacional num território marcado pela desigualdade e pela precariedade, que vem recebendo investimentos em infraestrutura,



tornou-se um tema de considerável interesse, de autoridades públicas, além da academia²³.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) recebeu, nos últimos anos, um pacote de grandes obras no seu Vetor Norte (VN) – historicamente, a porção mais pobre dessa região metropolitana. Os investimentos na região tiveram orientação do governo do estado, em consonância com o setor privado, com o discurso de propiciar o desenvolvimento da economia mineira a partir desse vetor em face da emergência de uma “Nova Economia” – marcada pela globalização e por supostos novos setores líderes. Em função desses projetos, gerou-se uma percepção de valorização dos preços dos imóveis e dos terrenos no VN, e, por conseguinte, receios sobre uma potencial gentrificação da área. Diante disso, este artigo discute até que ponto esses processos tiveram efeito na dinâmica habitacional da região, avaliando em que medida a coesão das vizinhanças é suficiente para impedir um processo de saída da população residente por conta dos preços crescentes.

Para a investigação das hipóteses de gentrificação do VN e de redes sociais fortemente estabelecidas no território, o trabalho se divide em mais cinco seções, além desta Introdução. A seção 2 traz uma revisão bibliográfica sobre as duas temáticas centrais: gentrificação e redes sociais. A seção 3 apresenta as fontes de dados utilizadas para a análise. A seção 4 contextualiza o VN na RMBH, identificando as principais obras ocorridas na região, além de investigar a hipótese de gentrificação a partir de uma análise exploratória de dados. Já na seção 5 se discute a hipótese de redes sociais, as quais são formadas principalmente na relação familiar, analisando-a a partir de questionários aplicados a moradores dos bairros do VN. Os motivos mais citados para a tomada de decisão locacional são agrupados de acordo com sua natureza e analisados descritivamente.

Com as evidências obtidas, não parece que a região em estudo se encontra em um processo de gentrificação. Contudo, também não significa que os impactos foram imperceptíveis e não tenham alterado a dinâmica habitacional local. Nesse panorama, as relações familiares estabelecidas no território parecem apresentar um papel crucial na autoproteção dos moradores, bem como ressaltam as peculiaridades das metrópoles do Sul-Global.

BASE DE DADOS E METODOLOGIA

Para a investigação da dinâmica habitacional da área de estudo, serão utilizadas três fontes de informação, para uma ampla visualização do contexto e para dar robustez às análises. Foram usadas bases de dados disponibilizadas por instituições públicas, como é o caso da Prefeitura de Belo Horizonte. Utiliza-se as informações da base de dados do ITBI (Imposto de Transferência de Bens e Imóveis Inter-vivos), dos Censos Demográficos feitos pelo IBGE e, por último, a pesquisa financiada pelo *Lincoln Institute of Land Policy*, “*Large Scale Urban Projects: The State and Gentrification in the Belo Horizonte Metropolitan Region*”. Esse projeto forneceu dados primários a partir de pesquisa de campo. A seguir, apresenta-se brevemente as bases de dados:

²³ Para uma revisão bibliográfica mais completa, ver Patrício (2017).



i) ITBI: esse imposto é cobrado sobre a transferência de imóveis e também é de competência municipal. A partir da base é possível extrair as informações a respeito do ano e do valor da transferência dos imóveis registrados. A base está disponível para imóveis transacionados de 2009 a maio de 2017.

ii) Censo Demográfico: o Censo Demográfico é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada 10 anos. Os objetivos para este estudo são traçar um perfil dos moradores da região de estudo e compará-lo com o restante da cidade de Belo Horizonte. Os dados estão disponíveis para os anos de 2000 e 2010.

iii) Pesquisa primária: esta pesquisa foi financiada pelo *Lincoln Institute of Land Policy*, e consistiu em avaliar o impacto dos grandes projetos urbanos sobre valores da terra e sobre a população na área de estudo. Entre os meses de fevereiro e maio de 2017, perguntou-se aos moradores da região questões relacionadas à estrutura familiar, local da residência anterior e motivação e se há pretensões de se mudar. Além disso, informações a respeito de vizinhos que se mudaram da região e impressões a respeito das intervenções ocorridas na região. A pesquisa se desenvolveu em bairros das cidades de Belo Horizonte (pertencentes às regionais Norte, Pampulha e Venda Nova), Santa Luzia (no distrito de São Benedito), e Vespasiano (na porção mais ao sul do município). Ao total, foram aplicados 897 questionários aos moradores encontrados na rua ou em suas residências, seguindo um padrão de espaçamento amostral a fim de obter homogeneidade nos resultados.

A análise dos dados está dividida em duas seções. A primeira é dedicada a contextualizar a área de estudo, descrevendo os principais projetos desenvolvidos na região e como o VN se insere na RMBH. Com o ITBI, foi possível um gráfico em linha sobre o preço mediano dos imóveis e a quantidade de imóveis transacionados, ambos em índice. Já com o Censo, foi obtido o rendimento médio do responsável, de onde gerou-se uma figura comparativa para os anos de 2000 e 2010.

A seção seguinte utiliza os dados do questionário aplicado aos moradores da região pela pesquisa do *Lincoln Institute*. Através de uma análise descritiva dos dados em formato de tabelas cruzadas, as perguntas de interesse são as seguintes: "Onde residia antes?"; "Qual o principal motivo da sua mudança?"; "Em que ano o(a) Sr(a) mudou para esta residência (ou bairro)?" e; "O(A) Sr(a) pretende se mudar da região? Por quê? Se sim, para onde?". Os bairros são agregados em pertencentes ou não ao VN, enquanto os motivos foram agrupados em quatro tipos: familiares; econômicos; relacionados a transporte e; outros motivos.

O VETOR NORTE, O PLANEJAMENTO E OS GRANDES PROJETOS URBANOS

O Vetor Norte da RMBH é uma regionalização que, para os fins deste trabalho, compreende parte dos municípios de Belo Horizonte, Santa Luzia e Vespasiano. Vale notar que não existe em cartografia oficial um "Vetor Norte", e que essa denominação emergiu a partir do próprio discurso de *marketing* empregado pelo governo do estado entre 2003-2015. O termo se espalhou e passou a ser usado por empresários (principalmente da construção civil) e também foi empregado no Plano Diretor de



Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI-RMBH), realizado pela UFMG²⁴. Esse território tornou-se, entre 2003 e 2015, uma área de grandes investimentos orientados pelo governo estadual, a fim de promover o crescimento do estado. Os investimentos por parte da autoridade pública são, em grande medida, em infraestrutura, além da construção da nova sede administrativa do Executivo estadual. Os Grandes Projetos Urbanos (GPU) instalados na região fazem parte da estratégia de tornar a Região Metropolitana de Belo Horizonte uma "Aerotropolis"²⁵, onde o aeroporto é a conexão com outras metrópoles e o desenvolvimento se dá ao redor deste (ALMEIDA, 2016).

A produção de espaços periféricos na RMBH, a partir da década de 1960, dava-se principalmente no Vetor Norte juntamente com o Vetor Oeste, que compreende as cidades industriais de Betim e Contagem. Ao passo que Betim e Contagem possuem atrativos econômicos por ser uma área de concentração industrial, o Vetor Norte se caracterizou pelo processo de horizontalização da pobreza metropolitana (OLIVEIRA, 1981 [1972]), no qual os indivíduos de baixa renda puderam adquirir uma área para morar, configurando as cidades desse vetor como cidades dormitórios para os trabalhos industriais e de setores informais. Tendo tido um menor adensamento demográfico ao longo do processo de formação da RMBH a partir da década de 1960, a taxa de crescimento do Vetor Norte torna-se maior do que a média da RMBH desde então, saltando de uma participação relativa de 2% da população metropolitana, em 1960, para 12%, em 2000. Dessa forma, a ocupação do Vetor Norte caracteriza-se por manter habitantes de baixa renda perto de Belo Horizonte, com acesso a oportunidades de emprego, em movimentos pendulares metropolitanos diários (SOUZA & BRITO, 2008).

Em consonância com movimentos macroeconômicos do período, e também a Copa do Mundo realizada em 2014, pelo menos 4 grandes projetos podem ser identificados como os principais que foram executados no VN até então (GOMES, 2011; FREITAS, 2016). As especificidades de cada obra serão discutidas a frente, mas, por ora, convém nomeá-las: a Linha Verde; a Cidade Administrativa de Minas Gerais; a ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e; o Sistema *Bus Rapid Transport* (BRT).

Como visto, é a região mais pobre da Região Metropolitana, e iniciativas para melhorias estruturais são de interesse do ponto de vista social. Além disso, com o congestionamento da região central de Belo Horizonte, e das dificuldades de expansão pelos Vetores Oeste e Sul, em função da escassez de lotes vagos, os municípios do VN receberam as atenções do mercado imobiliário, como a expansão de condomínios fechados em Lagoa Santa e Jaboticatubas (GOMES, 2011; ALMEIDA, 2015). Do ponto de vista econômico, o conceito por trás do plano de ação é o de "Aerotropolis", que consiste em desenvolver a região ao entorno de um aeroporto, o ponto de ligação da RMBH, e de maneira ampliada, da economia mineira, e a economia global. Dessa forma, ao promover um terreno como propício para a instalação de um circuito industrial tecnológico capaz de competir com outros mercados, a cidade poderia se inserir no mercado mundial.

²⁴ Para mais informações, acessar: www.rmbh.org.br

²⁵ No contexto do Vetor Norte, o termo "Aerotropolis" foi elaborado pelo professor e consultor John D. Kasarda, que foi contratado pelo governo do estado para realizar estudos na região.



Para atender aos objetivos econômicos propostos sob o mote de “*Aerotropolis*”, foram necessárias diversas medidas de mediação, com o uso do planejamento territorial para o ordenamento do território, além de recursos discursivos que garantissem a legitimidade do processo (FILGUEIRAS & SOUKI, 2012).

A seguir, serão apresentadas os quatro principais GPU instalados no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte:

i) Linha Verde: via expressa que liga o centro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN), diminuindo o tempo de locomoção entre as localidades. O projeto teve a coparticipação de diversos atores, de âmbitos público e privado, sendo o Governo do Estado de Minas Gerais o principal, onde atuou como coordenador e investidor. A previsão inicial, no ano de 2005, era de um custo de 270 milhões de reais, mas que, ao fim das obras em 2009, chegaram aos 510 milhões de reais.

ii) Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG): sede administrativa do Poder Executivo Estadual, localizada no bairro Serra Verde, em Belo Horizonte. A localização está nos limites do município com Vespasiano e Santa Luzia, às margens da Linha Verde. Os custos previstos eram 500 milhões de reais, mas que ao fim da construção, em 2010, chegaram a 1,7 bilhão de reais, pagos com recursos públicos. A mudança do centro administrativo para o Vetor Norte carrega um valor simbólico para o plano estratégico que o governo estadual tem para a região.

iii) Ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN): o aeroporto foi inaugurado em 1982 no município de Confins, cerca de 45km da área central de Belo Horizonte, como uma alternativa mais eficiente do que o Aeroporto da Pampulha, localizado em Belo Horizonte. Em 2013, houve o leilão para concessão do aeroporto, de onde saiu vencedor um consórcio formado por CCR, Munich Airport e Zurich Airport. Todas as intervenções terminaram no ano de 2016. A ampliação comercial custou por volta de 342 milhões de reais, financiados pelo consórcio operador (“BH Airport”), enquanto que os planos relativos ao aeroporto industrial custaram 17 milhões de reais, pagos pela CODEMIG, órgão do Executivo Estadual.

iv) Sistema Bus Rapid Transport (BRT) - “MOVE”: a implementação do sistema de transporte coletivo BRT se deu nas principais vias de ligação do centro de Belo Horizonte e ao AITN, as avenidas Cristiano Machado (Linha Verde), Antônio Carlos e Pedro I. O sistema atendeu a uma demanda de ampliação e modernização do transporte coletivo na cidade. O sistema tem caráter municipal e metropolitano, embora sem integração entre eles. A duplicação dos corredores já haviam sido planejados e iniciados em 2005, mas em 2012 que elaborou-se o projeto do sistema BRT e foi implementado em 2014, com custos totais de 1,06 bilhões de reais.

EXPANSÃO IMOBILIÁRIA E ASPECTOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS DO VETOR NORTE

Um dos impactos possíveis após um processo de reestruturação urbana ocorre no mercado imobiliário. Cabe aqui apresentar os pormenores do presente caso de estudo e analisar as evidências à luz da literatura. Esta seção está dedicada a procurar os desdobramentos dos investimentos sobre a dinâmica imobiliária do Vetor Norte. Pelos dados obtidos com a base do ITBI, a área de estudo não apresenta evidências

fortes, a princípio, de se destoar no mercado imobiliário municipal. Isto é, é difícil afirmar que a dinâmica imobiliária no Vetor Norte foi exclusivamente causada pelos intervenções do estado, já que demais partes do município também tiveram expressivo crescimento. Não seria prudente afirmar, também, que o Vetor Norte esteja estagnado e não represente um eixo de expansão.

Gráfico 1 - Índice de preços médios e quantidade de imóveis transacionados no Vetor Norte e Belo Horizonte (2009 - 2017)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Belo Horizonte.

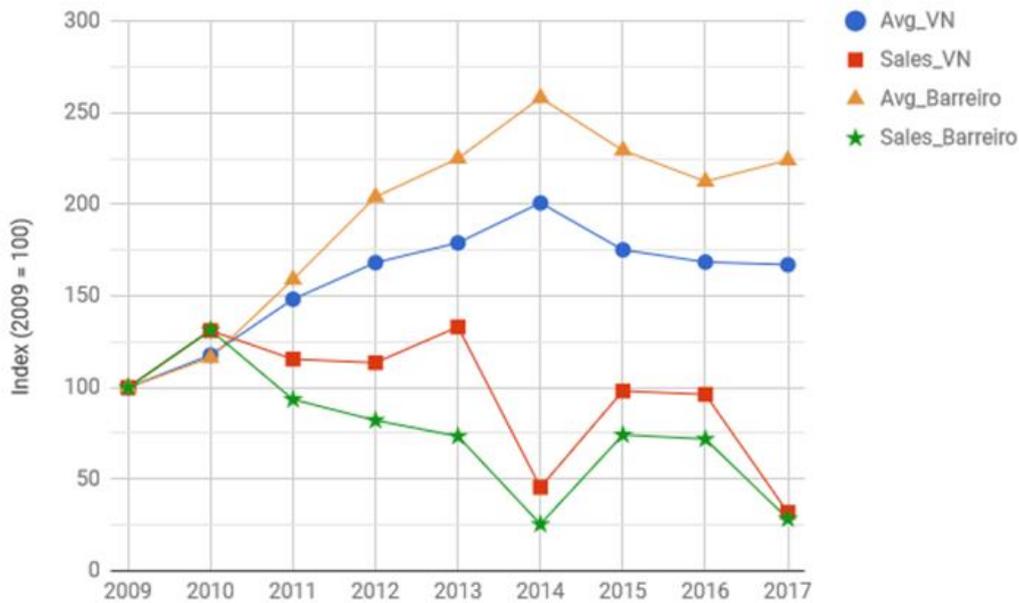
No período em análise, a proporção de imóveis entre as regionais não se alterou de forma expressiva. O VN acompanhou as tendências de Belo Horizonte no período tanto em quantidade de imóveis vendidos, quanto pela média dos preços. Pelo Gráfico 1 é possível observar a situação do mercado imobiliário de Belo Horizonte no período 2009-2017. Desde 2009 havia uma crescente nos preços médios até o ano de 2014, quando a crise brasileira tem seus primeiros indícios. Assim, os preços médios despencaram e a quantidade de imóveis vendidos.

Os preços dos imóveis no Vetor Norte cresceram junto com os preços médios da cidade de Belo Horizonte, portanto, os resultados não corroboraram a hipótese de que os projetos valorizaram sobremaneira aquela região. Essa base de dados também traz evidência de que em outras áreas periféricas, como o Barreiro, também houve mudanças similares no período. Dessa forma, há evidências de que essas mudanças sejam processos muito mais “macro-determinados”, isto é, pelo ciclo macroeconômico e pelas políticas de distribuição de renda do governo federal entre 2003 e 2015, do que por causa dos projetos ora analisados.

No Gráfico 2 é possível observar que tanto o Vetor Norte quanto o Barreiro (outra área periférica da cidade, e que não foi alvo de grandes intervenções públicas no período) sofreram grandes valorizações, ainda que em patamares distintos. No período, a média de preços do Barreiro cresceu mais, ainda que o número de transações tenha

variado menos. As explicações passam, entre outras, pelas características locais do Barreiro, tratando-se de uma área periférica e operária mais consolidada, antiga, e de ocupação mais densa. Dessa forma, espera-se uma menor dinâmica do mercado imobiliário, mas valores médios maiores – isto é, uma menor elasticidade da oferta de imóveis no Barreiro.

Gráfico 2 - Índice de preços médios e quantidade de imóveis transacionados no Vetor Norte e Barreiro (2009 - 2017)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Belo Horizonte.

A hipótese de um processo de gentrificação, a princípio, parece estar distante da realidade observados pelos dados do ITBI – ao menos no sentido colocado pela “teoria” do *rent gap* formulada por Neil Smith. O processo, contudo, pode estar localizado em localidades específicas, como nos condomínios de alta renda, em municípios adjacentes ou não a Belo Horizonte – como Vespasiano, Lagoa Santa e Jaboticatubas. Nota-se um processo combinado e desigual de expansão urbana, com um tecido urbano ocupado por novas e velhas classes médias baixas, e com moradias elitizadas em condomínios fechados em pontos mais distantes do centro da capital (ALMEIDA, MONTE-MÓR & AMARAL, 2017).

Após analisar como a produção de habitação se deu no Vetor Norte, as informações demográficas permitem compreender algumas características da população residente, como indicativos das condições de vida dos residentes locais. Essa análise traz alguns indícios e serve como base para estudos comparativos futuros. A análise do Censo Demográfico aborda o rendimento médio do responsável pelo domicílio.



Tabela 1 - Rendimento médio do responsável (em R\$) por região administrativa (2000 e 2010)

	2000	2010	Variação
Barreiro	882,63	1.681,52	90,5%
Centro-Sul	4.676,69	8.661,58	85,2%
Leste	1.639,39	3.002,68	83,2%
Nordeste	1.494,11	2.696,51	80,5%
Noroeste	1.482,32	2.664,67	79,8%
Norte	965,47	1.739,10	80,1%
Oeste	2.084,48	3.415,21	63,8%
Pampulha	2.370,17	4.215,94	77,9%
Venda Nova	940,30	1.647,45	75,2%
São Benedito	631,21	1.245,24	97,3%
Vespasiano	710,77	1.374,12	93,3%

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo/IBGE.

p. 2485

A regional Venda Nova, além de um baixo crescimento relativo, de 75%, tem o menor valor de Belo Horizonte. Outras regionais pobres, como Barreiro (a mais pobre em 2000) e Norte, foram as que mais cresceram em termos de rendimento médio. A regional Barreiro, inclusive, teve a maior variação, de 90%. São Benedito (distrito do município de Santa Luzia) e Vespasiano eram ainda mais pobres, e tiveram maiores taxas de crescimento. Esses dados apontam na direção de não haver um deslocamento de população pobre, mas de uma melhoria dos padrões de vida dessas populações, em sintonia com o contexto nacional – política de valorização do salário mínimo, Bolsa-Família, Minha Casa Minha Vida, entre outros programas federais. Em outras palavras, em geral, quanto mais pobre uma área nesse período, mais sua renda cresceu. Isso ajuda a esclarecer como contextos locais podem ser fundamentais no entendimento de processos supostamente globais – com a discussão sobre gentrificação.

Essas informações são de suma importância para a construção da hipótese discutida em seguida. Dos dados disponíveis, as regionais do Vetor Norte ainda são das mais pobres da cidade de Belo Horizonte. Ainda, São Benedito e Vespasiano também são lugares vulneráveis. Essas condições condizem com as pesquisas de Eduardo Marques (2012; 2015) em territórios de predominância da classe baixa nas cidades de São Paulo e Salvador. Discutiu-se nessas pesquisas que as redes sociais de indivíduos de classes inferiores tendem a ser mais coesas e concentradas espacialmente. A partir disso, pretende-se investigar essa estrutura para o recorte deste trabalho, o que por sua vez permite apontar as redes sociais como um elemento de resistência para eventuais processos de gentrificação.



DINÂMICA HABITACIONAL E REDES SOCIAIS

A revisão bibliográfica a respeito de redes sociais teve o intuito de levantar a hipótese de que exista um caráter relacional relevante para compreender a dinâmica imobiliária do Vetor Norte, impactado por diversas grandes obras. No processo de decisão locacional, os indivíduos levarão em conta a rede social a que eles pertencem - ainda que aspectos econômicos mantenham relevância. Essas redes, por sua vez, são criadas principalmente a partir de relações familiares. Essas interações podem ser suficientemente fortes para estabelecer prioridades individuais e determinar a tomada de decisão habitacional. Pela escala adotada no estudo, essas redes são construídas dentro de uma região, de bairros, permitindo que a dinâmica habitacional se dê focalizada nessa mesma região.

As características sociais e demográficas do Vetor Norte apresentadas anteriormente a respeito do número de moradores por domicílio e do rendimento médio do responsável apontam para a presença de uma rede social coesa no território. Esta seção pretende analisar os argumentos que os moradores do Vetor Norte responderam como principal ao decidirem se mudar para a moradia atual. Agrupando os vários motivos listados, é possível perceber em que medida aspectos não econômicos foram decisivos. Verificar se há diferença nas motivações de quem veio de fora do Vetor Norte e de quem se mudou internamente, além de um recorte temporal, permite aprofundar a análise e conectar as evidências. Além disso, os motivos dos moradores pretenderem ou não se mudar, e para onde pretendem, enriquecem o estudo da dinâmica habitacional da região.

p. 2486

Primeiramente, analisaram-se todas as respostas a respeito da razão pela qual a pessoa se mudou para a atual residência (Tabela 2). Do total de 897 questionários aplicados, 675 responderam a essa pergunta. A maioria das omissões se deve por sempre terem morado na mesma residência. Nesse panorama, de todas as motivações, os familiares representaram 27% das respostas. Esse valor pode significar que existe uma parte significativa da tomada de decisão dos agentes incompreendida pela teoria econômica convencional (aquela que trata exclusivamente do *trade-off* entre custo de transporte e renda da terra)²⁶. A partir dessas primeiras impressões, já é possível intuir que as relações familiares tem um efeito relevante para a dinâmica habitacional.

Tabela 2 - Motivação da mudança

Motivo da mudança	Frequência	Porcentagem
-------------------	------------	-------------

²⁶ Uma hipótese ad hoc adicional poderia ser pensada para tentar salvar a teoria convencional de localização residencial, ao conjecturar que esses indivíduos estão maximizando o custo de transporte em relação aos locais que vão com maior frequência – no caso, a casa dos familiares. Entretanto, essa hipótese ad hoc levaria a um raciocínio tautológico, já que para ter sentido, o tradeoff custo de acessibilidade versus espaço residencial precisa se restringir à racionalidade de um homo economicus que trabalha em alguma aglomeração de empregos (tipicamente, os CBDs). Como já explicou Schumpeter a respeito dessa tautologia do Utilitarismo, “se definimos motivo hedonista da ação como o desejo de satisfazer as próprias necessidades, podemos realmente fazer com que as “necessidades” incluam quaisquer impulsos, do mesmo modo como podemos definir o egoísmo de forma a incluir também todos os valores altruísticos, baseando-se no fato de que também significam algo no sentido da autogratificação. Mas isso reduziria a nossa definição à tautologia. Se desejamos dar-lhe significado, devemos restringi-la às necessidades tais que sejam capazes de ser satisfeitas pelo consumo de bens, e àquele tipo de satisfação que se espera deste. Então não é mais verdade que nosso modelo esteja agindo de acordo com um desejo de satisfazer suas necessidades” (SCHUMPETER, 1997).



Motivos Familiares	182	27
Motivos Econômicos	435	64,4
Motivos de Transporte	28	4,1
Outros Motivos	30	4,4
Total	675	100

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 3 tem dois recortes, um temporal e outro espacial. O temporal corresponde ao início de obras importantes no Vetor Norte, enquanto o espacial agrega os bairros pertencentes à área de estudo e os que não pertencem. A clivagem espacial aponta que os motivos familiares são mais presentes na dinâmica interna, em detrimento da dinâmica interregional, situação que se estende por toda a análise. De todos aqueles de origem interna à área de estudo, o grupo de motivos familiares representou 34% no total. Para os moradores que vieram de fora do Vetor Norte, os motivos familiares ficou abaixo, embora continue o segundo motivo. Nesse recorte espacial, os motivos familiares significaram 21%.

Tabela 3 - Motivação de mudança e região de origem antes e depois de 2007

	Motivo da mudança	Vetor Norte	Fora do Vetor Norte	Total
Antes de 2007	Motivos Familiares	42	39	81
	Motivos Econômicos	104	178	282
	Motivos de Transporte	6	8	14
	Outros Motivos	6	14	20
	Total	158	239	397
Depois de 2007	Motivos Familiares	61	38	99
	Motivos Econômicos	74	75	149
	Motivos de Transporte	8	6	14
	Outros Motivos	3	7	10
	Total	146	126	272

p. 2487

Fonte: elaboração própria.

Aos moradores que se mudaram para a residência atual antes de 2007, os motivos familiares correspondem a cerca de 20%. No entanto, percebe-se uma diferença entre quem se mudou dentro da própria área de estudo e quem veio de fora dessa área. Daqueles que relacionados à dinâmica interna, a motivação de ordem familiar chega a representar 25%. Para aqueles que vieram de fora, os motivos de ordem econômica superam 50%.

Para depois de 2007, as evidências são também esclarecedoras. Os motivos familiares crescem em representatividade, representando 40% da dinâmica interna, que, por sua vez, é mais intensa que a externa. Uma explicação possível pode ser que os preços dos imóveis subiram em alguma medida em função das obras, mas os benefícios econômicos prometidos não tenham sido efetivamente realizados. Como área de estudo não se tornou uma centralidade plena, apenas aqueles indivíduos que não consideram tanto os aspectos econômicos estão dispostos a se mudar para lá. Aqui,



de novo os motivos familiares e econômicos podem ter se misturado, pois a região pode ter ofertado atrativos econômicos suficientes que reforçassem um desejo de voltar à região onde moram os familiares.

Cabe retomar um pouco da discussão a respeito da literatura revisada para ajudar a compreender esses fenômenos. Uma das premissas da análise de redes sociais está no entendimento que as relações entre dois indivíduos são fundamentais para a compreensão dos fenômenos sociais. Um indivíduo pode atuar de forma diferente dependendo do outro e também do contexto em que a relação ocorre, como em uma vizinhança, por exemplo (EMIRBAYER, 1997). E, justamente pelas redes sociais tenderem a se construírem entre indivíduos semelhantes em etnia, idade, orientação política, ou pela proximidade geográfica, a vizinhança pode tornar-se um espaço de apoio entre eles, como estudado por McPherson, Smith-Lovin e Cook (2001), onde as condições econômicas seriam apenas mais uma das outras condicionantes para os indivíduos agirem. A constituição das famílias se concentrariam nesses espaços, portanto. Dessa forma, era de se esperar que o casamento como motivo de ter se mudado fosse de uma origem próxima, pois mantém-se proximidade à região em que os dois indivíduos tem seus contatos.

Além da motivação de ter se mudado para a atual residência, foi questionado aos moradores se pretendiam se mudar. Dos 897 entrevistados, 761 responderam a essa pergunta. Dentre as respostas, a maioria disse não pretender se mudar, quase 70%. As principais respostas, apresentadas na Tabela 4, foram no sentido de achar o lugar onde moram **tranquilo e gostarem do lugar**, respostas essas que, apesar de estarem embasadas em situações econômicas e familiares satisfatórias, não é possível definir um principal motivo, e sim um conjunto de fatores. O terceiro motivo mais citado foi "**costume**", indicando que existe um sentimento de pertencimento à região. Ambos motivos citados estão incluídos na categoria "Outros Motivos". Ter a casa própria também é um motivo de destaque. Para muitas famílias, é uma grande realização e representa segurança.

p. 2488

Tabela 4 - Motivação para permanecer na atual residência

Motivação para ficar	Frequência	Porcentagem
Motivos Familiares	121	23,1
Motivos Econômicos	140	26,7
Motivos de Transporte	34	6,5
Outros motivos	229	43,7
Total	524	100

Fonte: elaboração própria.

Apenas metade daqueles que disseram pretender se mudar indicaram um provável destino. Porém, a proporção entre os motivos para se mudar é a mesma para a tabela do universo de todas as respostas afirmativas e para aquela com os destinos já indicados, o que parece ser uma aproximação razoável. Pelos questionários aplicados formulou-se a Tabela 5 a seguir. Os dois cenários estão divididos entre os moradores, não sendo possível indicar se há um movimento de saída do Vetor Norte ou apenas a procura de um bairro melhor na hierarquia da própria região. E, para aqueles que



desejam sair do Vetor Norte, o principal destino seria o Vetor Oeste, outro vetor de expansão já apresentado ao longo deste estudo. Nessa tabela, os motivos familiares representam aproximadamente 17%.

Tabela 5 - Motivação para desejar se mudar e para onde seria

Motivo para sair	Vetor Norte	Fora do Vetor Norte	Total	
Motivos Familiares		10	9	19
Motivos Econômicos		28	32	60
Motivos de Transporte		1	10	11
Outros motivos		11	8	19
Total		50	59	109

Fonte: elaboração própria

Dessa forma, o estudo de caso do Vetor Norte da RMBH ajuda a trazer **evidências contrárias no sentido de gentrificação**. Os GPU construídos podem ter ajudado à região a diminuir o *gap* relativo à média do município de Belo Horizonte, mas não foram suficientes para torná-la uma área de atração de elites. Além disso, o Vetor Norte, antes um vetor de expansão com características de espaços periféricos à RMBH, tornou-se mais concentrado para os próprios habitantes do lugar. Uma das possibilidades pode ser o fato de que os moradores sejam menos propensos a reagir puramente a incentivos de ordem econômica, e a condicionarem suas decisões locais também a questões de cunho familiar.

p. 2489

Diante de características demográficas da região e dos principais motivos elencados pelos moradores para a tomada de decisão locacional, a teoria de redes sociais aponta que a gentrificação nesse tipo de metrópole pode não acontecer, em função de motivos fora do escopo econômico. Esses motivos são fundamentados pela inserção dos indivíduos em uma rede social coesa e concentrada espacialmente. Por ser ainda uma região de domicílios mais pobres, corroborou-se a hipótese de que questões familiares tivessem um fator importante para a dinâmica habitacional. As informações obtidas, portanto, induzem à **presença de uma forte rede de vizinhança no Vetor Norte**.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, procurou-se apresentar algumas referências principais nas literaturas acerca de gentrificação e de redes sociais. Da teoria de gentrificação, apreendeu-se as principais características desse processo – reestruturação sócio espacial associada a um processo de elevação relativa dos preços dos imóveis. Quanto às redes sociais, discute-se que um elemento importante para a compreensão do processo de gentrificação, em países como o Brasil, é a presença de redes sociais no território, destacando-se, dentre os elementos, uma estrutura coesa, homogênea e concentrada geograficamente. Essas redes sociais tendem a ser mais coesas em ambientes com indivíduos de classes sociais mais baixas, como é o caso da área de estudo.



A partir disso, este trabalho se dedicou em apresentar o contexto em que o Vetor Norte se encontra, explicitando as grandes obras que alteraram o espaço construído local. O objetivo desse pacote era o crescimento econômico de Minas Gerais, utilizando o aeroporto internacional e seus arredores como principal equipamento da região metropolitana. Trabalhos posteriores poderão avaliar com o devido cuidado os resultados econômicos dessas políticas pretendidas sob o mote da “Aerotrópole”, pois até agora, os resultados parecem ser bastante limitados. Caso essas aspirações se confirmassem, poderia haver uma profunda alteração da dinâmica tanto habitacional quanto demográfica da área afetada. Especificamente, elites conectadas aos setores dinâmicos da economia poderiam ser atraídas para a área de estudo.

Contudo, uma das conclusões parciais deste estudo destaca a presença de evidências para corroborar a hipótese de que o processo de gentrificação não se desdobre de forma contundente e explícita. O Vetor Norte permanece uma região caracterizada por imóveis de valores abaixo da média da cidade de Belo Horizonte. Houve uma melhoria nos níveis de renda do VN e também de outras área periféricas, bem como uma elevação generalizada dos preços dos imóveis. Trata-se de um período de crescimento muito representativo da renda das parcelas da mais pobres da população, em função de medidas do governo federal – salário mínimo, acesso ao crédito, programas habitacionais. Isso promoveu uma ascensão dessas faixas de renda, gerando a chamada “nova classe média”²⁷, mesmo que isso não tenha significado qualquer perda das classes de renda mais elevadas. Vale manter em mente, sempre, que os níveis de renda das partes mais pobres de uma capital como Belo Horizonte são muito superiores ao nível de renda médio do Brasil.

p. 2490

Com os resultados obtidos, é possível aproximar a teoria de redes sociais com o objeto de estudo, uma vez que as relações familiares tem valor significativo para os indivíduos, principalmente para aqueles que se mudaram após os impactos dos GPU construídos na região. Dessa forma, aponta-se para redes sociais coesas, estruturadas principalmente na família, capazes de se contrapor a um possível movimento de especulação imobiliária.

Vale notar, também, que há um histórico de expulsões por meio do monopólio da violência no processo de urbanização brasileiro. Neste caso de estudo, focou-se apenas nas potenciais expulsões via mercado. Entretanto, a polícia e o judiciário desempenharam um papel na expulsão direta, por uso da força, de muitas famílias no VN nos últimos 15 anos, em função de alguns dos GPU discutidos aqui (FREITAS, 2016). **Há evidências de que quando a expulsão pela força e pelo mercado não são viáveis, o mercado imobiliário “salta” (*leapfrog*) sobre áreas pobres e constrói moradias para elites em territórios mais distantes, via condomínios fechados.** Esse parece ter sido o caso da Pampulha nos anos 1940 (que não expulsou os moradores dos bairros populares ao longo da Avenida Antônio Carlos) e pode ser que venha a ser o caso do VN.

²⁷ Essa expressão, embora tenha ganhado popularidade ao longo da última década no Brasil, é passível de críticas: o estrato social que observou uma elevação de sua renda no período 2003-2014 pode não configurar um “classe” propriamente dita; e nem ser “nova”, já que essas políticas foram revertidas a partir de 2015.



Ademais, a gentrificação é uma mudança na estrutura econômica, demográfica, estética e social de uma região. Portanto, muitas características não puderam ser contempladas em nossa análise. Ainda, cabe a discussão se o VN se enquadra como área passível de gentrificação por se tratar de uma área historicamente estigmatizada pelas elites, o que pode se tornar um empecilho para sua ocupação por parte destas. Este trabalho traz um estudo de caso que pode ser entendido como um contraponto importante ao estruturalismo mais radical, mostrando que nem sempre as vontades do Capital se sobrepõe e subjuga as populações pobres. Ademais, ele deve ser tomado como uma aproximação inicial deste estudo de caso.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

- ABRAMO, Pedro (2007). A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 2, p. 25-54.
- ALMEIDA, Renan P. (2015). Implosão e explosão na exópolis: evidências a partir do mercado imobiliário da RMBH. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
- _____. (2016). From Growth Poles to Aerotropolis: State and Large Scale Urban Projects in the Era of Finance Dominance. In: XVII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, Diamantina.
- ALMEIDA, Renan. P., MONTE-MÓR, Roberto. L. M. & AMARAL, Pedro. V. M. (2017). Implosão e explosão na Exópolis: evidências a partir do mercado imobiliário da RMBH. *Nova Economia*, v. 27, n. 2, p. 323–350.
- BARNES, John Arundel (1954). Class and committees in a Norwegian island parish. *Human relations*, v. 7, n. 1, p. 39-58, 1954.
- BETANCUR, John J. (2010) Gentrification and Community Fabric in Chicago. *Urban Studies*, v. 48, n. 2, p. 383–406.
- _____. (2014). Gentrification in Latin America: Overview and critical analysis. *Urban Studies Research*. v. 2014, p. 14.
- EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. *American journal of sociology*, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.
- FILGUEIRAS, C. A. C.; SOUKI, L. G. Atores e arenas decisórias em grandes projetos de infraestrutura urbana no Brasil: o caso da Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves. In: VI CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2012, Quito. Anais... Quito: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), p. 19, 2012.
- FREITAS, D. M. (2016). Desvelando o campo de poder dos grandes projetos urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG.
- GLASS, Ruth (1964). *London: aspects of change*. London: MacGibbon & Kee.
- GOMES, Patrícia Silva (2011). Entre o planejamento “estratégico” e a regulação urbanístico-ambiental: um olhar sobre a expansão urbana recente no Vetor Norte da metrópole belo-horizontina. *Caderno de Geografia*, v. 21, n. 36.
- HARVEY, David (1996). Cities or urbanization?. *City*, v. 1, n. 1-2, p. 38-61.



- _____. Cities or Urbanization? Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization. (Eds.) Neil Brenner. Berlin: Jovis, 2014. p. 576.
- MARCUSE, Peter (1985). Gentrification, abandonment, and displacement: Connections, causes, and policy responses in New York City. Wash. UJ Urb. & Contemp. L., v. 28, p. 195.
- MARQUES, Eduardo. (2012). Social networks, segregation and poverty in São Paulo. International Journal of Urban and Regional Research, v. 36, n. 5, p. 958-979.
- _____. (2015). Urban Poverty, Segregation and Social Networks in São Paulo and Salvador, Brazil. International Journal of Urban and Regional Research, v. 39, n. 6, p. 1067-1083.
- MCPHERSON, Miller; SMITH-LOVIN, Lynn; COOK, James M. (2001). Birds of a feather: Homophily in social networks. Annual review of sociology, v. 27, n. 1, p. 415-444.
- OLIVEIRA, Francisco de (1981). A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- PATRÍCIO, Pedro (2017). Gentrificação e Redes Sociais: uma análise da dinâmica habitacional do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Monografia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Ciências Econômicas.
- SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo, SP: Editora Nova Cultural, 1997. (Os Economistas).
- SMITH, N. The New Urban Frontier: gentrification and the revanchist city. London; New York: Routledge, 1996.
- SOUZA, J.; BRITO, F. (2008). Expansão Urbana de Belo Horizonte e da RMBH: A Mobilidade Residencial e o Processo de Periferização, nos Anos 80 e 90. Seminário CEDEPLAR, Diamantina.
- TILLY, Charles (1998). Durable Inequality. University of California Press.
- WILSON, William J. (1987). The truly disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy. Chicago, IL: University Chicago Press.

p. 2492



CONFLITOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA REGIÃO DA LUZ, CENTRO DE SÃO PAULO: FINANCEIRIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERAIS E LUTA DE CLASSES SOCIOESPACIAL

Guilherme Moreira Petrella

Universidade Federal de São Paulo, Unifesp Zona Leste, Instituto das Cidades. guilherme_petrella@yahoo.com.br

Antonio Aparecido Fabiano Junior

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica, Puc-Campinas
antoniofabianojr@gmail.com

p. 2493



FUTURO DO PRETÉRITO

“Quem é essa mulher tão formosa, vestida de sol? Quem é essa mulher tão bonita como o arrebol? Quem é essa mulher coroada de estrelas no céu? Quem é essa mulher de sorriso meigo, doce como o mel?” (“Nossa Senhora da Luz”, de Casimiro Nogueira).

“De tudo que é nego torto. Do mangue e do cais do porto. Ela já foi namorada. O seu corpo é dos errantes. Dos cegos, dos retirantes. É de quem não tem mais nada” (“Geni e o zepelim”, de Chico Buarque).

Aqui um ato inaugural com duas imagens alegóricas, meio de aproximação com a Região da Luz, centro de São Paulo. A primeira, em redor do enfeitamento, da fé e do fetiche, da metáfora de um manto sagrado e religioso que cobre uma especificidade socioespacial. Cobre e encobre contradições do processo social. A segunda, a violência com que emerge desta instrumentalização, a usurpação identificada na “pedra”, jogada ou consumida, fazem desta personagem aqui iluminada um instrumento de benefício particular dos poderosos, dos dominantes, dos hegemônicos. Nesta narrativa, esta usurpação do corpo representa uma forma de privatização da riqueza social, do comum, a partir da construção arbitrária daquilo que é o sagrado e o profano, daquilo que se inclui ou se exclui, daquilo que vale ou não vale, daquilo que tem ou não tem valor e preço na produção de relações sociais em relação à produção do espaço. Lucidez que marca a arbitrariedade da construção do “inimigo público” (APPADURAI, 2009) e, também, de sua eventual eliminação. No desenvolvimento desta ultra racionalidade emerge o obscuro da não-razão, da irracionalidade da produção social (ADORNO&HORKHEIMER, 1985).

p. 2494

Tensões introdutórias que se acentuam à luz da consumação do golpe: um movimento que se intensifica nos últimos cinco anos e encontra seu coroamento na “revolução de outubro de 2018”. Sua face extrema, percebida como uma manifestação do capitalismo contemporâneo, se mostra com o cair da máscara que cobria a cordialidade de nosso “mito fundador” (CHAUI, 2000). O Mito. A sociedade autoritária, beirando o fascismo e a barbárie, agora, mais do que nunca, está escancarada. São as situações que submetem as formas de reprodução da vida às necessidades de reprodução do capital contemporâneo.

Elas avançam através da degradação do meio ambiente, reduzido a fonte de recursos fundiários e extrativistas; através da instrumentalização da produção do espaço da metrópole (e fora dela) que intensificam sua redução à forma-mercadoria, às formas financeiras da propriedade e da renda capitalizada correspondente; através da intensificação da exploração da força de trabalho e da espoliação do cidadão com a retirada de direitos sociais.

Intensificando a reprodução da vida submetida à reprodução do capital.

Paradoxalmente, ainda que o trabalho seja a fonte verdadeira de produção de valor, as formas de “produção” tendem a se tornar falsas (a se tornar não-verdadeiras) diante da predominância do capital fictício e de suas formas de reprodução baseadas na capitalização de rendas e nas formas de espoliação, urbana, imobiliária e financeira (PEREIRA, org., 2018). Estas formas de espoliação apropriam do valor produzido socialmente em outros tempos e espaços que não o do presente imediato, extraindo



valor da produção pretérita, aprisionando pela dívida a produção futura, em suma, disputando com o trabalho seu meio de reprodução e existência. O processo espoliativo, portanto, ainda que não produza valor, se reproduz nessa privatização, permitindo a acumulação de capital através do endividamento, do aluguel, do aumento de preço de unidades imobiliárias e serviços.

Neste sentido, a face extrema da reprodução capitalista ilumina, com lucidez perversa, uma inutilidade (fictícia) do trabalho na reprodução social – inutilidade que aparece como razão de uma irracionalidade sistêmica – e, por sua vez, isso se expressa na possibilidade de inutilidade da pessoa do trabalhador, portanto, na possibilidade de sua eliminação. Neste movimento, diante da disputa pela riqueza socialmente produzida, emergem o ódio às múltiplas identidades: o ódio ao trabalho e ao labor, o ódio à cultura, à arte, à produção do conhecimento, o ódio ao “outro” e ao diferente, estigmatizado como objeto e abjeto (RUI, 2014). Esta possibilidade de eliminação do trabalho e da pessoa do trabalhador, portanto, se define tanto pelo seu lugar de fala, de sua autonomia (nomeação e reconhecimento), quanto de seu corpo físico (SARAMAGO, 2004), como manifestação extrema da violência, iluminada pelo emergente fascismo na sociedade brasileira.

Estas múltiplas identidades sociais, que são percebidas a partir da luta pelo reconhecimento (HONNETH, 2003) das questões de gênero, de sexualidade, de composição de família, de relações de trabalho, de cultura, de religiosidade, de concepções de amor e de vida, estão postas em risco. Elas, mais do que manifestações culturais que acontecem *no urbano* são a própria realização *do urbano*, concebido, vivido e percebido (LEFEBVRE, 1974) a partir dessa multiplicidade. A definição da urbanidade do urbano.

Isso constitui um particular da região da Luz, no centro de São Paulo, em suas formas de produção e apropriação do espaço. É uma multiplicidade socioespacial que se opõem a sua redução à homogeneidade produzida pela marcha da mercantilização do espaço, que passa a se intensificar pela atual coalizão entre Estado e mercado na produção e reprodução do espaço da Luz: planos urbanos, produção de habitação social e equipamentos coletivos, sua comercialização e relação às políticas públicas e econômicas. Neste sentido, a manifestação dessa multiplicidade de agentes constitui o valor e a necessidade da resistência, de existência, de preservação das formas diversas de vida que se erigem em oposição à massificação da reprodução do capital.

Deste modo, do mito desloca-se ao rito. O rito é o modo de se colocar, em atuação, o mito na vida. Em festas, danças e celebrações olhando à luz. Na oposição à violência da pedra consumida e na pedra jogava no outro. Na busca da existência de verdadeiros significados vindouro da extensão do pensamento coletivo.

PRESENTE DO INDICATIVO

O urbano, ou a sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999), mais do que *locus* privilegiado de explosão de manifestações social, política e econômica, é a base de contestação e luta, na medida em que amplifica e transforma as contradições sociais em movimentos constantes onde se produz espaço. A produção do espaço não é aqui concebida apenas como consequência imediata destas tensões sociais e sim, também, como condição e causa da distribuição desigual das contradições sociais, impingindo



sobre elas. Neste sentido, a disputa pelo espaço, pelo território, é fato declarado e constante na lógica do urbano e da urbanização, onde relações diferenciais e desiguais (socioespaciais, portanto) são constitutivas daquilo que entendemos por “cidades”.

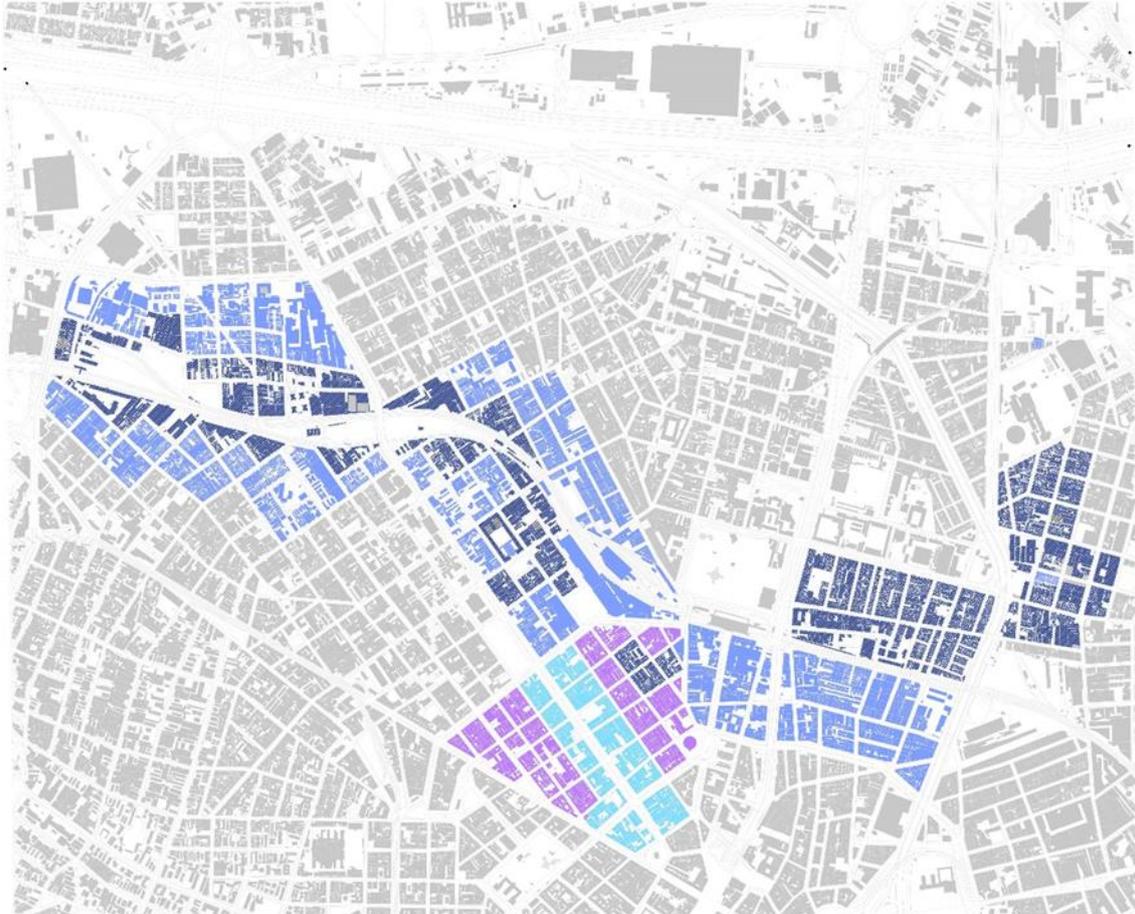
Modos de vida, o uso do espaço público e a participação institucional são momentos que advêm de um processo histórico de desigualdade na distribuição e mercantilização da terra e dos direitos sociais. O ato do embate se realiza por meio da centralização da propriedade, de terrenos e de edifícios, que condiciona e estrutura a metropolização. Meios econômicos que decorrem da renda capitalizada, meios políticos que impõem um domínio de classe (e suas frações patrimonialistas, imobiliária e financeira) sobre a produção e uso do espaço. O papel do Estado, neste movimento, ao invés de regular e mediar os diferentes interesses de classe, para uma maior equalização de defesa e conquistas de direitos, se orienta, hoje ainda mais, na defesa parcial dessa luta de classes, estando ainda mais ligado a interesses particulares do mercado e do setor privado, trabalhando como um agente propulsor da valorização imobiliária e de sua privatização, o que contribui, também e ainda mais, para o agravamento da desigualdade socioespacial.

Na produção do espaço da região da Luz isso se explicita a partir da intensidade da coalização estruturada pelas Parcerias Público Privada (PPP), que articulam o Estado (leis, financiamentos, planos e políticas sociais), agentes produtores (construtores, projetistas, trabalhos) e agentes financeiros (bancos, fundos de pensão e de investimento), que têm ênfase na produção do espaço urbano a partir de planos de *renovação urbana*. Estes processos organizam a provisão de habitação de interesse social (His e Hmp), equipamentos e serviços coletivos (PETRELLA, 2017). Estas parcerias, que atuam sobre a monopolização de um determinado perímetro urbano da metrópole, respectivo à cada plano urbanístico, ainda se definem pelas formas de financiamento, tanto para a produção quanto para o consumo de unidades imobiliárias, pondo assento na capitalização dos recursos financeiros. Isso constitui o meio de assegurar retornos financeiros a partir da produção do espaço, que gera o encarecimento geral das unidades imobiliárias e dos serviços (*rent gap*), bem como a possibilidade de expulsão dos atuais moradores (*gentrification*) (SMITH, 2015).

p. 2496



Mapa 01: Os planos urbanos da região da Luz no século XXI. A cor roxa indica o perímetro do Concessão Urbanística Nova Luz (2011), em azul o perímetro da PPP Casa Paulista (2014), sendo que o azul escuro são as áreas de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) e, por fim, na cor ciam, o Projeto de Intervenção Urbana, PIU (2016).



p. 2497

Fonte: Petrella, 2017.

Essas parcerias estruturam os planos de renovação urbana da região da Luz, notadamente aqueles propostos no século XXI, o que denota uma especificidade temporal da relação entre produção do espaço e reprodução do capital: Concessão Urbanística Nova Luz (2011), PPP Casa Paulista (2014) e Projeto de Intervenção Urbana, PIU (2016). Em cada um dos planos citados se constitui uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), definindo contrato em que o domínio é relativo ao aporte de recursos financeiros de cada um dos respectivos agentes (específico para o plano urbanístico entre parceiros público e privado). Sua estrutura, constituída na operação pela produção e comercialização de unidades imobiliárias – habitação de interesse social, equipamentos coletivos, espaços públicos e infraestrutura – assegura a viabilidade econômica do conjunto do empreendimento. A definição do tipo de produto, forma de sua produção e demanda social (faixas de renda e os tipos de financiamento são definidas pela viabilidade econômica e modelagem empreendida pelos próprios agentes consorciados.

Quanto à viabilidade econômica desses planos, ela deve ser realizada após a reestruturação do espaço como um todo, tendo sua modelagem feita a partir da



pressuposição de valorização e de capitalização. Essa ação reduz o alcance das políticas públicas e da forma urbana do espaço à lógica privada de retorno financeiro, um empresariamento que ganha corpo justamente a partir da valorização imobiliária. A partir da monopolização da propriedade imobiliária e financeira, que pertencem aos agentes deste contrato, a valorização adicional é privatizada nestas operações urbanas, dado que o investimento em propriedades deve ser repostado ao final da operação com um acréscimo equivalente a qualquer investimento financeiro. A lógica está posta: apropria-se do excedente embora não tenha contribuído para a sua produção como força produtiva. Está dada a subordinação das formas de produção e de consumo do espaço à renda capitalizada, condicionando a produção e o uso decorrente.

Por outro lado, a abertura de capitais das empresas construtoras nas bolsas de valores, a comercialização de papéis de dívida pública e recursos fundos de pensão de empresas nacionais e internacionais são capitais que se tornam disponíveis para o investimento na produção do espaço. Eles atuam nesses planos urbanos a partir das parcerias mencionadas, em função dos recursos centralizados sob domínio dos agentes destes consórcios. Análogo ao investimento nas finanças, esses recursos buscam a “criação de valor sem produzir valor”, renda capitalizada constituída pelo excedente fictício que circula ao redor do planeta na busca de plataformas imobiliárias e financeiras de valorização (PAULANI, 2008), absorvendo o excedente e o reproduzindo através da produção do espaço (PETRELLA, 2017).

Esta composição financeira global define formas e ritmos de produção por onde se ancoram momentaneamente, assim como seus produtos e demandas sociais, que realizam o investimento e as políticas públicas. Entra aqui a imprescindível presença do Estado, seja pela reestruturação das políticas públicas quanto pela reestruturação dos marcos legais imobiliários e financeiros, que se aproximam. Caracteriza-se, portanto, a especificidade “à brasileira” do avanço neoliberal, que acentua a presença do Estado instrumentalizado para a privatização da produção social.

Isso ilumina o caráter privatista das políticas públicas sociais, reduzidas a motores da acumulação privada nas parcerias. É o imbricamento entre incorporação imobiliária e infraestrutura na reestruturação financeira da produção do espaço. O urbano, em sua dimensão cotidiana, tende a se tornar mercadoria, acentuando a precarização das condições de reprodução da vida. No âmbito geral, trata-se do avanço das políticas neoliberais acentuadas tanto pelo predomínio do financeiro na acumulação capitalista (centrado na propriedade, renda e formas de capitalização), quanto nas formas de reestruturação institucional do Estado em benefício das empresas privadas (que têm implicações sobre planos urbanos e formas de financiamento). Sob ponto de vista particular, essa reestruturação define produtos (viabilidade econômica) e demandas sociais a serem satisfeitas (renda familiar e suas formas de financiamentos), orientando a arquitetura e o urbanismo a serem produzidos e consumidos neste espaço. Uma comercialização que se realiza a partir do aumento do preço do produto imobiliário.

Esta observação revela que a presença do Estado nas renovações urbanas tem significado um recrudescimento das condições de reprodução social. Deste modo, coloca-se a necessidade de reconhecer práticas de resistência e conceber outras formas de produção do espaço, relações sociais e relações espaciais (inclusive nos termos da arquitetura e urbanismo) em contra-formas, que se opõem à



mercantilização do espaço e da vida. Como hipótese, algo que já se situa entre o Estado e o mercado experimentados na atualidade.

Percebe-se a necessidade da organização da agenda e dos agentes da resistência – como a atuação direta dos coletivos da Luz –, bem como a constituição de alternativas que recolocam a noção de disputa e de classe social constituídas à luz dos enfrentamentos urbanos. A luta social já não pode ser mais reduzida e resumida ao chão da fábrica, exclusivamente ao momento da exploração da força de trabalho. Na medida em que o capital precisa da produção do espaço para se reproduzir (HARVEY, 2011), ao absorver e capitalizar excedentes financeiros, a luta social deveria buscar novas práticas e táticas de ação, incluindo na resistência à exploração da força de trabalho (produção) a dimensão de resistência à espoliação do cidadão (reprodução). Neste sentido, a hipótese da constituição de um movimento social urbano, emerge como barreira à reprodução do capital, principalmente porque sua reprodução instrumentaliza o espaço.

São Paulo é, notadamente, a maior cidade em termos populacionais e econômicos do país, com aproximadamente 11% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Contraponto seu PIB, cujo valor considera somente a dimensão econômica, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o distrito de Santa Cecília, que compreende a região da Luz, segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, é de 0,930; Marsilac, no extremo Sul da cidade, possui o menor IDH, da cidade: 0,701. Essa estatística qualitativa camufla as situações de precariedade e vulnerabilidade extremas por parte da população que vive na área. Assim, a região se apresenta como campo de investigação da prática e da constituição e fortalecimento de formas de resistência e de projeto e, a partir da experiência cotidiana, pode iluminar novas práticas e processos de identidade de classe que, eventualmente, se oponham à mercantilização do espaço e da vida. A ideia de um projeto unísono, que vai de encontro à desejada universalização de acesso à equipamentos, infraestrutura, saneamento, mobilidade, habitação, espaços e vida públicos – condicionando a reprodução da vida – encontra à sua frente a construção violenta da reprodução da propriedade: uma dimensão econômica, da renda capitalizada, e uma dimensão política, de classe social e suas frações que se beneficiam da privatização do valor socialmente constituído.

Neste contexto constata-se a presença de coletivos e instituições sociais que têm a região da Luz como objeto e meio de diálogo com a sociedade. São estruturas e dispositivos de resistência e de projeto, que reconhecem no território a importância da formulação de práticas políticas que se orientam para a emancipação social. Eles são entendidos, não somente como *fontes de dados*, mas como agentes propositores que retomam o espaço de direito e que reforçam a ideia de vitalidade, diversidade e pluralidade urbana por meio da ocupação das ruas e sua apropriação – pela arte, pelos movimentos sociais e pelas manifestações do corpo – como ritos de processos continuados de atividades da reflexão crítica, projetos, ações diretas e efetivas. Dentre estes agentes, destacam-se Mundaréu da Luz, Escritório Modelo – Mosaico (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie), Conselho Gestor da Zeis (Quadras 36, 37 e 38 da PPP do Campos Elíseos), Observatório de Conflitos Urbanos (Unifesp Zona Leste – Instituto das Cidades) e coletivos culturais (Craco Resiste, Faroeste, Mugunzá).



A presença destes grupos heterogêneos encontra a necessidade de uma articulação coletiva que lhes dê unidade, ainda que diferenciada e dissensual, na hipótese da constituição de um movimento amplo de mudança para a constituição de um horizonte de vida coletiva. O comum (DARDOT&LAVAL, 2017). A criação de laços de solidariedade tem papel estrutural na manutenção dessas ações pulverizadas, na criação de um projeto capaz de pensar sua continuidade. As ações desses coletivos têm em comum resistência e projeto, ambos ancorados na experiência da espoliação e da violência urbana, mas, também na construção da paisagem para a vida. Agem como ponte de diálogo e de prática social que corrobora para redefinir o que é o urbano a partir da projeção coletiva do pensar e fazer como meio da emancipação social. A atuação conjunta desses coletivos revela e opera pelo conflito em-ato.

Neste sentido, o presente trabalho se propõe a atuar como mais um desses agentes através da aproximação e reflexão da prática de movimentos sociais urbanos, como eixo condutor e força motora das ações de resistência e de insurgência (ROLNIK, 2018). Por método e percepção empírica, reconhece novos indícios e exercita o experimento de busca por novos agentes vindouros de fatos cotidianos. Se no processo histórico de redemocratização não se conseguiu articular um projeto único, de um melhor viver, a resistência contemporânea, ainda que seja pulverizada, se apresenta como obra coletiva em oposição ao espaço como produto, de luta pela cidade. Pelo direito à cidade.

Resistir talvez seja o futuro no presente.

p. 2500

FUTURO DO PRESENTE DO INDICATIVO

Através do reconhecimento de ações continuamente construídas por agentes na Luz, cujo vínculo e mediação concebem formas e meios de pensar, registrar e reviver as memórias humanas coletivas, abre-se caminhos de luz na constituição de um movimento de mudança, onde a sociedade urbana como produto deve dar lugar à sociedade urbana como obra coletiva. A premissa destas colaborações participativas, busca a dissolução de muros que separam atividades isoladas no encontro de atos de resistência, na medida que reconhece estes movimentos como hipótese factível, a partir do sujeito, em ato de dar forma ao mundo para todo mundo, através do resgate da diversidade como lugar de existência, na incansável reparação das desigualdades sociais.

Inúmeros grupos e instituições que atuam na região da Luz compõe o Fórum Aberto Mundaréu da Luz, cuja finalidade é a elaboração de conteúdos de pesquisa projetual propositiva de forma transdisciplinar via articulação de parceria academia-comunidade-institutos de pesquisa-poder público. O grupo compreende moradores, ONGs com atuação em políticas urbanas e de assistência social, companhias e coletivos culturais, núcleos especializados, organizações que atuam no campo da saúde mental, laboratórios e escritórios modelo de arquitetura e urbanismo, história social e psicologia de universidades, tais como: Ação da Cidadania, Centro de Convivência É de Lei, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Companhia de Teatro Mungunzá, Companhia de Teatro Pessoal do Faroeste, A Craco Resiste, Defensoria Pública de São Paulo, Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres – Nudem, Habitação e Urbanismo – Nehaburb, Cidadania e Direitos Humanos – NECDH, Direitos do Idoso e da Pessoa



com Deficiência – Nediped, FLM – Frente de Luta por Moradia, Frente Estadual de Luta Antimanicomial – Feasp-SP, Goma Oficina, Instituto de Arquitetos do Brasil/São Paulo – IAB-SP, Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas – INNPD, Instituto Pólis, Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade/FAUUSP – LabCidade, Laboratório Justiça Territorial/UFABC – LabJUTA, Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social/Mackenzie – LEVV, moradores e comerciantes das quadras 36, 37 e 38 do bairro Campos Elíseos, Escritório Modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Mackenzie – Mosaico, Movimento Integra, Observatório de Remoções, A Próxima Companhia de Teatro, Rede Paulista de Educação Patrimonial – REPEP, Sã Consciência, União dos Movimentos de Moradia – UMM²⁸. Membros do Fórum também fazem parte do Conselho Gestor das quadras 36, 37 e 38.

Para sua estrutura organizacional, são propostas discussões e reuniões coletivas regulares em espaços públicos existentes na área, como o Teatro Faroeste e o Largo Sagrado Coração de Jesus, com a finalidade de pensar atuações na tentativa de suprir a falta de direitos mínimos de vivência urbana, como ferramenta para barrar a barbárie social.

Dentre as atuações, destacam-se:

- a) Mutirão de Desenhos e Desejos realizado em 21 de outubro de 2017, organizado pelos moradores, Mosaico, Instituto Pólis, Observatório de Remoções, IAB-SP e Urban Sketchers;
- b) Oficina de montagem de geodésica, mapeamento colaborativo, mural de lambes, rodas de conversa, distribuição de kits de higiene e atrações culturais realizado em 28 de outubro de 2017 na Rua Helvétia, entre a Alameda Dino Bueno e a Alameda Barão de Piracicaba, entremeio ao fluxo (forma como os próprios usuários e frequentadores denominam a concentração de pessoas formado por dependentes químicos e traficantes em sua maioria) para que o Fórum se consolidasse e ganhasse visibilidade entre moradores, usuários e sociedade civil;
- c) Apresentação da proposta em coletiva de imprensa, com a presença de vereadores, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, realização de cortejo-performance, audiência cidadã, projeções do projeto e de poemas em paredes de um edifício histórico e exposição de painéis com os esquemas das leituras territoriais produzidas durante todo o processo do projeto realizados no dia 3 de abril de 2018;
- d) Atendimento emergencial às famílias removidas da quadra 36 a partir do dia 16 de abril de 2018, antes da própria posse do Conselho Gestor. Vale ressaltar que tais atos violentos têm ocorrido na esfera da ilegalidade, uma vez que boa parte do bairro, incluso quadra citada, é demarcada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

O Fórum se apresenta como possível guarda-chuva estruturante de ações pulverizadas que cotidianamente acontecem na Luz. É importante, porém destacar, que o norteador de uma eventual luz de resistência é construído pelo corpo de cada ato,

²⁸ O projeto completo, fruto dos produtos e discussões de todos os atores descritos, está disponível em: <https://mundareudaluz.org/>.



capaz de gerar proposições emergidas deste lugar para programas de vida. Percebe-se que é a partir de práticas através de atributos afetivos, simbólicos, de pertencimento e vivência, que o lugar constitui construção de vindoura e necessária mudança socioespacial por meio de importante articulação e intensificação de promoção de contestação e luta, no desejo de desenhar o lugar de habitabilidade como direito.

Dentre os grupos, cabe destacar atuações em três eixos sistemáticos de ações: acadêmico (Mosaico e O Observatório de Conflitos Urbanos), cultural (Companhia de Teatro Pessoal do Faroeste, Craco Resiste e Cia Mungunzá) e institucional (Conselho Gestor):

- a) O Mosaico, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – EMAU, da FAU Mackenzie, atua como espaço de estratégias – técnica, ética e estética – pedagógicas de conteúdos teóricos e práticos na formação no nível de graduação de tal instituição, a partir da articulação colaborativa interdisciplinar dos vários campos do saber universitário em contato com as demandas reais. Dados realizados em 2014 pelo Departamento da Indústria da Construção da FIESP, apresentam déficit habitacional de quase 6,2 milhões de famílias (tendo no Estado de São Paulo a proporção relativa de 9,3%) e confirmam a necessidade social inegável de tal atividade. Trata-se, portanto, de projeto de extensão que se estrutura em âmbito nacional, por meio de métodos similares à prática da assessoria técnica (CASTRO&RETAMERO, 2017). Vale registrar que o marco legal da Lei 11.888/2008 assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia da Constituição Federal.
- b) O Observatório de Conflitos Urbanos (Unifesp Zona Leste – Instituto das Cidades) é um laboratório que está se constituindo com o intuito de observar e analisar a relação entre políticas públicas de impacto no urbano, o desenvolvimento do mercado de terras e preços imobiliários em determinadas regiões da metrópole e os conflitos e disputas decorrentes, articulando processos de urbanização (planos urbanos, diretrizes e obras) e sistema de justiça (violação ou defesa de direitos).
- c) A Companhia de Teatro Pessoal do Faroeste visa interação entre coletivos culturais locais e território na formação de transversalidade e permeabilidade entre arte, direitos humanos, política e cultura na busca por experiências múltiplas que somam na construção da sua ocupação na Luz. Seu espaço se estrutura em 5 ateliês para produção e 5 dormitórios para residência artística e dialoga com camadas sociais da área (tempo de ocupação, modo de vida, uso do espaço público e participação institucional) cujas questões passam pela habitação no centro, disputa pelo território urbano, marco regulatório e legislação urbanística preenchida por circunstâncias e especificidades culturais locais.

p. 2502



- d) A Craco Resiste é um coletivo autônomo cuja estrutura regente luta pela defesa da população vulnerável que frequenta, vive e circula na área da Luz, no entendimento da cidadania e dignidade humana como princípios e direitos constitucionais dentre os quais compõe-se como objetivos de nossa República, para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- e) O teatro de Contêiner, espaço físico da Cia Mungunzá, surge como movimento dialético de ocupação de terreno público ocioso na área da Luz por um equipamento e companhia, ambos privados, visando o entendimento da criação como ferramenta de discussão, produção e atuação. O processo de pensar necessidades culturais do território instaura-se e, como contrapartida e estrutura, o grupo gere tal programação no espaço.
- f) Segundo Lei nº 13.766/2004, ao Conselho Gestor compete:
- I - apreciar e aprovar, anualmente, a proposta orçamentária da Autarquia;
 - II - opinar sobre matéria referente à regulamentação do Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM;
 - III - emitir parecer sobre normas técnicas a serem adotadas pela Autarquia;
 - IV - emitir parecer sobre a criação e alteração de serviços ou atribuições da Autarquia, observado o disposto no artigo 2º desta lei;
 - V - apreciar propostas de convênios, observadas as finalidades legais do Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM;
 - VI - exercer fiscalização sobre a regularidade dos atos e procedimentos da Autarquia;
 - VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços e as ações de saúde prestados aos usuários;
 - VIII - propor e aprovar medidas para aperfeiçoar o planejamento, a organização, a avaliação e o controle das ações desenvolvidas pela Autarquia;
 - IX - solicitar e ter acesso às informações de caráter técnico-administrativo, econômico-financeiro e operacional, relativas à Autarquia, e participar da elaboração e do controle da execução orçamentária;
 - X - examinar propostas, denúncias e queixas, encaminhadas por qualquer pessoa ou entidade, e a elas responder;
 - XI - definir estratégias de ação visando à integração do trabalho da Autarquia aos planos locais, regionais, municipal e estadual da Saúde, assim como a planos, programas e projetos intersetoriais;
 - XII - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
 - XIII - apreciar e deliberar sobre as prestações de contas da Autarquia e de seus órgãos, submetidas, trimestralmente, à sua apreciação, pelo Superintendente;



XIV - apreciar as informações do Superintendente a respeito da abertura ou dispensa de licitações.”

Não é difícil perceber a formulação de resistência em cada ação elencada, tornando-as representativas de uma ordem de pensamento que deve ser enfatizada, promovida e tornada visível enquanto questão vital para a existência de seu assunto em questão. Importa perceber também que a relação de mútua implicação entre o desenvolvimento das ações e a própria existência dos proponentes ainda são experimentadas e vivenciadas em processo constante. Não se pode acreditar, em modo absoluto, na simplificação e linearidade deste processo, entretanto, é preciso ter clara a existência de uma especificidade das ações nascentes de questões ancoradas na experiência da espoliação e da violência urbana, onde se propõe a construção de um novo horizonte de paisagem para a vida. É importante perceber que estas ações de resistência e de insurgência estabelecem uma relação dinâmica, de mútua implicação: a ligação com os aspectos socioespaciais se transforma na constituição de uma dimensão discursiva de especialidades, em que a Luz tem sua singularidade determinada principalmente a partir das narrativas e conceitos que compõem, integram e dinamizam uma rede de relações que a caracterizam.

PRESENTE DO FUTURO DO PRETÉRITO MAIS QUE PERFEITO

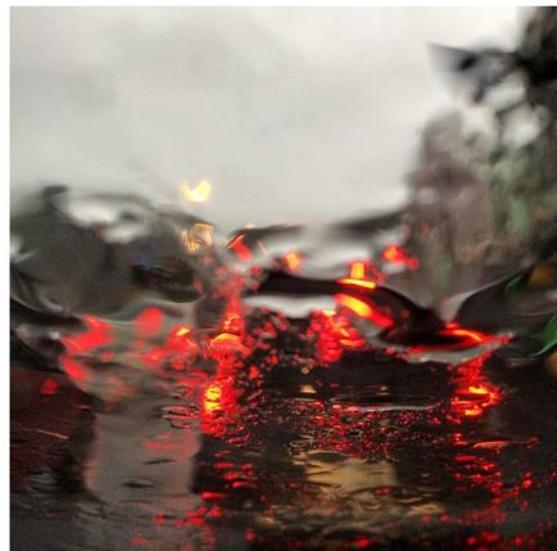
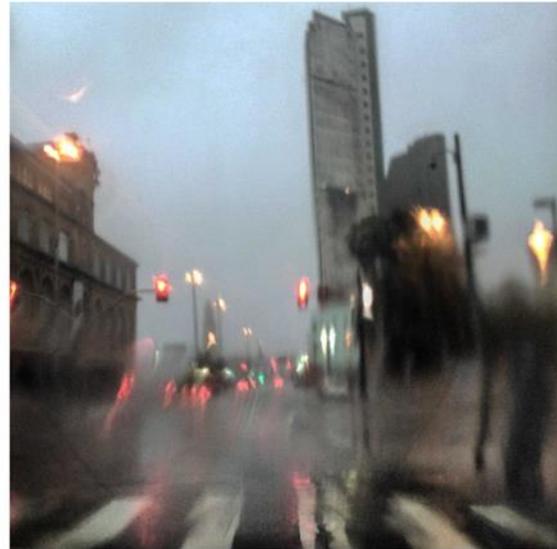
Este trabalho aproxima dois contextos: o processo social brasileiro mais amplo, que tem suas relações com o processo global como um todo, e a região da Luz, como território de disputa e de novas coalizões, que se formam e se transformam à luz de sua relação com os processos mais gerais. Trata-se aqui de duas hipóteses em jogo e disputa: a do avanço da destruição ou da sua resistência, como a possibilidade da construção do novo, do devir.

No primeiro caso, o golpe coroadado pelas últimas eleições presidenciais produz um arcabouço de dilapidação do já construído: a defesa do meio ambiente, as formas de produção de conhecimento, de arte, cultura, de cidade, as relações de trabalho e direito. A vida. No segundo, a produção de articulações e redes sociais que têm em comum a resistência àqueles processos avassaladores. Desde o âmbito mais geral, brevemente relatado, como a própria constituição do espaço da Luz. Neste caso são experimentadas formas de vida, de produção e reprodução do espaço pela ocupação das ruas e sua apropriação pela arte, pelos movimentos sociais e pelas manifestações como dispositivos projetuais em processos importantes que retomam o espaço de direito no reforço da ideia de diversidade e pluralidade urbana, não resumidos nem reduzidos à homogeneidade da mercadoria.

p. 2504



Quatro figuras da “dis_solução” da Luz: a resistência ao desmonte, o projeto do remonte a eventual construção do novo.



p. 2505

Fonte: Petrella, 2017.

Neste sentido, diante da destruição e dissolução à galope do presente, na figura de “um” mito que, inclusive, se interessa por criminalizar movimentos sociais e iniciativas associadas em prol da cidadania, remonta-se a solução eventual da construção do futuro pelos ritos que dialogam com a solidariedade, com as iniciativas de promoção humana e com construção da cidadania. Do desastre, o germe brota um possível devir.

O “novo”, se é que podemos neste momento buscar nomeá-lo, há de vir das múltiplas formas de constituição social em relação às diferenciações espaciais. Na reprodução da vida, sobreviver é um ato de projeto em tempos tão sombrios. A experiência de uma identifica a experiência do outro, pela própria constituição do direito à cidade através da desmercantilização do espaço e da vida. O espaço – como condição de reprodução do capital instrumentalizado a partir da capitalização da renda e da espoliação e como meio de existência e de negociação para constituição daquilo que é



comum – é, a um só tempo, centro da disputa do processo social onde estas relações oferecem operações não só de investigações, mas de alimentações imanentes e subjacentes.

Isso nos coloca um problema da reprodução social na medida em que submetem relações sociais amplas de reprodução da vida. Neste sentido, a construção de resistência e projeto, que vai de encontro à criação de uma mudança de imaginário por meio de tomada de consciência, a partir do (re)conhecimento pela própria constituição do direito à cidade (LEFEBVRE, 1981) se faz urgentemente necessária.

Afinal, o futuro é apenas um projeto.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- APPADURAI, Arjun. O medo ao pequeno número. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- CASTRO, Gustavo Henrique Pereira; RETAMERO, Heloisa Bergamin. Mosaico EMAU: Um projeto de resistência social e estudantil. In: Seminário Internacional a Dimensão Social da Formação Profissional. Anais. São Paulo: Fiamfaam, 2017, p.1-14. Disponível em:
<<https://drive.google.com/file/d/1b5DzkEngEwYcZvMzFJT0Rma31NKGBokU/view?usp=sharing>>. Acesso em: 27 abr. 2018.
- CHAUI, Marilena. Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- HARVEY, David. O enigma do Capital e as crises do Capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- _____, O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1981.
- _____, A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- PAULANI, Leda. Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PEREIRA, Paulo Cesar Xavier (org). Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018.
- PETRELLA, Guilherme. A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo: região da Luz no século XXI. São Paulo: FAUUSP, Doutorado, 2017.
- ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- RUI, Taniele. Nas tramas do crack: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- SARAMAGO, José. Ensaio sobre a lucidez. Romance. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SMITH, Neil. Gentrificación urbana y desarrollo desigual. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.



O MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL (AUSUL), RS.

Bianca Reis Ramos

Aluna do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Bolsista CNPq - Brasil
biancareis.geografia@gmail.com

Paulo Roberto Rodrigues Soares

Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
geoprrs@gmail.com



INTRODUÇÃO

A AUSUL caracteriza-se como uma aglomeração urbana pré-metropolitana, bipolar, descontínua, formada por dois polos que são as cidades médias de Pelotas e Rio Grande, e pelos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte. Institucionalmente, ela é uma aglomeração do tipo não metropolitana, mas já existem projetos de lei que visam à criação de uma região metropolitana nesta área.

Rio Grande e Pelotas são os principais centros urbanos da metade sul do Rio Grande do Sul (MOURA; SANTOS, 2011) e o parque industrial da AUSUL está concentrado nestes dois municípios, assim como as universidades, que reforçam a polarização e centralidade desta aglomeração. Estes dois são municípios historicamente mais desenvolvidos, obtiveram outrora maiores subsídios públicos e privados, e conseqüentemente concentram mais os setores financeiros, industriais, de comércio, universidades, serviços, etc.

Esta aglomeração possui um histórico de ciclos econômicos e iniciativas de desenvolvimento social e econômico, com tradição portuária, industrial, e mais recentemente, na indústria naval, no município do Rio Grande, e posteriormente em São José do Norte, que merecem ser analisadas não apenas do ponto de vista econômico, mas também sobre a perspectiva de estudos focados no desenvolvimento social e humano na região, para entendermos porque alguns municípios que compõem a AUSUL não se beneficiaram e agregaram valor em seu território, para a sua população.

p. 2508

As estruturas de oportunidades devem ser oferecidas pelo Estado, que deve prover os territórios de infraestrutura urbana e viária e políticas sociais que visem à mobilidade social e o desenvolvimento local. Sem isso, os espaços de vulnerabilidade social continuarão se reproduzindo, assim como as desigualdades aumentarão, devido à dificuldade de inserção de parte da população que é excluída do acesso às estruturas de oportunidade de emprego, do capital físico e humano (PENNA; FERREIRA, 2014).

A exclusão é vista no âmbito do lugar, mas no decorrer deste processo, que se inicia nas desigualdades socioespaciais, atuaram simultaneamente múltiplas escalas, processos e contextos históricos que devem ter espaço na reflexão acerca do assunto. Para Sposati, a exclusão social é a

[...] impossibilidade de poder partilhar da sociedade, leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população. Por isso exclusão social e não só pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas, de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. É, portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade (1996, p. 13).

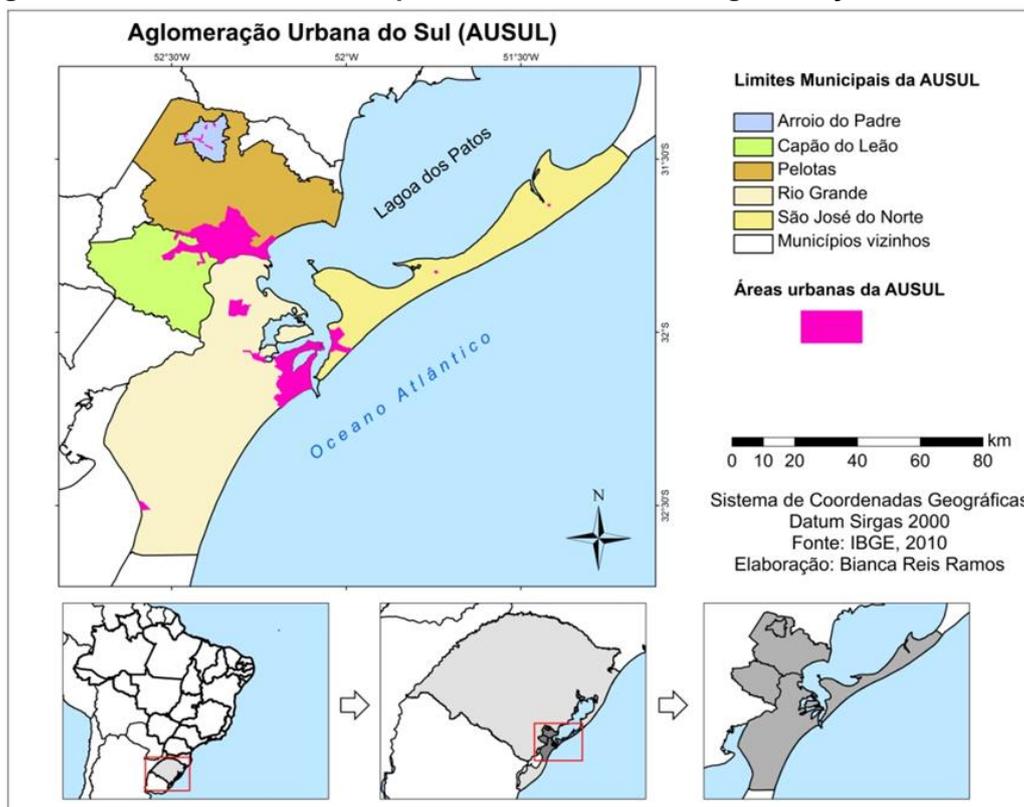
E juntamente com a exclusão social, temos a inclusão social, que assume uma relação dialética, sendo uma o contraponto da outra (NASCIMENTO, 2013). Sposati (2000) afirma que para haver excluídos, alguém foi privado de uma determinada

situação de inclusão. Estes dois conceitos são intrínsecos e devem ser correlacionados, uma vez que a inclusão propicia as bases para a formulação de propostas para a alteração da situação de exclusão social, ao indicar os padrões mínimos para que se alcance a inclusão a ser buscada (SPOSATI, 2000).

O Índice de Exclusão/Inclusão Social foi aplicado em diversos trabalhos e prefeituras no país. Sposati (2000) afirma que não há um modelo prévio de variáveis para elaborar o mapa. Em cada trabalho, o mapa foi adaptado com base na disponibilidade de dados complementares das prefeituras, suprimindo ou incorporando outras variáveis de acordo com as realidades sociais, direcionamentos e objetivos dos estudos. É necessário ainda frisar a complexidade de uma definição dos conceitos de exclusão e suas dimensões, em razão da natureza subjetiva que podem assumir que pode variar de lugar para lugar, de acordo com a percepção e contexto histórico de uma sociedade (GENOVEZ, 2005).

O trabalho tem como objetivo mapear em escala intraurbana as concentrações de população em situação de exclusão ou inclusão social nos municípios pertencentes à Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL), localizada na metade sul do Rio Grande do Sul. Esta aglomeração é composta pelos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte (Figura 1).

Figura 1- AUSUL: Limites municipais e áreas urbanas da Aglomeração Urbana do Sul.



p. 2509

Fonte: Ramos, 2018.

METODOLOGIA

O mapa de exclusão e inclusão social considerou as metodologias de Sposati (1996), Nascimento (2013) e Genovez (2005). No entanto, a escolha de variáveis,



indicadores e cálculo foi baseada nos trabalhos de Nascimento (2013) e Genovez (2005), que utilizaram apenas dados do Censo Demográfico do IBGE. O índice e o mapa foram elaborados na escala intraurbana para todos os municípios da AUSUL, utilizando os setores censitários urbanos e rurais e, posteriormente, estas unidades foram agregadas por município para a construção do índice intermunicipal.

Optamos por calcular este índice conjuntamente para áreas urbanas e rurais, uma vez que as variáveis que foram utilizadas no cálculo do índice para a AUSUL representam indicadores básicos de busca de inclusão para ambos, e não refletem apenas realidades urbanas. Algumas variáveis que representavam necessidades de caráter mais urbano foram retiradas do cálculo do índice de exclusão/inclusão social para tornar a análise rural-urbana passível de comparação.

O Índice de Exclusão/Inclusão foi formado pela aglutinação de quatro dimensões temáticas (Quadro 1).

Quadro 1- Síntese das dimensões e variáveis que foram utilizadas na construção do índice de inclusão/exclusão social para a AUSUL.

Dimensão Temática	Síntese dos Indicadores e Variáveis Censitárias
Autonomia de Renda	Renda dos responsáveis pelos domicílios
Qualidade Domiciliar	Infraestrutura sanitária (água, esgoto, lixo) Qualidade e habitabilidade dos domicílios Propriedade e tipo de ocupação do domicílio
Desenvolvimento Humano	Alfabetização e escolaridade dos responsáveis pelos domicílios Educação Infantil
Equidade	Trabalho feminino (alfabetização e rendimento)

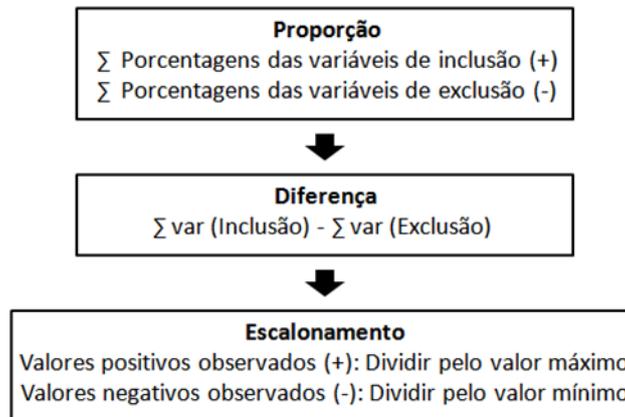
p. 2510

Fonte: Adaptado de Sposati (1996), Genovez (2005) e Nascimento (2013).

No cálculo do índice, o valor zero foi atribuído como o Padrão Básico de Inclusão (PBI) para a construção do intervalo compreendido entre -1 e +1, onde quanto mais próximo de +1, caracterizam-se situações de inclusão, e quanto mais próximo de -1, caracterizam-se situações de exclusão. A forma de cálculo (Figura 2) utilizada por Genovez (2005) e Nascimento (2013) difere-se da metodologia original de Sposati (1996) por trabalhar diretamente com as proporções e por manter os sinais positivos e negativos atribuídos aos setores censitários, mesmo após o escalonamento, conferindo maior fidelidade e precisão aos resultados por setores censitários.

Os indicadores de inclusão e exclusão foram somados separadamente tanto na construção das dimensões e índices parciais, quanto no índice síntese. Após isso calculamos a diferença entre o somatório das proporções de inclusão e o somatório das proporções de exclusão para cada dimensão. Os valores desta operação variam entre negativos e positivos. Os setores censitários que obtiveram valor positivo indicaram a predominância de características de inclusão, e os setores censitários que obtiveram valores negativos, indicaram que houve predominância de características de exclusão social.

Figura 2- Cálculo do índice de exclusão/inclusão social



Fonte: Adaptado de Genovez (2005) e Nascimento (2013)

Os indicadores de inclusão e exclusão foram somados separadamente tanto na construção das dimensões e índices parciais, quanto no índice síntese. Após isso calculamos a diferença entre o somatório das proporções de inclusão e o somatório das proporções de exclusão para cada dimensão. Os valores desta operação variam entre negativos e positivos. Os setores censitários que obtiveram valor positivo indicaram a predominância de características de inclusão, e os setores censitários que obtiveram valores negativos, indicaram que houve predominância de características de exclusão social.

p. 2511

Por fim, o escalonamento foi realizado para padronizar os dados em valores com variação de -1 a +1. Os setores censitários com valores positivos foram divididos pelo valor positivo máximo observado (melhor resultado observado), variando na escala entre 0 e +1. Já os setores censitários com valores negativos foram divididos pelo valor negativo mínimo observado (pior resultado observado), variando na escala entre -1 e 0. O cálculo final do índice síntese de exclusão/inclusão consistiu no somatório e reescalonamento considerando os sinais positivos e negativos das quatro dimensões de exclusão/inclusão social.

RESULTADOS

O MAPA DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

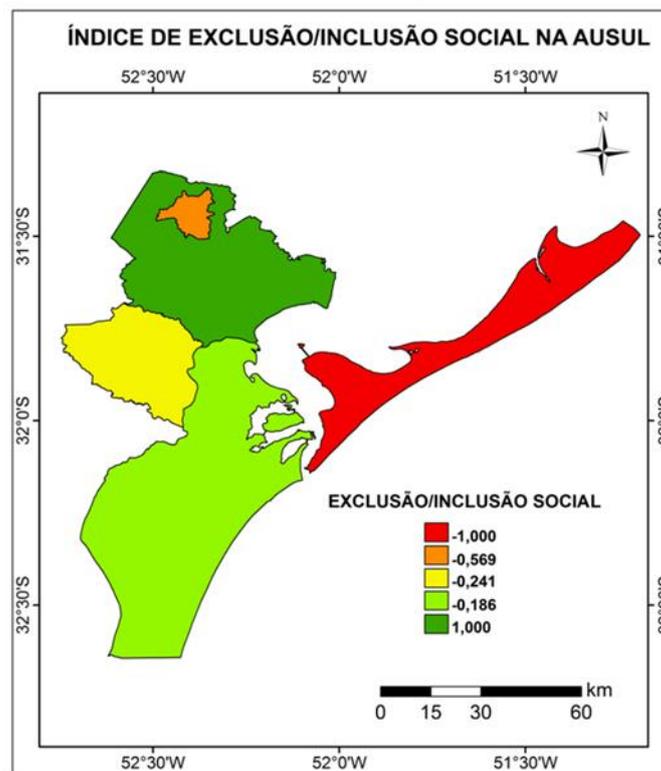
A Figura 3 apresenta o Mapa da Exclusão/Inclusão Social para os municípios da AUSUL. Este mapa é a aglutinação das dimensões de Autonomia de Renda, Desenvolvimento Humano, Equidade e Qualidade Domiciliar. Pelotas (+1,000) foi avaliado como o município que apresentou mais situações de inclusão social, quando comparado com os demais municípios. São José do Norte (-1,000) foi o município que apresentou mais situações de exclusão social na AUSUL, seguido dos municípios de Arroio do Padre (-0,569), Capão do Leão (-0,241) e Rio Grande (-0,186).

É importante ressaltar que estes resultados são oriundos de uma comparação entre estes municípios, ou seja, não significa de maneira alguma, que em Pelotas não existam áreas e população em situações de exclusão e vulnerabilidade social, ou que em São José do Norte ou nos demais municípios, não haja características positivas, como podemos perceber em maior detalhe na análise intraurbana de cada município

(Figura 4). Esta é uma primeira aproximação de uma série de indicadores que foram analisados através da integração das quatro dimensões constituintes do índice. Mas ainda assim, podemos analisar que, de uma maneira geral, a maioria dos municípios não conseguiu alcançar valores positivos, ou seja, predominou na escala intermunicipal, proporções de população em situações de exclusão social nesta aglomeração urbana.

No Mapa da Exclusão/Inclusão Social em escala intraurbana da AUSUL podemos perceber, em uma primeira aproximação, que os melhores resultados estão localizados nas áreas urbanas, em todos os cinco municípios. Em Arroio do Padre as melhores avaliações foram para os bairros (cada bairro equivale a um setor censitário em Arroio do Padre) Centro (0,302) e Benjamin Constant (+1), ambos os setores urbanos. Já os demais setores do município apresentaram valores negativos, totalizando a proporção de 75% dos setores no município. Em Capão do Leão, 82% dos setores obtiveram avaliação negativa. Apenas 7 setores censitários apresentaram somatório positivo. Os valores positivos concentraram-se no bairro Centro e arredores.

Figura 3- AUSUL: Índice Intermunicipal de Exclusão/Inclusão

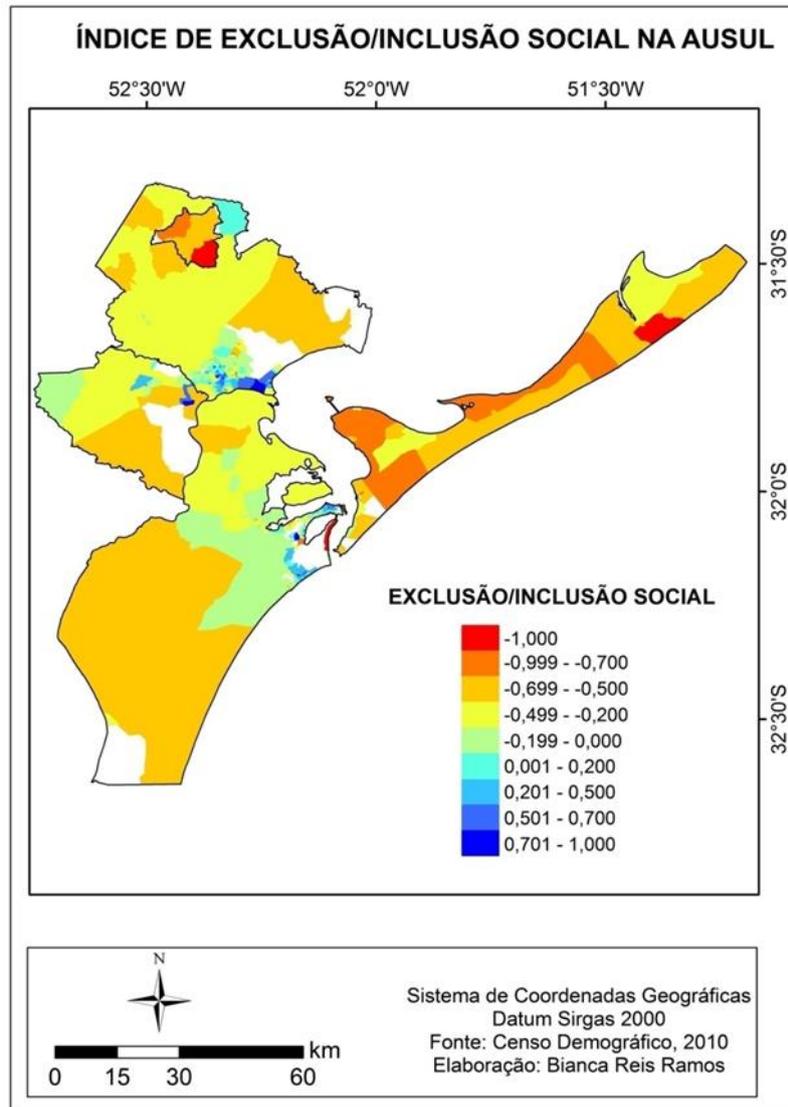


Fonte: Ramos, 2018.

Em Pelotas, 48% dos setores obtiveram avaliação negativa, localizados principalmente nas áreas rurais. Nenhum setor rural obteve avaliação positiva, no entanto a área urbana apresentou também espaços de exclusão em algumas áreas vulneráveis. Em Rio Grande, 43% dos setores obtiveram avaliação negativa, nas periferias da área urbana e nas áreas rurais. As áreas com avaliação positiva compreenderam as áreas centrais e bairros de maior infraestrutura e de maior renda. As piores avaliações foram para setores de aglomerados subnormais e setores com a presença de áreas de ocupação irregular, principalmente na Zona Portuária.

No município de São José do Norte, 90% dos setores foram avaliados como negativos. Os setores com melhor avaliação localizaram-se nas áreas centrais. Os piores resultados na área rural localizaram-se no distrito de Bojuru, e na área urbana, em alguns setores do distrito de São José do Norte, no subdistrito Núcleo Cidade Baixa e subdistrito Núcleo São José do Norte-Norte.

Figura 4- AUSUL: Mapa Intraurbano de Exclusão/Inclusão Social.



p. 2513

Fonte: Ramos, 2018.

Como a análise foi feita por setores censitários, a desigualdade socioespacial dos municípios pôde ser percebida no interior dos bairros, que se mostraram bastante heterogêneos, de uma forma geral. Daí a importância da análise interurbana e intraurbana integrada.

DIMENSÃO DE AUTONOMIA DE RENDA

Esta dimensão foi composta pelo Índice de Distribuição de Renda dos Responsáveis por Domicílios (diferença entre o indicador da proporção de responsáveis



por domicílios com rendimento de até dois salários mínimos e do indicador da proporção de responsáveis por domicílios com rendimento maior que três salários mínimos).

Nenhum município alcançou valores positivos de inclusão nesta dimensão. A maioria dos responsáveis por domicílios em todos os cinco municípios da AUSUL recebiam em 2010 um rendimento igual ou menor que dois salários mínimos. O município do Rio Grande obteve o melhor nível (-0,497) de equilíbrio de rendimento que os municípios vizinhos, ou seja, apresentou maior igualdade entre rendimentos. O município que obteve o pior nível de equilíbrio foi São José do Norte (-1), ou seja, predominou neste município, os rendimentos iguais ou menores que dois salários mínimos. Pelotas obteve -0,562 nesta dimensão, enquanto que Arroio do Padre apresentou avaliação na dimensão de -0,629, e Capão do Leão apresentou valor de -0,860.

Os rendimentos em São José do Norte são extremamente concentrados, com quase 90% dos responsáveis na classe de rendimentos de até 2 salários mínimos e apenas 10% dos responsáveis recebendo mais de 2 salários mínimos. Capão do Leão obteve a segunda pior avaliação nesta dimensão, uma vez que 81% dos responsáveis recebem até 2 salários mínimos, sendo que destes, 12% não possuíam rendimentos. Arroio do Padre apresentou maior proporção de responsáveis sem rendimentos (15%), no entanto apresentou maior proporção de pessoas recebendo mais que 2 salários mínimos, em relação ao município de Capão do Leão. Ainda que não tenham apresentado valores positivos de distribuição, Rio Grande e Pelotas apresentaram as melhores proporções em distribuição de renda. Arroio do Padre, Rio Grande e Pelotas foram os únicos que apresentaram proporção de responsáveis com rendimentos maiores que 20 salários mínimos.

p. 2514

A Tabela 1 apresenta o valor do rendimento médio mensal dos domicílios. Podemos observar os rendimentos mais baixos em São José do Norte e Capão do Leão, e os rendimentos mais elevados em Arroio do Padre. Pelotas e Rio Grande possuem rendimento urbano similar, destoando apenas nos rendimentos rurais, onde Pelotas apresenta rendimento rural mais elevado. Estes dados refletem a desigualdade de renda intraurbana destes municípios, uma vez que o rendimento nominal médio mensal de alguns destes, pode chegar a R\$ 4.000,00 reais (Tabela 1).

Tabela 1- RS, AUSUL: Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar do ano de 2010.

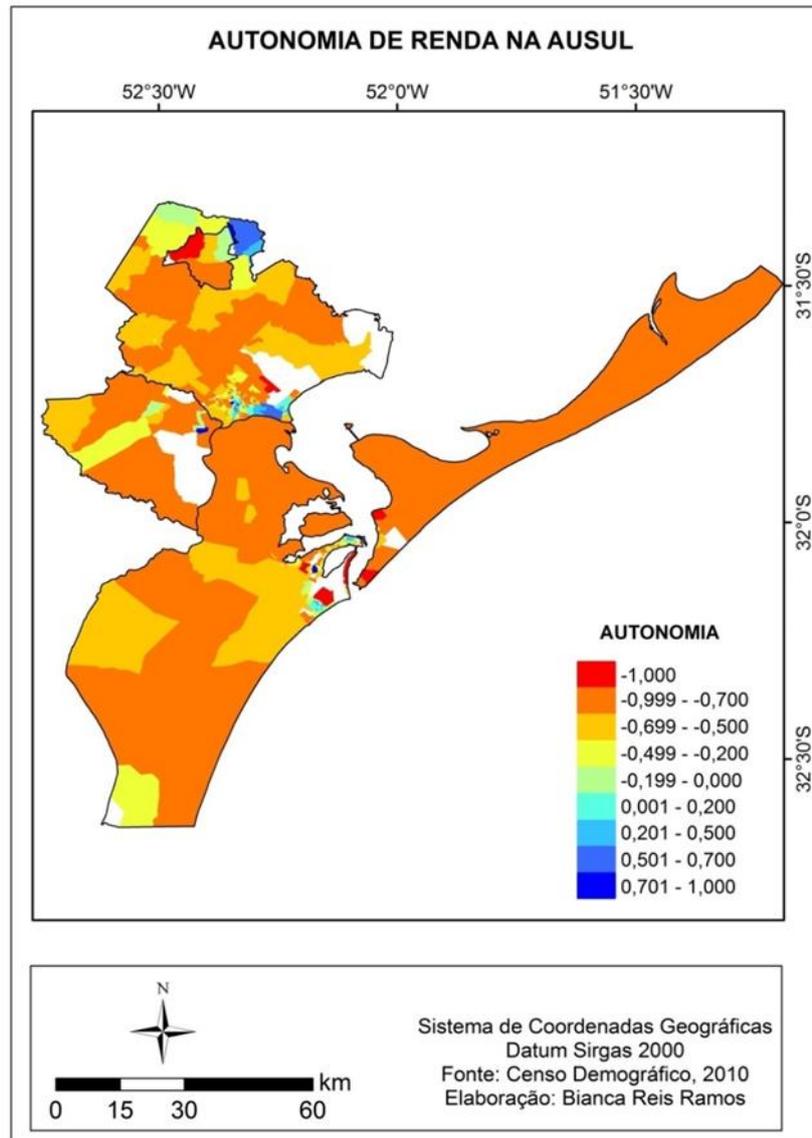
Município	Total (R\$)	Situação do domicílio	
		Urbana (R\$)	Rural (R\$)
Arroio do Padre	3.033,78	4.095,74	2.772,15
Capão do Leão	1.527,05	1.473,67	2.116,20
Pelotas	2.597,64	2.594,78	2.642,58
Rio Grande	2.540,36	2.560,47	1.986,32
São José do Norte	1.470,14	1.503,29	1.399,85
RS	2.850,15	2.989,00	2.005,53

Fonte: IBGE, 2010a.

Cabe ressaltar que infelizmente, essa tendência de concentração de rendimentos não é característica apenas da AUSUL. A proporção de responsáveis por domicílios com rendimentos de até dois salários mínimos no Brasil é de quase 80%, e cerca de 75% no Rio Grande do Sul (IBGE, 2010b).

A Figura 5 apresenta a Dimensão de Autonomia de Renda Intraurbana para as áreas urbanas e rurais dos municípios da AUSUL. Em Arroio do Padre e Capão do Leão predominaram situações de exclusão nesta dimensão. Em Pelotas 82% dos setores obtiveram avaliação negativa nesta dimensão e apenas dois setores rurais apresentaram avaliação positiva, próximos ao limite municipal de Arroio do Padre. No entanto, os piores valores negativos localizaram-se nas áreas urbanas, demonstrando maior desigualdade de renda urbana em detrimento da rural neste município.

Figura 5- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Autonomia de Renda.



p. 2515

Fonte: Ramos, 2018.

Da mesma forma que Pelotas, no município do Rio Grande 82% dos setores obtiveram avaliação negativa, concentrando-se com maior grau de exclusão na Zona Portuária e bairros mais vulneráveis. Nenhum setor rural alcançou uma avaliação positiva nesta dimensão em Rio Grande.



Em São José do Norte nenhum setor alcançou avaliação positiva nesta dimensão. Os piores valores localizam-se nas áreas rurais e em alguns setores localizados em subdistrito urbano. Ainda que nenhum setor tenha alcançado valores positivos, o Centro histórico foi o que obteve melhores indicadores.

Com base na análise das variáveis desta dimensão foi possível perceber as distorções que os indicadores de renda média municipal podem proporcionar. Nas áreas urbanas de Pelotas e Rio Grande, por exemplo, existem áreas com rendimento médio dos responsáveis na faixa de R\$ 7.000,00, e enquanto isso, em outros setores, a maioria dos responsáveis recebem menos que um salário mínimo (IBGE, 2010a). Sposati (2000) já havia alertado sobre o fato dos cálculos a partir de médias aritméticas serem suprarrealidades em contextos de grandes disparidades e desigualdades sociais.

As áreas urbanas de Pelotas e Rio Grande apresentaram grande disparidade salarial intraurbana. Foram observados rendimentos mais elevados em algumas áreas rurais de Pelotas e Arroio do Padre, que apresentaram maior diversidade de rendimentos. Mais uma vez, São José do Norte (85% dos setores apresentaram rendimento médio dos responsáveis menor que R\$ 937,00) aparece com maior precarização salarial, abarcando toda área rural, seguida de Capão do Leão e Rio Grande. Os maiores rendimentos em São José do Norte foram verificados no Centro Histórico, não ultrapassando o valor de R\$ 3.000,00.

DIMENSÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

p. 2516

A Figura 6 apresenta a Dimensão de Desenvolvimento Humano na AUSUL. Esta dimensão foi composta pelo Indicador de Desenvolvimento Educacional (proporção de responsáveis por domicílios não alfabetizados), pelo Índice de Estímulo Educacional (diferença da proporção entre os indicadores de alfabetização precoce e alfabetização tardia), e pelo Indicador de Escolaridade Precária (proporção de pessoas não alfabetizadas entre 15 e 59 anos).

Esta dimensão apresentou melhores resultados, em comparação com a dimensão anterior. Novamente, São José do Norte apresentou a pior avaliação (-1,000) em comparação com os demais municípios, e foi o único nesta escala que apresentou valores negativos para esta dimensão, ou seja, prevaleceram as situações de exclusão social com base nos critérios estabelecidos. Pelotas apresentou a melhor condição (+1,000), seguido de Arroio do Padre (0,714), Rio Grande (0,695) e Capão do Leão (0,250). O Indicador de Desenvolvimento Educacional mostrou que 21% dos responsáveis em São José do Norte não eram alfabetizados, ao passo que, em Pelotas apenas 5% não eram alfabetizados.

O Índice de Estímulo Educacional indicou melhor avaliação para Arroio do Padre, onde 73% das crianças entre 5 e 9 anos já eram alfabetizadas. Por outro lado, em São José do Norte apenas 59% das crianças entre 5 e 9 anos já eram alfabetizadas e 3% das crianças entre 10 e 14 ainda não tinham sido alfabetizadas. O indicador de Escolaridade Precária avaliou Pelotas com a menor proporção de pessoas não alfabetizadas (2%) e São José do Norte com a maior proporção (13%) na AUSUL.

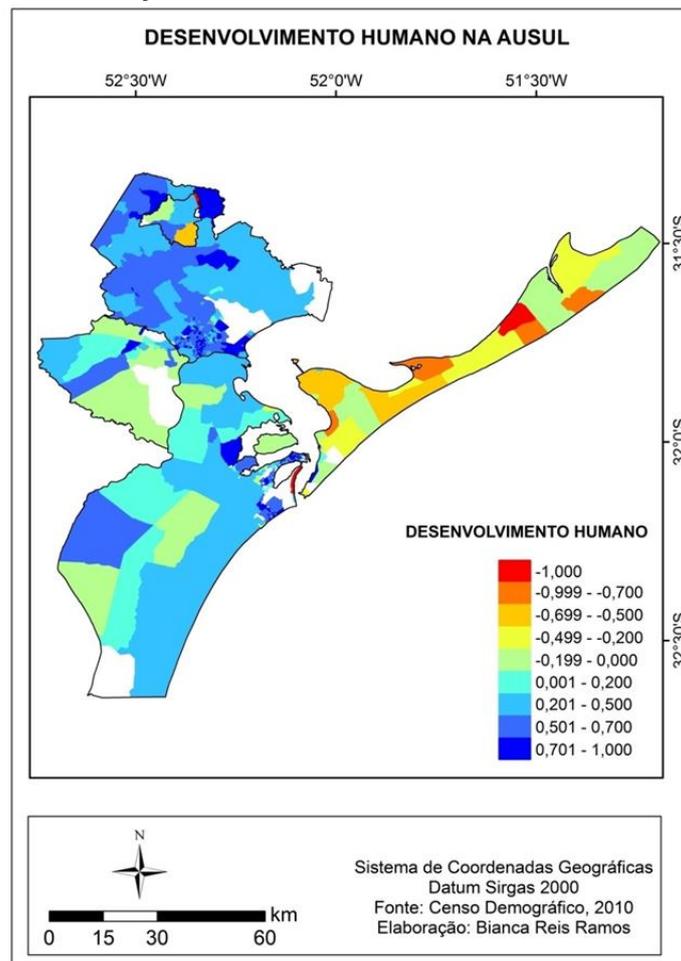
A Figura 6 apresenta o Mapa Intraurbano da Dimensão de Desenvolvimento Humano na AUSUL. Em Arroio do Padre, 60% dos setores apresentaram avaliação positiva na Dimensão de Desenvolvimento Humano, localizados em alguns setores

rurais e nos bairros urbanos. Em Capão do Leão, 74% dos setores obtiveram avaliação positiva nesta dimensão. No geral, as áreas rurais apresentaram bons indicadores quando comparadas às áreas urbanas.

Em Pelotas, 99% dos setores foram avaliados como positivos, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais. Os melhores indicadores foram encontrados nas áreas centrais e Laranjal. Em Rio Grande, 95% dos setores obtiveram avaliação positiva nesta dimensão. Os melhores indicadores mais uma vez localizaram-se nas áreas centrais e de maior rendimentos.

São José do Norte obteve os piores indicadores, com apenas 26% dos setores com avaliação positiva. A maioria dos setores apresentou situação de exclusão nesta dimensão, concentrando-se principalmente nas áreas rurais do distrito Bojuru, Estreito e em alguns setores urbanos. Das avaliações positivas, apenas dois setores rurais foram avaliados acima de zero, e os demais setores positivos, localizaram-se nas áreas urbanas e centrais.

Figura 6- AUSUL: Distribuição Intraurbana da Dimensão de Desenvolvimento Humano.



p. 2517

Fonte: Ramos, 2018.



DIMENSÃO DE EQUIDADE

A Figura 7 apresenta a Dimensão de Equidade. Diferentemente das outras três dimensões da Exclusão/Inclusão Social, este índice não possui nenhum indicador que caracterize inclusão, ou seja, na elaboração da escala foi utilizado o intervalo entre -1 e 0, por isso a melhor avaliação possível para cada município, e depois para cada setor censitário, será o valor zero, que significa que não há situação de exclusão social no setor censitário ou no limite municipal. Isso ocorreu porque todos os indicadores escolhidos para esta análise caracterizam algum grau de exclusão social. Portanto, quanto mais próximo de zero, menor a proporção de pessoas em situação de exclusão nesta dimensão, com base nos critérios selecionados.

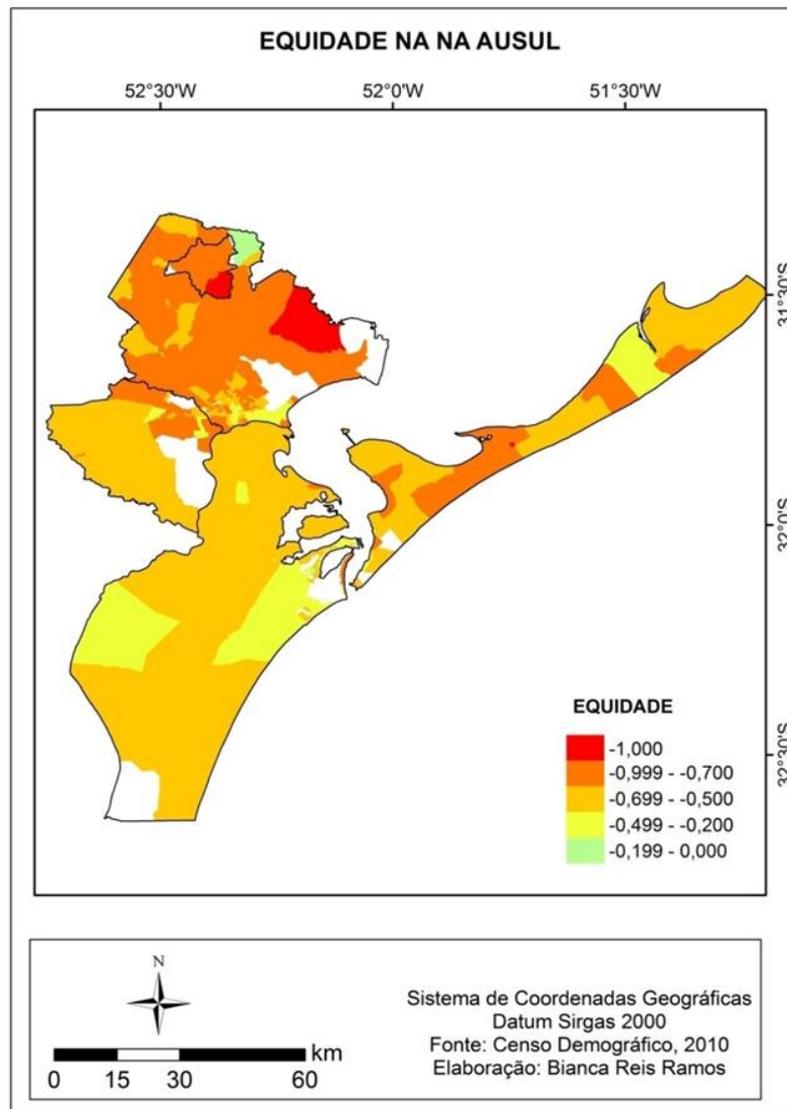
Foi utilizado o indicador da proporção de mulheres responsáveis por domicílios não alfabetizadas, o indicador da proporção de mulheres que possuem rendimento igual ou menor que dois salários mínimos, e o indicador da proporção de mulheres entre 15 e 59 anos não alfabetizadas. Novamente, o município de São José do Norte obteve as piores proporções em comparação com os demais municípios. A melhor avaliação foi para o município de Pelotas (-0,698), seguido do Rio Grande (-0,710), Arroio do Padre (-0,852) e Capão do Leão (-0,865).

A Figura 7 apresenta o Mapa Intraurbano da Dimensão de Equidade na AUSUL. Em Arroio do Padre, nenhum setor apresentou avaliação maior que -0,200. Os piores indicadores localizaram-se nas áreas rurais e a maioria dos setores apresentaram valores menores que -0,800. Em Capão do Leão, nenhum setor alcançou valor maior que -0,200 também. As piores avaliações apresentaram-se tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais. As faixas de maior representatividade ficaram entre os valores -0,700 e -0,600.

Em Pelotas, de 529 setores censitários, apenas cinco setores apresentaram valores maiores que -0,200. Os melhores indicadores (valores negativos mais próximos de zero) localizaram-se nas áreas centrais. Rio Grande concentrou setores em sua maioria, com valores maiores que -0,500. É importante ressaltar que nesta dimensão, quanto mais próximo do valor zero, melhores são as condições de inclusão. As classes de maior representatividade ficaram na faixa de -0,500 e -0,400.

Em São José do Norte, nenhum setor apresentou valores maiores que -0,200. As classes de maior representatividade ficaram na faixa de -0,600 e -0,500. Os resultados mais próximos de zero, ou seja, os melhores resultados localizaram-se em alguns setores do Centro Histórico e nas áreas rurais do Núcleo Barra-Molhe Leste.

Figura 7- AUSUL: Distribuição Intraurbana da Dimensão de Equidade.



p. 2519

Fonte: Ramos, 2018.

DIMENSÃO DE QUALIDADE DOMICILIAR

Esta dimensão foi composta pelo Índice de Infraestrutura Básica (proporção de domicílios com abastecimento inadequado de água, disposição do esgoto e resíduos sólidos e orgânicos inadequados), Índice de Ocupação Domiciliar (proporção de domicílios com mais de seis moradores), Indicador de Propriedade Domiciliar (proporção de domicílios próprios quitados ou em aquisição), e Índice de Habitabilidade Precária (somatório da proporção de domicílios particulares permanentes improvisados, dos domicílios sem banheiro e dos domicílios localizados em aglomerados subnormais). A melhor avaliação foi para o município de Pelotas (+1), seguido por Capão do Leão (0,728), que foram os únicos municípios que apresentaram valores positivos no cálculo da dimensão. Dos resultados negativos, Rio Grande obteve a melhor avaliação (-0,066), ao passo que São José do Norte e Arroio do Padre obtiveram as piores condições (-0,105 e -1 respectivamente).



Apesar de Arroio do Padre não apresentar aglomerados subnormais, ter apresentado o menor número de domicílios particulares improvisados, e apresentar 90% dos domicílios próprios ou em aquisição no município, ele obteve a maior proporção de domicílios sem banheiro, o que contribuiu com a sua baixa avaliação no Índice de Habitabilidade Precária. Existem aglomerados subnormais apenas em Pelotas e Rio Grande, sendo que este último município concentra a maior proporção de domicílios localizados em aglomerados subnormais.

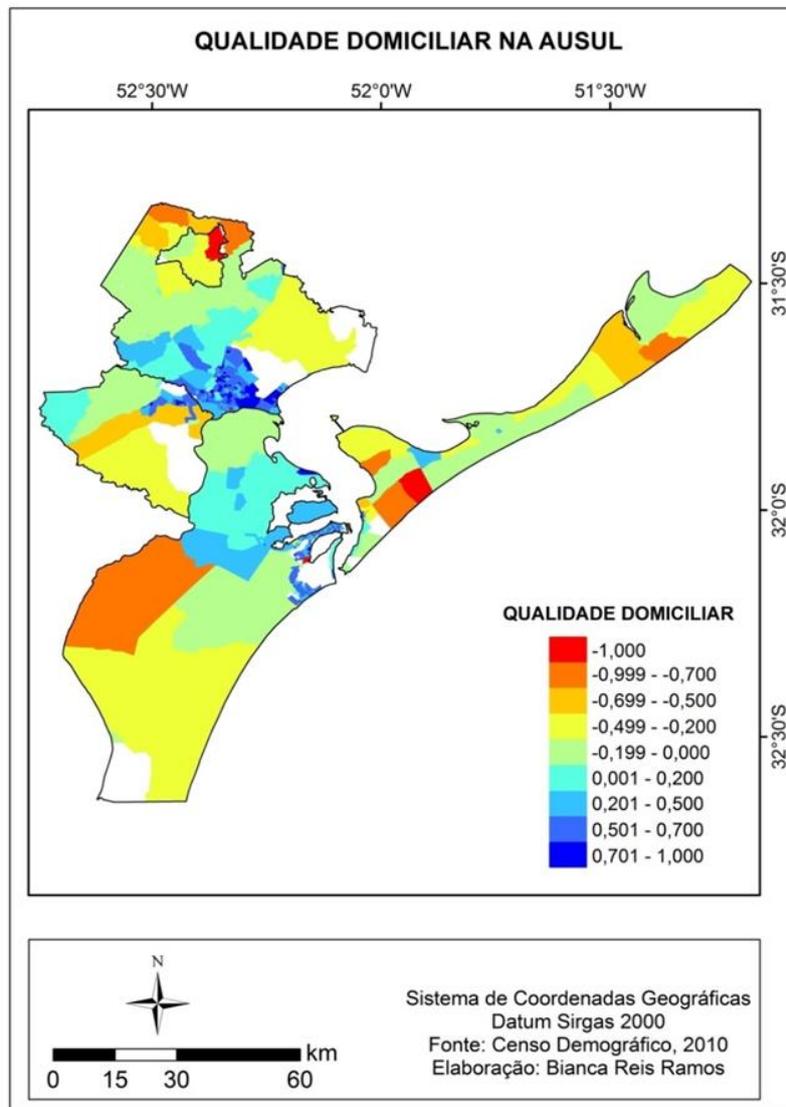
A Figura 8 apresenta a Dimensão de Qualidade Domiciliar para todos os municípios da AUSUL na escala intraurbana. Em Arroio do Padre, apenas 36% dos setores obtiveram avaliação positiva nesta dimensão. Os valores positivos concentraram-se nas áreas urbanas. Em Capão do Leão, 79% dos setores obtiveram avaliações positivas. Os valores positivos concentraram-se nas áreas urbanas e os negativos nas áreas rurais.

Em Pelotas, 93% dos setores apresentaram valores positivos nesta dimensão. Novamente, os valores negativos concentraram-se nas áreas rurais, principalmente nos setores localizados no distrito de Triunfo e em alguns setores urbanos localizados em bairros de maior vulnerabilidade. Os piores valores localizaram-se pontualmente nos aglomerados subnormais das áreas urbanas.

Em Rio Grande, 90% dos setores obtiveram avaliação positiva. Os setores com melhores avaliações estão localizados no Centro e assim como Pelotas, os piores valores localizaram-se nos aglomerados subnormais. Os baixos valores também foram identificados em setores que não são considerados pelo IBGE como aglomerados subnormais, mas que possuem no seu interior áreas de ocupação em maior proporção, além de setores localizados em bairros vulneráveis. São José do Norte apresentou a segunda pior avaliação (atrás de Arroio do Padre) para esta dimensão, com 44% dos setores negativos. Os setores positivos estão predominantemente localizados nas áreas urbanas.

p. 2520

Figura 8- AUSUL: Distribuição Intraurbana da Dimensão de Qualidade Domiciliar.



p. 2521

Fonte: Ramos, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as sucessivas reorganizações da divisão do trabalho nesta aglomeração urbana, alguns municípios obtiveram benefícios ao longo das décadas, como Rio Grande e Pelotas, e outros foram perdendo sua importância funcional e econômica na articulação entre os territórios, como São José do Norte e Capão do Leão, e isso refletiu na estrutura socioespacial destes municípios (RAMOS, 2018).

Na análise do Índice de Exclusão/Inclusão intermunicipal, os municípios de São José do Norte e Arroio do Padre apresentaram os valores mais baixos. Também observamos resultados baixos em desenvolvimento educacional e em autonomia de renda nos bairros mais vulneráveis dos municípios que apresentaram as melhores avaliações na comparação intermunicipal (Rio Grande e Pelotas). Pelotas obteve os indicadores mais altos nas três dimensões da Exclusão/Inclusão Social, ficando atrás apenas do Rio Grande na Dimensão de Autonomia de Renda.



De uma forma geral, os resultados mais críticos da análise intraurbana da exclusão social puderam ser observados em áreas rurais de Arroio do Padre e no distrito de Bojuru, em São José do Norte, e nas áreas urbanas destacamos as áreas de ocupação na Zona Portuária em Rio Grande. As áreas rurais de Pelotas e Capão do Leão foram as únicas que apresentaram alguns setores rurais positivos, ainda assim, seguindo a tendência dos outros municípios, os setores positivos de Pelotas e Capão do Leão concentraram-se nas áreas urbanas.

Embora os indicadores sociais possuam certas limitações que podem implicar na distorção de realidades, a análise das diferentes dimensões da exclusão e inclusão social sob uma perspectiva geográfica foi de grande auxílio pois proporcionou um diagnóstico amplo das características da população, que poderá auxiliar no direcionamento de políticas públicas, guiando gestores e também movimentos sociais na reivindicação de melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

GENOVEZ, Patrícia Carneiro. Território e desigualdade: análise espacial intra-urbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano de São José dos Campos. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Resultados do universo. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em:

_____. _____. Resultados Gerais da Amostra. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm> Acesso em: 13 mar. 2016.

MOURA, Rosa; SANTOS, Gislene. Semelhanças e diferenças no processo de urbanização do Sul do Brasil. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. (Org.). As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011, p. 211-228.

NASCIMENTO, Ederson. As desigualdades sócio-espaciais urbanas numa metrópole interiorana: uma análise da região metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de exclusão/inclusão social. 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências. UNICAMP, Campinas, 2013.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, Ignez Barbosa. Desigualdades sócio-espaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. Mercator. Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-36, 2014.

RAMOS, Bianca Reis. Diagnóstico urbano-rural do desenvolvimento social na Aglomeração Urbana do Sul: uma análise dos rendimentos escolares, estrutura ocupacional e acesso às infraestruturas e oportunidades. 2018. 272 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SPOSATI, Aldaíza. Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1996.

_____. Cidade, Território, Exclusão/Inclusão Social. Congresso Internacional de Geoinformação. São Paulo: CEDEST, 2000. Disponível em: <

<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/artigos.html>> Acesso em: 19 jun. 2017.



REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO PERIFÉRICO E EMERGÊNCIA DA CLASSE DOS MOBILIZADORES PRECÁRIOS NO ESPAÇO URBANO

Cleiton Ferreira da Silva

Doutor em Geografia (UFPE)

Cleitonf4@yahoo.com.br



RESUMO

Este texto problematiza a reestruturação produtiva do capitalismo e as transformações recentes no mundo trabalho, ou seja, a flexibilização, a subcontratação e a fragmentação dos direitos trabalhistas historicamente conquistados, ao mesmo tempo em que analisa a atuação desta classe trabalhadora, num contexto de ascensão das mobilizações populares no espaço urbano brasileiro, abordando esquematicamente os seguintes temas: o caráter do capitalismo periférico; a discussão e os conceitos sobre a emergência dos "novos sujeitos sociais urbanos" e a repercussão das mobilizações num espaço cada dia mais fragmentado e excludente.

Palavras-chave: Capitalismo; Flexibilização; Classes; Mobilização; Espaço Urbano.

INTRODUÇÃO

A acumulação flexível lançou bases concretas para a redefinição estrutural do capitalismo e sua expansão cada dia mais intensiva, provocando mudanças substanciais em setores em que o mercado visualiza como campo fértil para o acúmulo de capitais, sendo potencializada por vários fatores, como a ascensão do mercado em detrimento do papel do Estado, a privatização de empresas estratégicas públicas, a minimização da ação do Estado na garantia dos direitos básicos e prestação de serviços essenciais, o aprofundamento de um sistema financeiro global altamente organizado, a dispersão geográfica das grandes corporações e, a redefinição nas relações do trabalho. Todos estes fatores funcionaram como mecanismos que potencializaram as desigualdades socioespaciais.

Com a reorganização produtiva, o mundo do trabalho foi altamente impactado, através da complexificação das relações de produção, da automação dos meios produtivos, da perda de direitos historicamente constituídos resultando na precarização da classe trabalhadora, tornando-a sistematicamente em subempregados, subcontratados, terceirizados ou simplesmente trabalhadores informais. Por outro lado, os que se inserem no campo de trabalho formal, não significa que terão garantidos seus potenciais direitos, pois vivem permanentemente a aflição do desemprego ou a gradual flexibilização das Leis e direitos conquistados.

Neste sentido, a dimensão explicativa que associavam unicamente a condição de classe ao trabalhador inserido na fábrica, na indústria ou num sistema produtivo congênere, não consegue caracterizar a classe de trabalhadores que ascendem intrínsecas a esta mesma reestruturação produtiva, ao mesmo tempo, a construção conceitual de classe à dimensão da renda, termina trazendo imprecisões claras sobre a real configuração das classes. Paralelamente, deve-se questionar ainda, as teorias que promulgavam o fim das classes sociais e, conseqüentemente de suas lutas, especialmente, com o aumento do setor terciário e o aparecimento de outros estratos sociais. Fundamentalmente, o capital utiliza-se dos mecanismos mais modernos para a extração da mais-valia, incorporando os setores mais diversificados do trabalho, logo, os conflitos são ainda mais hegemônicos e antagônicos, com lutas cada dia mais extremadas.

Neste sentido, esta análise baseou-se na compreensão e inserção deste sujeito coletivo na cidade contemporânea e contraditória, ou seja, se de um lado houve um



crescimento da proliferação do discurso desenvolvimentista e estratégico de administração das cidades, com a privatização do espaço público e a instauração do urbano como mercadoria, do outro, surgiram mobilizações sociais que questionam o caráter excludente destes espaços e a necessidade de lutar pela democratização e o direito à cidade, incorporando diversos segmentos da classe urbana precarizada, são os que aqui denominamos de Mobilizadores Precários.

A partir deste contexto, queremos problematizar e descrever as características destes sujeitos urbanos, redefinindo esta classe trabalhadora ascendente, a partir de sua inserção numa conjuntura de precarização e ao mesmo tempo de insurgência e mobilizações, descrevendo a importância dos mesmos para a construção de espaços solidários e democráticos, que questionam a função rentista-fundiária da terra urbana. Para isto, reacendemos o debate em torno da conceituação de classe a partir do fator econômico (especialmente na realidade brasileira), as críticas em relação às teorias que defendem o fim das classes sociais e a emergência das lutas de classes no espaço urbano, num contexto de reestruturação produtiva do capital e negação de direitos e da luta por uma habitabilidade verdadeiramente digna.

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

A reorganização do mundo do trabalho é fruto da reestruturação produtiva do capitalismo, impulsionada pela mundialização do capital e pela penetração nas mais diferentes e inusitadas localidades. O capitalismo redefine fronteiras geográficas, nacionalidades, culturas, civilizações, instrumentos administrativos e de gestão, legislações e sistemas de proteção aos trabalhadores. A análise de Marx e Engels (1999) no Manifesto Comunista continua extremamente atual:

p. 2525

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, portanto, as relações de produção, isto é, todo o conjunto das relações sociais. Esta mudança contínua da produção, esta transformação ininterrupta de todo o sistema social, esta agitação, esta perpétua insegurança distinguem a época burguesa das precedentes. Todas as relações sociais tradicionais e estabelecidas, com seu cortejo de noções e idéias antigas e veneráveis, dissolvem-se; e todas as que as substituem envelhecem antes mesmo de poder ossificar-se. Tudo o que está estratificado e em vigor volatiliza-se, todo o sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar a sua situação de vida, os seus relacionamentos mútuos com olhos sóbrios (MARX e ENGELS, p. 10 e 11, 1999).

A derrocada do bloco soviético e a mundialização da economia, através do processo de globalização, alterou significativamente as relações de trabalho. A flexibilização dos meios de produção, a dinâmica de uma reprodução ampliada e o sistema financeirizado da economia global conduzem ao surgimento do *abominável mundo do trabalho precário*²⁹ (ALVES, 2007). Neste sentido, as condições postas pelo

²⁹ O próprio autor estabelece diferenciações entre precarização e precariedade. Para ele, a precarização é um processo histórico-social de perda de vínculos sociais com a produção do capital. É um



capitalismo na atualidade não conduzem necessariamente o trabalhador, que vende a sua força de trabalho, em assalariado *sui generis* ou como fora historicamente conceituado (proletariado), isto é, com as mesmas características dos trabalhadores dos séculos XIX e XX, por exemplo. O capitalismo recria permanentemente seus mecanismos de exploração e extração da mais valia, ao passo que a luta dos contrários nunca foi tão intensa, ou seja, a luta entre os que detêm os meios de produção e os que não possuem e precisam vender sua força de trabalho³⁰.

Os empregos estáveis, ditos formais, dão lugar a uma massa de trabalhadores denominados autônomos ou que trabalham por conta própria, para alguns, esses são supostamente "livres" do mecanismo de exploração do novo mundo do trabalho, entretanto, não deixam de serem elementos compositivos do modo de controle sócio-metabólico do capital (Ibid, 2007). No plano hipotético, eles aparecem como donos do seu próprio negócio, empreendedores, pequenos empresários, que não possuem patrão, nem precisam cumprir horários ou "bater o ponto diário", porém, são estas mesmas pessoas que estão mais suscetíveis aos diferentes mecanismos de exploração. São os chamados "faz tudo" que se propõem em lavar, pintar, capinar, consertar ou limpar, em troca de valores bem abaixo do que se cobra no mercado por empresas especializadas; São camelôs ou trabalhadores que vendem novos serviços, na qual Alves (2007) denominou de proletários-mascates, enfim, são variados casos que poderiam ilustrar a precarização do mundo do trabalho contemporâneo.

O trabalhador assalariado e formal não foge desta precariedade, afinal, mesmo sob um regime que lhe concede os direitos básicos e a inserção na legislação vigente é perceptível que as condições do trabalho são demasiadamente extenuantes: longas jornadas de trabalho e o estabelecimento de "bancos de horas" para a concessão de folgas, método de trabalho repetitivo que inviabiliza a criatividade e a produção do conhecimento, frágeis direitos trabalhistas e organizações sindicais pouco atuantes, uso de métodos corporativos de fiscalização e vigilância para a extração da mais valia absoluta, causando a deterioração física do trabalhador, aumento progressivo do deslocamento entre a área de trabalho e a residência, diminuindo o tempo de descanso, lazer e estudo, introdução de novos métodos de produção, onde o trabalho morto sob a forma de máquinas assume o papel do trabalho vivo, desencadeando ainda, a redução do valor dos bens individuais produzidos. Logo, a classe trabalhadora atualmente é flexível, fragmentada, complexa, difusa, fluída e fugaz, num processo permanente de

p. 2526

deslocamento no espaço-tempo da condição de proletariedade. Ora, a superpopulação relativa em si, como categoria social, é expressão da precariedade do trabalho assalariado. Precariedade é uma condição histórico-ontológica de instabilidade e insegurança de vida e de trabalho. Mesmo o trabalhador assalariado que flui por conta dos ciclos industriais, explicita sua precariedade viva (a precariedade é uma dimensão ontológica do trabalho assalariado). Entretanto, o incremento da produtividade do trabalho tende a impulsionar o movimento de precarização do trabalho assalariado, explicitando, portanto, novas determinações da precariedade viva (ALVES, p. 102 e 103, 2007).

³⁰ Ver as definições de Standing (2015) sobre o precariado: "exército de desempregados e um grupo separado de pessoas hostis socialmente desajustadas, vivendo à custa da escória da sociedade (STANDING, 2015, p. 25)". Outras características que o autor associa a esta classe é a insegurança do vínculo empregatício, a renda precária e vulnerável, a heterogeneidade na composição e a raiva diante da frustração da vida cotidiana. Para descrever o contexto eminentemente europeu, Standing sinaliza que o precariado vive sobre uma fronteira, isto é, exposto entre as ações reacionárias propagadas por políticos populistas (movimentos anti-imigração, por exemplo) e ações progressistas e democráticas (luta pelos direitos sociais e trabalhistas).



redução do emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 2006).

Neste contexto, é possível colocar em evidência a permanência da contradição capital-trabalho, pois o fetichismo da mercadoria tem a capacidade de transformar a relação social entre seres humanos em uma relação entre coisas ou simplesmente a ocultação do trabalho social intrínseco. Para Alves (2007) esta característica, no imaginário social, faz com que a categoria trabalho, perdesse sua centralidade sociológica. O sujeito não é visto como produtor ou trabalhador assalariado, mas meramente como consumidor de mercadorias. Porém, a práxis transformadora que é exercida pelo trabalho funda a sociabilidade e a consciência do ser humano, mesmo o trabalho vivo sendo substituído pelo trabalho morto, isso não cancela a necessidade do trabalho, portanto, a centralidade do trabalho³¹ continua efetivamente claro, obviamente de uma maneira completamente diferente quando se compara a épocas anteriores, ou seja, a ampliação dos serviços e do trabalho informal, em detrimento ao trabalho formal, expressa e valida a análise centrada na totalidade da vida social, sob a perspectiva histórica e dialética (ARAÚJO, 2009).

Porém, as condições atuais promovidas pelo capitalismo subvertem esta ordem, o sujeito social não é visto como produtor social ou trabalhador, mas como consumidor de mercadorias, pois a base do sistema capitalista é a obtenção de lucro, com isso, as mercadorias serão produzidas não para satisfazer as necessidades da população, mas para a obtenção de lucros permanentes. De modo que o ser humano não será visto a partir de suas habilidades cognitivas e suas especificações, mas simplesmente como coisas, obtendo-se a ideia do desenvolvimento da coisificação das relações sociais, atribuídas ao processo de produção (RUBIN, 1980).

p. 2527

O que há, na verdade, é uma classe trabalhadora extremamente precária, resultado da complexidade e dos mecanismos de expansão do capitalismo, que instaurou uma reorganização no mundo do trabalho para extrair exponencialmente a mais-valia, ao mesmo em que criam-se novas percepções interpretativas sobre estas mesmas classes. Logo, a morfologia dos trabalhadores de hoje, complexa, difusa e flexível, não é a morfologia social dos proletários do século XVII e, com a expansão de um capitalismo sócio-metabólico, a luta de classes que para alguns havia sido suprimida, tornou-se inversamente, mais intensa e exaustiva, assumindo assim, uma dimensão abstrata e recorrente (ALVES, 2007).

O que ocorre de fato é o aumento da exploração do trabalhador que acompanha as novas tendências da era pós-fordista, ou seja, um emergente modelo de acumulação flexível, cuja tendência atual é o aumento dos trabalhadores assalariados ou subassalariados³², que vivem à margem da produção material, com o aumento da

³¹ Sobre os argumentos do fim da centralidade do trabalho por alguns autores, especialmente do alemão Claus Offe, ver o artigo: O fim da centralidade do trabalho? De André Guimarães Augusto. Vide referências.

³² A Reforma trabalhista brasileira, aprovada em 2017, é o reflexo contundente da precarização dos direitos trabalhistas historicamente conquistadas. Foram mais de 100 artigos alterados na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e a criação de duas modalidades de contratação: trabalho intermitente (por jornada ou hora de serviço) e a do teletrabalho, chamado de home office (trabalho a distância). Entre as mudanças estão: convenções e acordos coletivos que poderão prevalecer sobre a legislação, jornada de até 12 horas com 36 horas de descanso e o pagamento do piso ou salário mínimo deixa de ser obrigatório no cálculo da remuneração por produtividade. Além disso, trabalhadores e



informalidade, dos flexíveis, dos trabalhadores precarizados, do desemprego estrutural, dos temporários, com forte teor de precariedade socioespacial e da diminuição do poder sindical (VASAPOLLO, 2007).

Diante disso, o crescimento da capacidade de consumo, surgimento de novas categorias trabalhistas e aumento da renda da classe trabalhadora foram confundidos como elementos determinantes na constituição das classes sociais (especialmente no Brasil), porém, esses elementos podem causar embaraço ou mesmo alterar a verdadeira percepção acerca da essência, ao mesmo tempo, é preciso refletir criticamente sobre o surgimento de uma "nova classe trabalhadora brasileira", levando em consideração as mudanças provocadas no capitalismo Pós-fordista periférico, o que há de novo verdadeiramente, é uma nova percepção sobre estes trabalhadores e novos entendimentos sobre a complexidade destas mudanças (tendo como mote o contexto histórico brasileiro, a herança colonial e a industrialização tardia).

MOBILIZADORES PRECÁRIOS E ESPAÇO URBANO NO CONTEXTO BRASILEIRO

O acesso ao crédito por parte de muitas famílias brasileiras, a melhoria relativa de renda nos últimos anos e as políticas de transferência de renda estimularam a inserção de milhões de pessoas ao sistema financeiro nacional, especialmente entre os anos de 2002 e 2012, onde as condições econômicas favoráveis em épocas anteriores e a política de contenção da forte crise internacional em 2008 (que ameaçava atingir o país com grande intensidade) alteraram significativamente o consumo e o acesso ao crédito de milhões de famílias.

p. 2528

Paralelamente, a adoção de políticas de estímulo ao consumo, materializado em diversos setores e o lançamento de programas com a finalidade de alavancar a produção, como o setor da construção civil, através de uma série de concessões e flexibilidade ao sistema financeiro e às empresas que operam o ramo da construção, fez com que esta política impulsionasse a economia.

É nesta conjuntura que está a grande contradição, quando se tenta definir a condição de classe à dimensão (única) da renda³³, especialmente num enquadramento econômico propício ao aumento da renda e direcionamento ao consumo, como foi verificado no Brasil em anos anteriores (período que antecedeu a crise no consumo e renda), ou seja, camuflam-se várias dimensões:

O consumidor e mesmo o eleitor (não-cidadão) alimenta-se de parcialidades, contenta-se com respostas setoriais, alcança

empresas poderão negociar todas as formas de remuneração, que não precisarão fazer parte do salário. Enfim, criaram-se uma série de mecanismos que estimularam, essencialmente, o trabalho precário e informal, comprometendo inclusive o consumo das famílias brasileiras.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/emprego-informal-tira-forca-da-retomada.shtml>. Por outro lado, houve redução significativa das vagas registradas nos últimos meses.

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2018/02/trabalhadores-informais-denunciam-dificuldade-em-encontrar-vagas-registradas>.

³³ Há críticas inclusive, quando se isola o fator renda, como o único demarcador determinante de uma condição de classe no Brasil, como comumente os meios de comunicação propagam. Souza (2012) questiona o Economista Marcelo Neri (2008; 2010) por apresentar este tipo de abordagem, que reduz o conceito de classe apenas à renda mensal. Se por um lado, a utilização de tal método, autoriza a construção de "classes de renda", por outro, sua análise se compromete em ocultar a dimensão sociológica das classes sociais: o estilo de vida.



satisfações limitadas, não tem direito ao debate sobre os objetivos de suas ações públicas e privadas (SANTOS, 2012, p. 57).

As classes trabalhadoras precárias inserem-se num contexto de consumo e acesso ao crédito, motivada pela flexibilização do setor financeiro nacional, todavia, isso não garante a possibilidade concreta de acesso à cidadania plena:

Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença (MARICATO, s/p, 2013).

A perspectiva de consumo de bens duráveis, semi-duráveis e não duráveis não lhes dão, paralelamente, a possibilidade de acessar boas escolas, um sistema de saúde de qualidade, um transporte público efetivamente eficiente, uma casa com condições necessárias de habitabilidade, um bairro onde exista área de lazer, posto de saúde e escolas próximas de suas residências, serviços de saneamento básico e com condições que evitem a proliferação de doenças e epidemias, logo, o acesso ao crédito e o aumento do consumo no país possibilitou entre outros fatores, o crescimento da economia e uma conjuntura mais favorável, especialmente às classes baixas porém, diante da crise econômica que assolou o país em 2015, a população mais atingida foi a classe popular ou mais baixa³⁴, ao contrário das famílias com renda acima de 10 salários que viu o consumo crescer³⁵.

p. 2529

Diante deste contexto, as classes e as lutas travadas entre elas continuam presentes e muito mais intensas, diante da reorganização e do controle sócio-metabólico do capital que ampliou e complexificou as relações de trabalho e de mercadoria. Ela é resultante da precarização do trabalho vivo, que por sinal, é materializada e exemplificada através de homens e mulheres que vêm suas condições humanas mais básicas diariamente comprometidas. Mais do que enaltecer o "fim" da luta de classes, como fizeram alguns estudiosos em épocas recentes³⁶, é preciso caracterizar as condições e as contradições do capital e do trabalho no século XXI:

³⁴ Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 141 municípios brasileiros com 2.002 entrevistados no segundo semestre de 2015, constatou-se que 57% deles alteraram hábitos de consumo, e, entre os que possuíam renda familiar de até 1 salário mínimo a preocupação com o desemprego atinge 67%, ao mesmo tempo, este grupo é o que mais recorre a um trabalho extra para complementar a renda familiar (OLIVEIRA, 2015).

³⁵ Vide link: <<http://www.gazetaonline.com.br/conteudo/2015/07/noticias/dinheiro/3904556-crise-que-crise--consumo-da-classe-ab-segue-firme-e-forte.html>>

³⁶ Segundo Chauvel (2002) a fonte original de tal argumento parece encontrar-se na Califórnia, nos anos 1950, onde o estudioso Robert Nisbet publicou, na *Pacific Sociological Review*, um artigo denominado "Declínio e queda das classes Sociais". Para tal argumento, o autor sinalizou o aumento do setor terciário e a elevação do nível de vida, conduzindo ao desaparecimento de estratos diferenciáveis. Fato este compartilhado com outros autores como Mills (1979), que cita a complexificação da estrutura de classes e a criação de novas ocupações intermediárias do novo tipo de desenvolvimento capitalista. Outros discursos caracterizavam a desmobilização política, em função do comodismo da sociedade capitalista e o individualismo exacerbado.



A luta de classe, que dizem estar suprimida, tornou-se, ao contrário, intensamente exaustiva, assumindo uma dimensão abstrata e recorrente (ALVES, p. 134, 2007).

Maricato (2015) parece conclamar inclusive, para que as forças de esquerda reconheçam a luta de classes no espaço urbano:

Então eu me pergunto porque as forças de esquerda não enxergam que há luta de classes na cidade. O problema não se resolve com a distribuição de renda ou do salário. Porque mais salário não compra o transporte coletivo; não compra uma boa localização na cidade, porque isso fica mais caro. Aumento salarial é absorvido pelo custo da cidade e isso só se resolve com políticas públicas. Reconheço que houve distribuição de renda para comprar carros, motos, eletrodomésticos, uma televisão melhor... não condeno isso, pois uma máquina de lavar roupa, uma geladeira é importante... mas ninguém vive só dentro de casa: vive na cidade (MARICATO, 2015, p. 108).

Desta forma, além dos atributos levantados anteriormente que definem esta classe trabalhadora, especialmente quando este mesmo estrato social, está inserido numa ordem sócio-metabólica do capital, tem-se a necessidade de levar em consideração alguns aspectos, caracterizados como fundamentais, entre eles, destacamos os levantados por Gurvitch³⁷ (1981), ou seja, o papel desempenhado no antagonismo da luta política pelo poder, a posição desempenhada na produção, circulação e acumulação das riquezas, a tomada de consciência, isto é, a dimensão subjetiva dos trabalhadores e, a forma de socialização que singulariza a classe³⁸, que Souza (2012) descreveu da seguinte forma:

Não compreendemos a nova classe trabalhadora apenas pelas posições individuais na divisão social do trabalho, embora haja homologia nessas posições como condição para se falar em classes. É preciso levar em conta a forma de socialização que singulariza a classe, na medida em que corresponde a uma estratégia coletivamente montada cujo sentido prático é precisamente o de

p. 2530

³⁷ Concordamos com Gurvitch (1981) acerca de alguns critérios fundamentais que distinguem as classes dos outros grupamentos particulares: 1. As classes sociais são agrupamentos de fato (ricos em conteúdos e fortemente constituídos); 2. As classes exprimem uma unidade coletiva suprafuncional (englobam grupamentos unifuncionais e multifuncionais); 3. As classes possuem uma incompatibilidade radical entre elas; 4. As classes possuem uma resistência à penetração da sociedade global (ou ordem capitalista dominante), porém, dois itens que complementam tais critérios colocados pelo autor não se adequam ao caráter da nossa pesquisa, ou seja, As classes sociais são agrupamentos à distância (não pertencem a grupamentos "íntimos" reunidos permanentemente ou periodicamente) e são grupamentos que permanecem sempre inorganizados (se exprimem através de uma organização), por levar em consideração a importância do papel do movimento e os mecanismos organizativos que incluem uma participação efetiva.

³⁸ Divergimos de Standing (2015) que define a classe dos precariados como uma classe que não se mostra organizada, que busca ativamente seus interesses, em face da sobrecarga de informações e das forças tecnológicas. No contexto brasileiro, o precariado é uma classe ascendente, heterogênea, com certo grau de mobilização e reivindicação, materializando-se nos movimentos sem-teto, nos grupos de camelôs que questionam a saída forçada e a intervenção urbana antidemocrática, nas associações de bairro e moradores independentes que se unem contra a saída obrigatória diante de grandes obras urbanas, nos movimentos pela transporte público de qualidade e pela tarifa mais popular, na luta contra a violência policial, entre outros.



reproduzir a própria classe, o seu próprio “mundo de vida”. (Ibidem, 2012, p.326).

Neste sentido, os mecanismos de sociabilidade também são elementos importantes para caracterizar a classe trabalhadora atual. Se o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo rompeu a dimensão fronteiriça, causando a fragmentação da condição de classes no século XXI, as condições postas também exigem novas ferramentas de organização e mobilização³⁹.

A implementação do modelo neoliberal de desenvolvimento nas cidades brasileiras⁴⁰, a mundialização e financeirização do capital e a precarização de uma massa de trabalhadores cada dia mais crescente, diante de uma conjuntura de retração econômica, faz com que estes injustiçados, que reivindicam condições básicas de sobrevivência, que clamam por moradia digna, que questionam o modelo de desenvolvimento econômico, que exigem a democratização e o acesso à cidade, que constroem territórios contra-hegemônicos, onde se coloca em xeque a legislação vigente e o enfraquecimento dos direitos historicamente garantidos pela classe trabalhadora. São estes sujeitos ainda, que politizam a dimensão da problemática rural-urbana, que exigem serem reconhecidos como seres humanos e que têm direitos rompidos como a garantia ao trabalho, ao lazer, à escolaridade, à alimentação e que, estejam diretamente envolvidos pela precarização do emprego e pelo aprofundamento da contradição capital-trabalho. Num período de flexibilização das relações e mecanismos produtivos⁴¹, são, portanto, os novos sujeitos coletivos ou os Mobilizadores Precários Urbanos⁴².

p. 2531

³⁹ Com o refluxo das lutas operárias do final do século XX para os dias atuais, Machado (2009) discute o protagonismo das lutas anti-sistêmicas latino-americanas ocupadas por movimentos populares ligados às demandas “emergenciais” (emprego, reforma agrária, reforma urbana, etc.). Uma complexa formação do proletariado em classe que organiza resistências à dominação neoliberal, incorporando nesses movimentos o que o autor definiu de “subproletário” e “semiproletário”. O primeiro grupo (urbanos) seria os assalariados de baixa renda (“peões” da construção civil, bóias-frias, etc.), autônomos de baixa renda (engraxates, vendedores de rua, encanadores, etc.) e não-remunerados (indivíduos que trabalham para os produtores simples de mercadoria), sendo ainda caracterizado pela falta de organização política e sindical, além da inserção mais ou menos regular no mercado e nível salarial. Já os “semiproletários” rurais integram o campesinato pobre, isto é, uma ampla força de trabalho a serviço do capital em seu processo de expansão.

⁴⁰ Ver o texto de Carlos Vainer denominado Quando a cidade vai às ruas na coletânea Cidades rebeldes, que descreve a ascensão de um modelo neoliberal e desenvolvimentista das cidades no Brasil, impulsionadas pelos grandes eventos esportivos.

⁴¹ Ver os trabalhos de Souza (2012) e Stading (2015) sobre a incorporação dos jovens ao mercado de trabalho precário por exemplo, através dos chamados estágios ou nas centrais de atendimento como o telemarketing.

⁴² Incluímos neste contexto supracitado donas de casa, diaristas, vendedores ambulantes, desempregados, trabalhadores informais, trabalhadores formais que são atingidos pela espoliação crescente dos mecanismos produtivos e que dividem este vínculo com a venda de diferentes produtos: cosméticos, roupas, bijuterias, comidas, bebidas, etc, pequenos comerciantes que utilizam a residência em que vivem para a venda de produtos alimentícios secos e molhados ou que utilizam seus próprios bairros e/ou adjacências para a venda destes itens, especialmente nos fins de semana, estudantes em busca de seu primeiro emprego ou que possuem vínculos empregatícios precários, enfim, pessoas que possuem uma escolaridade reduzida ou mediana, mas que estão subqualificados e que se integram às políticas de transferência de renda para a complementação da renda familiar, constituindo uma massa de trabalhadores no contexto atual logo, os territórios se tornam instâncias de combatividade e criticidade ao modelo de desenvolvimento urbano imposto e precários, pela contradição do capital na atualidade e novas formas de extração da mais-valia na dimensão do trabalho, tornando-os pessoas que podem agir e pensar diferente, a partir de um contexto específico.



É neste contexto, que Harvey (2013) sinaliza para a materialização da luta de classes no espaço urbano e as características que integram os grupos que atuam na cidade, compostos por sujeitos historicamente não reconhecidos pelos intelectuais de esquerda, que estão redefinindo e transformando as formas de luta:

[...] Como as cidades são centros de acumulação capitalista, mas também são centros de luta de classes nem sempre reconhecidas pela esquerda, composto por trabalhadores domésticos, trabalhadores de restaurantes, motoristas de táxi, da entrega, não muito bem visto no pensamento de esquerda, e que os torna interessante. Nós estamos começando a ver as organizações desses trabalhadores começando a se unir. Veja as cidades como um ponto forte da luta de classes em muitas questões, tais como aluguel e de crédito sistemas presentes muito fortemente nas áreas urbanas, razão pela qual as cidades se tornam um meio nas quais novas formas de luta começam a surgir (HARVEY, s/p, 2013).

O espaço urbano, expressa também, a contradição de classes e suas lutas, travadas diariamente entre os que detêm os meios de produção (imobiliárias, construtoras, corporações e especuladores) e os que precisam vender sua força de trabalho, materializada por estes novos trabalhadores (precarizados), seja na luta pela conquista da moradia, nas insurgências contra as expulsões de moradores em grandes obras urbanas, na disputa pelo acesso e democratização da cidade (uso do espaço público) e nos embates em favor de um planejamento, planos e legislações com um caráter socialmente justo, ou seja, a luta pelo direito à cidade é mais outra expressão da luta de classes, outra forma de contradição capital/trabalho, a manifestação através de outros meios (MARTINS, 2015).

p. 2532

Diante desta realidade, os trabalhadores precarizados, os sujeitos coletivos e os movimentos sociais urbanos da atualidade, expressam essa complexificação no campo do trabalho e o “pluriclassismo”, considerando as classes não mais “homogêneas”, se é que existia uma homogeneidade anteriormente⁴³. O fato é que a luta histórica entre burguesia e operários ganha novos contextos, redefinições e novos elementos interpretativos. O antagonismo capital/trabalho continua sendo o eixo fundamental de contradição da classe trabalhadora.

Se as ocupações sem-teto materializam a luta de classe nas cidades (CANETTIERI e VALLE, 2015), as classes sociais exigem novas determinações e dimensões explicativas, como sintetiza Alves (2007):

A crise do capitalismo “desenvolvimentista”, a onda neoliberal e os processos de reestruturação capitalista na produção e nas políticas públicas, impuseram novas determinações à estrutura de classes sociais, promovendo novas clivagens no interior das classes sociais no Brasil. Nas últimas décadas, o proletariado se ampliou, diferenciando-se e complexificando-se. Deste modo, o debate sobre a natureza do proletariado nas condições sócio-históricas do Estado neoliberal e do

⁴³ Boaventura de Souza Santos (2008) denomina os movimentos sociais urbanos de interclassistas, uma vez que a “crise urbana” atinge não só a classe operária como largos estratos da pequena burguesia, requerendo uma análise da composição da classe específica uma particular atenção.



20
ANOS
1998 | 2018

OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 3 DIREITO À CIDADE

SESSÃO 3.2 ESTRUTURA SOCIAL

sócio-metabolismo da barbárie assume hoje uma nova relevância teórico-analítica e política, pois irá nos habilitar a apreender a base social das transformações históricas possíveis no Brasil (ALVES, p. 272, 2007).

Canattieri e Valle (2015) destacam mudanças no cerne das mobilizações sociais, pois, enquanto que os sindicatos pautavam suas reivindicações em questões relativas ao trabalho de produção e aos desejos a outros elementos da reprodução como a casa e o transporte, o precariado enxerga as pautas econômicas de reprodução como fundamentais, estabelecendo seus desejos de produção como pautas secundárias.

Galvão (2011) faz um debate interessante, ao expressar que as ações dos movimentos devem ser analisadas tanto do ponto de vista estrutural, como também conjuntural da sociedade, uma vez que desencadeiam conflitos sociais, expressando-se sobre diferentes formas, intensidades e conteúdos distintos, dependendo do perfil político-ideológico das organizações que assumem e do papel de mediação da ação dos dominados, pois eles mantêm uma forte relação com a posição de classes.

Mesmo que os movimentos apresentem-se com variados discursos e diferentes formas de atuação, a definição portanto, indica que há uma forte relação desses movimentos com a posição de classe, com a conotação de classe e com o caráter de classe, pois as demandas socioespaciais dos movimentos e dos sujeitos coletivos são decorrentes em sua essência, das *contradições do capitalismo*, a partir de um conflito básico: o valor de troca da cidade mercadoria e o valor de uso da cidade como condição necessária da vida da classe trabalhadora (HARVEY, 1982)⁴⁴. Nesta circunstância, a luta de classes adquire um caráter importante, não no sentido restrito da palavra, onde a conotação estava relacionada essencialmente à tomada de poder, mas no sentido de estratégia e tática de atuação dos movimentos para a transformação das condições sócio-econômicas e, quiçá, das estruturas de poder vigente.

Desta forma, os movimentos sociais urbanos, não se desassocia da posição de classes, além disso, ações mais imediatas e pontuais podem ser conduzidas para objetivos mais concretos que produzam impactos políticos e de transformação social, isso depende de vários aspectos como: a correlação de forças, a conjuntura política e, essencialmente, o caráter e a forma de atuação dos sujeitos coletivos, enquanto fundamento ideológico, pois, estas ações exprimem as contradições do capitalismo e o modelo de desenvolvimento imposto. Galvão (2011) elenca ainda, diferentes formas e objetivos da mobilização coletiva, bem como os diferentes níveis de ação política a elas relacionados como mecanismos de mobilização coletiva⁴⁵.

⁴⁴ Ver contribuições de Harvey (1982) neste assunto, no excelente texto: O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas, disponível nas referências.

⁴⁵ 1. Demandas pontuais ao Estado: subsídios para subsistência imediata (como os movimentos dos "sem"); 2. Luta por reformas (econômicas, como a distribuição de renda; das instituições políticas, como mais participação, democratização), ampliação da cidadania e preservação e ampliação de direitos sociais (que, ao longo da década de 1990, assume uma perspectiva antineoliberal); 3. Mudanças das práticas e dos valores sociais: novas relações de gênero raciais, de preferência sexual; 4. Luta antissistêmica: questiona os fundamentos da sociedade capitalista e propõe formas de emancipação social, ainda que o projeto político portador de uma nova ordem social não esteja claramente definido. (GALVÃO, 2011, p. 115).



Estes fatores vão de encontro com o que Marx discutiu: lutas econômicas (pontuais e imediatas) e lutas políticas (ações de transformação social e “permanentes”), participação em instâncias de representação burguesas como mecanismos estratégicos e a necessidade de organização sob um caráter revolucionário⁴⁶. Rompe-se, unicamente com as ações e estratégias da luta de campos opostos: burguesia e proletariado do século passado, em função da multipolarização do capitalismo contemporâneo, sem perder a essência da posição de classes dos participantes dos movimentos (Ibidem, p. 113).

Para Harvey (2005), a acumulação por espoliação⁴⁷ é a contradição primária no âmbito da organização imperialista da acumulação do capital, e os novos movimentos que surgem, são resultantes da própria contradição do capitalismo, denominados por ele, como movimentos insurgentes contra a acumulação por espoliação, que surgem em regiões mais vulneráveis e degradadas do âmbito do desenvolvimento geográfico desigual. Apresentam-se e motivam diversas lutas: pela preservação ambiental, contra políticas de austeridade, luta dos movimentos camponeses, dos direitos civis e trabalhistas, entre outros. Ao mesmo tempo sinalizam em romper com a organização tradicional operária, onde a luta era essencialmente para a transformação do Estado:

O efeito de todos esses movimentos, in toto, foi afastar o terreno da organização política da organização partidária e operária tradicional e levá-lo para o que estava fadado a ser, no agregado, uma dinâmica política de ação social menos concentrada que atravessa todo o espectro da sociedade civil (HARVEY, 2005, p. 138).

p. 2534

Pode-se pensar o espaço urbano constituído por ações de todas as ordens, cujos objetivos são diversos, e que, ao mesmo tempo, desencadeiam múltiplas solidariedades. Assim, Santos (2008) afirma que as cidades apresentam:

[...] vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas em espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir (SANTOS, 2008, p. 322).

Desta forma, mais do que compreender esta precarização vigente, os movimentos sociais, os sujeitos coletivos e os despossuídos, precisam criar novas modalidades de organização e mobilização, não apenas utilizando das instâncias (ditas legais) que foram criadas pelas políticas recentes para o diálogo, mas para a construção

⁴⁶ Hoje, não há uma distinção ou classificação efetiva entre lutas primárias (lutas do nível de produção, contradição entre capital e trabalho) e, lutas secundárias (urbanização e criminalidade, desenvolvimento econômico e perda da qualidade de vida), uma vez que as lutas secundárias têm revelado uma grande capacidade de mobilização, afrontando ocasionalmente o Estado, de forma mais decisiva que as lutas primárias (SOUZA SANTOS, 2008).

⁴⁷ Harvey (2005) denomina acumulação por espoliação a reestruturação produtiva do capital como prática predatória de acumulação primitiva, como Marx já havia identificado: mercadificação e privatização da terra, supressão de direitos dos camponeses às terras comuns e a redefinição do papel do Estado. A diferença é que todos estes elementos continuam presentes e foram aprimorados para desempenhar um papel bem mais forte do que no passado.



de propostas efetivamente transformadoras e que garantam as condições essenciais para a habitabilidade e cidadania das famílias. Se o espaço urbano expressa as transformações sócio-metabólicas do capital, as contradições inerentes ao sistema resultam em constantes conflitos entre os despossuídos, os desfavorecidos, os precários e as classes que detêm o capital político, rentista-fundiário e imobiliário na cidade e esses sujeitos denominados de Mobilizadores Precários Urbanos ascendem em grupos ou movimentos que mantêm uma certa organicidade e compartilham de anseios comuns, especialmente na democratização e na conquista de espaços socialmente justos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo dito moderno, tornou-se cada dia mais complexo em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, tendo, as próprias relações socioespaciais também sofrido alterações substanciais. Não é diferente portanto no campo do trabalho, com o crescimento de precarizados e subempregados, o aumento do desemprego estrutural (e não apenas conjuntural), a volatilidade da mão-de-obra, a fragmentação da classe trabalhadora ou ainda a flexibilização (amparadas pelo Estado) de leis e direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora brasileira ao longo de décadas, por exemplo.

Diante deste contexto, foi fundamental analisar um conceito que ressurgiu especialmente nos meios de comunicação e entre os estudiosos do campo social, que é o das classes sociais. Nestas circunstâncias, partiu-se exatamente por reconhecer a interrelação dos movimentos sociais com a condição classista e a luta de classes. Todavia, é importante salientar que a condição de classes, especialmente com as transformações estruturais que o capitalismo promoveu no mundo, não pode ser associado única e exclusivamente à dimensão operária *sui generis*, ou seja, a associação da condição classista ao trabalhador que está inserido ao contexto da fábrica e da indústria, por exemplo. Por outro lado, a classificação das classes utilizando o critério unidimensional (geralmente a renda), vem trazendo uma série de imprecisões acerca da real característica da composição da sociedade brasileira, que alguns vieram a denominar "nova classe média".

A condição de classes continua dialeticamente inserida nas ações e nas estratégias dos movimentos sociais e das lutas no espaço urbano pois, mesmo não construindo narrativas claras de transformação da base socioeconômica do Estado (*Status Quo*), como propunham os movimentos no passado, verifica-se, entretanto que suas características vão além da associação com a base econômica e/ou a posição no sistema produtivo, com a ascensão de uma classe trabalhadora cada dia mais precarizada. Não obstante, suas ações são fundamentais na condição de classes, porque eles colocam em xeque o papel deste mesmo Estado e a hegemonia do capitalismo na construção das desigualdades e contradições vigentes.

Se houve um aumento no consumo e da renda nos últimos anos, bem como o acesso a bens materiais de consumo, isso não foi acompanhado pela melhoria das condições que englobam o viver dignamente, ou seja, a melhoria efetiva dos transportes públicos, da ampliação do acesso ao lazer e à cultura, da melhoria do sistema de saúde e do saneamento básico, entre outros elementos importantes para a habitabilidade.



Sendo assim, o que fica demonstrado é a minimização do sofrimento, através de políticas pontuais de atendimento às classes populares.

Diante deste contexto, é preciso atualizar a práxis do movimento, a partir da reflexão permanente com as famílias: das contradições socioespaciais que acometem as mesmas, além da necessidade de intensificar as lutas cotidianas dos Mobilizadores Precários, para a partir daí, construir possibilidades de conquistas verdadeiramente efetivas, além da importância da organização e da manutenção da coesão ideológicas, evitando a cooptação e o abandono de bandeiras históricas, especialmente em épocas de crescimento de setores conservadores e reacionários contra os anseios populares. Logo, os movimentos precisam se reorganizar, tendo como mote lutas históricas que curiosamente foram esquecidas ou colocadas em segundo plano, como a luta pela Reforma Urbana e o complexo e concentrador sistema fundiário brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Álison Cleiton de. Centralidade do trabalho: elementos críticos diante da crise contemporânea do capital In: IV JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. Anais eletrônicos da IV Jornada Internacional Políticas Públicas. neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas, São Luís: UFMA, 2009. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/2.%20Transforma%C3%A7%C3%B5es%20no%20mundo%20do%20Trabalho/CENTRALIDADE%20DO%20TRABALHO%20elementos%20criticos%20diante%20da%20crise%20contempor%C3%A2nea%20do%20capital.pdf> Acesso em 15 de setembro de 2018.

AUGUSTO, André Guimarães. O fim da centralidade do trabalho? PESQUISA & DEBATE, São Paulo, volume 9, número 2 (14), p. 87-104, 1998.

ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição, Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

CANETTI, T., & VALLE, W. A. Dos excluídos da cidade à revolução urbana definições de um novo sujeito político. e-metropolis, 6(23), 35-43, 2015.

CHAUVEL, Louis. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. In: Crítica Marxista n.15. São Paulo: Boitempo, 2012.

DOLCE, Júlia. Com vagas registradas em queda livre, cresce total de trabalhadores informais. Rede Brasil Atual. São Paulo, 05 de fevereiro de 2018. Disponível em:

<<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2018/02/trabalhadores-informais-denunciam-dificuldade-em-encontrar-vagas-registradas>>. Acesso em 12 de julho de 2018.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. In: Revista Crítica Marxista. Campinas: Ano 17, n. 32, p. 107-126, 2011. Acesso em 02 de setembro de 2018.

GURVITCH, Georges. As classes sociais. São Paulo: Global, 1982.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas. Revista Espaço e Debates. São Paulo: Cortez, n.6, jun. set, 1982.

_____. O novo imperialismo. 2ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.



_____. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: edições Loyola, 2006.

_____. “La ciudad es el lugar de La lucha anticapitalista”. [30 de maio de 2013]. Buenos Aires: Revista de cultura do Clarín. Entrevista concedida à Alejandra R. Ballester à coluna ideas, 2013. Disponível em: http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/David_Harvey-ciudad-lugar-lucha-anticapitalista_0_925707445.html. Acesso em 05 de julho de 2018.

_____. A liberdade da cidade. In: Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

LIMA, Flávia. Emprego informal tira força da retomada. Folha de São Paulo. São Paulo, 26 de março de 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/emprego-informal-tira-forca-da-retomada.shtml>. Acesso em 10 de julho de 2018.

MACHADO, Eliel. Movimentos populares na América Latina: paradoxos das lutas antisistêmicas? Lutas Sociais, São Paulo, n. 23, 2009.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. É a questão urbana, seu estúpido! In: Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTINS, Raphael. A luta pelo direito à cidade: uma bandeira exógena ao marxismo? In: Anais VIII Colóquio Internacional Marx e Engels, 2015, Campinas. Anais eletrônicos do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas: UNICAMP, 2015. Disponível em:

http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Thiago%20Franco%2010265.pdf. Acesso em 05 de julho de 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 1999.

MILLS, Wright. (1979). A nova classe média. Rio de Janeiro; Zahar, 2008.

NERI, Marcelo (Coord). A nova classe média. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS.

_____. A nova classe média: O Lado Brilhante dos Pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

OLIVEIRA, Felipe. Crise faz 57% dos brasileiros mudarem hábitos de consumo. Folha de São Paulo [São Paulo, 09 de set. 2015]. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1679422-crise-faz-57-dos-brasileiros-mudarem-habitos-de-consumo.shtml>. Acesso em 25 de dezembro de 2017.

RUBIN, Isaak Illich. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.



SANTOS, Boaventura de Souza. In Invasões Urbanas Conflito de Direito de Propriedade. Joaquim Falcão (org). O Estado, o direito e a questão urbana. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa; Tradução Cristina Antunes. 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

VAINER, Carlos. (2013). Quando a cidade vai às ruas. In: Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2015.

VASAPOLLO, Luciano. Por uma política de classe: uma interpretação marxista do mundo globalizado. Tradução de Juliana Coli. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.